



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE MESTRADO

O BLOCO NO PODER NO BRASIL DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)

JOSÉ BATISTA DE QUEIRÓS NETO

CAMPINA GRANDE-PB 2015

O BLOCO NO PODER NO BRASIL DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)

JOSÉ BATISTA DE QUEIRÓS NETO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais, área de concentração em Sociologia, 2015.

Orientador: Prof. Dr. Gonzalo Adrián Rojas

CAMPINA GRANDE - PB

2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

Q3p

Queirós Neto, José Batista de.

O bloco no poder no Brasil durante o governo Lula (2003-2010) / José Batista de Queirós Neto. – Campina Grande, 2016.

108 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. Gonzalo Adrián Rojas.

Referências.

1. Estado. 2. Brasil – Governo Lula. 3. Estado – Bloco no Poder. 4. Frações de Classe – Estado. 5. Hegemonia. I. Rojas, Gonzalo Adrián. II. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande (PB). III. Título.

CDU 321.01(043)

Texto Avaliado em 25/02/2015

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Dr. Gonzalo Adrián Rojas – PPGCS/UFCG
Orientador

Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Júnior – PPGCS/UFCG
Examinador Interno

Dra. Cláudia Maria Costa Gomes – Departamento de Serviço Social/UFPB
Primeiro Examinador externo

Dr. Romero Junior Venancio Silva – Departamento de Filosofia/UFS
Segundo Examinador Externo

Dr. José Maria Jesus Izquierdo – PPGCS/UFCG
Suplente Interno

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.

Rosa Luxemburgo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer aos meus pais, Martinho e Alzira pelo amor, carinho, apoio e estrutura que sempre me deram, desde a minha infância até os dias atuais. Não tenho dúvidas nenhuma que se não fosse o apoio dos meus pais não teria chegado aonde cheguei. A Minha mãe, agradeço a persistência e a paciência que teve comigo durante toda minha trajetória, principalmente nos tempos da escola, não fosse ela, não teria chegado a lugar nenhum. Ao meu pai agradeço principalmente, por não ter deixado faltar nada com relação à estrutura para os meus estudos, mesmo com todas as dificuldades, sempre colocou os meus estudos e dos meus irmãos em primeiro lugar.

Quero dirigir os meus agradecimentos também ao meu orientador e amigo, o Professor Dr. Gonzalo Adrián Rojas, pelo incentivo de entrar no mestrado e toda dedicação, paciência e o apoio que me deu nas orientações ao longo do curso. Agradecer também pela sua disponibilidade e pelo acompanhamento exercido durante a execução do trabalho, e por prestar toda a orientação e esclarecimentos necessários para o meu desempenho durante a pesquisa.

Aos meus avós Inácio Aires, Tereza Aires, Maria Vicente de Queiroz e José Batista, que já não estão entre nós.

Agradecer a todo carinho recebido da minha amada irmã Nayara. A parceria e cumplicidade do meu irmão Ranny. Meus irmãos são parte fundamental em minha vida e tenho um amor muito grande por eles.

As minhas tias, Maria, Creuza, Amélia, Iracema e Maura, que sempre me ajudaram demais e que me deram muito afeto.

A Socorro, Sebastião e Rosa, primos que tenho um carinho muito grande e que sempre tiveram com as portas abertas quando eu precisava ficar em Campina Grande. A Rosa também gostaria de agradecer pelo livro O Estado, O Poder e o Socialismo, de Nicos Poulantzas, que foi utilizado nessa dissertação.

A Alessandro e Alany, primos nos quais tenho uma amizade muito bonita e sincera desde os tempos de criança.

Não posso deixar de citar meus grandes amigos, que sempre estiveram do meu lado em vários momentos da minha vida: Júnior Ramos, Júnior Cordeiro, João Victor, Alexandre Amaral, Danilo Ramos, Jéssica Araújo, Xicão Almeida, Vinicius Daniel, Igor Felix, Phillip Maracajá, Amanda Araújo, Aninha, Mariany Medeiros, Bruno Cantalice, Kelly Gaudêncio, Enrique Meira, Leandro Lima, Robinho, Heliton Queiroz,

Dean, Valni Cordeiro, André Mansueto, Magda, Alessandro Ramos, Jailson, Márcio, Walter Pequeno, Helder Trajano, Elton Sangiles, Faruk Maracajá, Rafael Maracajá, Hugo, Nilsandro, Dennis Regis, Isadora Meira, Fabiano Castro, Tiago Cantalice, Adelino, Fiengo, Bugley, Kelvy, José Roselito, Maurílio, Sérgio Pageú, Rodrigo Cordeiro, Kildere, Madson, Neto Guimarães, Francisco Neto, Aline Tavares e Rômulo Lucena.

Aos meus grandes amigos que fiz na UFCG durante minha trajetória acadêmica: Renato Cristiano, Josileide Carvalho, Daniel, Banjaqui Nhaga, Diego Souza, Aldenor, Mayra, Laísa, Gilson, Nelson, Nelo, Klive e Joadir.

Aos meus amigos Tico, Fubica e Douglinhas, que infelizmente já não estão entre nós, mas que sempre estarão vivos nos meus pensamentos.

Ao bar de Luciano, Zilene e Talita, lugar este que tenho como uma segunda casa, e que acrescentou demasiadamente na minha construção teórica, com debates acalorados sobre questões políticas, religiosas, sociais e futebolísticas.

Ao Clube de Regatas do Flamengo e a Nação Flamenguista.

Ao grupo de pesquisa PRÁXIS, que foi fundamental para a minha construção teórica e onde fiz grandes e verdadeiras amizades: Gonzalo Rojas, Júlia Benare, Lucas Moura, Danilla Aguiar, Deyse Lucena, Eduardo Cotia, Soraia Carvalho, Janaina Freire, Renata Muniz, Shimenny, Joyce e Eliel Machado.

Aos “Servos da Gleba”: Aldo Branquinho, Valdênio Menezes, Rommel Jorge, Carlos Joseph, Gabriel Joseph, Luís Henrique (Lulinha), Demetrio, Thiago Chico, João Matias e Thiago Matarazo.

Aos Figuraças de São João do Cariri: Marcílio Pereira, Afonso Júnior, Jardel Brito, Tércio Ramon, Robinho, Wially, Felipe Almeida, Adriano, Marcos Wender, Roberto César, Saulo Supino e Chola.

A todos os professores e alunos da Escola Estadual Jornalista José Leal Ramos de São João do Cariri, escola essa onde fiz muitos amigos no tempo que fui estudante e posteriormente quando fui professor. Agradecer especialmente ao professor e ex-diretor Nivaldinho, a Maria José e Dona Zizita, essas duas professoras foram fundamentais para que eu me dedicasse nos estudos.

A todos os professores e alunos da Escola Virgem de Lourdes, as Lourdinas, principalmente para minha amiga Luciana.

A todos os professores e funcionários do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina

Grande (UFCG). A Rinaldo, secretário do PPGCS da UFCG, pela sua atenção a todos os alunos do curso de Pós-Graduação.

A Ronaldo Sales, professor este que tenho um respeito muito grande, muito disso pelo fato de ter cursado três disciplinas na graduação e uma no mestrado. Também não posso esquecer-me da ajuda que o mesmo vem me dando durante o desenvolvimento da minha dissertação, pois esteve presente em todos os estágios, contribuindo para a expansão do meu objeto.

A todo o povo de São João do Cariri, pelo incentivo e preocupação que sempre tiveram com relação aos andamentos da minha pesquisa.

Meu agradecimento ao CNPq pelo auxílio financeiro que possibilitou a realização desta pesquisa.

Por fim, gostaria de agradecer especialmente a princesa que apareceu na minha vida, e que desde então, tem feito os meus dias mais felizes.

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado tem como finalidade fazer uma análise do bloco no poder no Brasil, durante o período dos dois governos de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010). O objetivo geral desta pesquisa é analisar e compreender as relações entre Estado, governo e frações de classe no interior do bloco no poder no Brasil. Trabalharemos com a hipótese de que a fração da grande burguesia interna industrial e agrária melhorou sua posição relativa no interior do bloco no poder, mesmo não conquistando a hegemonia dentro do bloco, pois a fração de classe hegemônica é a burguesia financeira nacional e internacional. Em nossa hipótese secundária vamos trabalhar que o modelo macroeconômico neoliberal continua o mesmo, existe mudança apenas na correlação de força no interior do bloco no poder e no discurso em relação ao antigo neoliberalismo ortodoxo, porém a sua política econômica continua sendo neoliberal.

Palavras-chaves: Estado. Governo Lula. Bloco no poder. Frações de classe. Hegemonia.

ABSTRACT

This Master's dissertation aims to analyze the power bloc in Brazil, during the period between the two governments of Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010). The general objective of this research is to analyze and understand the relationship among State, government and class fractions within the power bloc in Brazil. We will work with the hypothesis that the fraction of large industrial and agrarian bourgeoisie internal improved their relative position within the power bloc, even not winning the hegemony within the block, as the hegemonic class fraction is the national and international financial bourgeoisie. In our secondary hypothesis, we will work that the neoliberal macroeconomic model remains the same, there is only change in the strength of correlation within the block in power and discourse from the old orthodox neoliberalism, put their neoliberal economic policy remains.

Keywords: State. Lula government. The power bloc. Class fractions. Hegemony.

RESUMEN

Este proyecto de investigación tiene como objetivo analizar el bloque de poder en Brasil durante el período de los dos gobiernos de Luis Inacio Lula da Silva (2003-2010). El objetivo de esta investigación es analizar y comprender la relación entre fracciones del Estado, del gobierno y de clase dentro del bloque de poder en Brasil. Vamos a trabajar con la hipótesis de que la fracción de gran burguesía industrial y agraria interna mejoró su posición relativa dentro del bloque en el poder, mientras que no ganar la hegemonía dentro del bloque, como la fracción de clase hegemónica es la burguesía financiera nacional e internacional. En nuestra hipótesis secundaria vamos a trabajar que el modelo macroeconómico neoliberal sigue siendo el mismo, sólo hay cambio en la fuerza de correlación dentro del bloque en el poder y el discurso de la vieja neoliberalismo ortodoxo, ponemos a su política económica neoliberal permanece.

Palabras clave: Estado. Gobierno de Lula. El bloque de poder. Fracciones de clase. Hegemonía

SUMÁRIO

Introdução.....	16
Capítulo 1. Marco teórico e principais conceitos.....	23
Capítulo 2. Contextualização do Neoliberalismo.....	42
2.1. A crise neoliberal na América Latina e o surgimento de governos críticos discursivamente do neoliberalismo.....	45
2.2. Neoliberalismo no Brasil.....	52
2.3. Lula e as alianças burguesas.....	57
2.4. Caracterizações sobre o governo Lula.....	69
Capítulo 3 O bloco no poder durante o governo Lula.....	78
3.1. Ascensão da burguesia interna no interior do bloco no poder.....	80
3.2. Hegemonia do capital financeiro no interior do bloco no poder.....	88
Conclusão.....	101
Referências bibliográficas.....	104

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELAS

TABELA 1 – Lucro líquido do sistema financeiro nacional, com valores corrigidos pelo IPCA_____	52
TABELA 2 – Taxa de desemprego no Brasil de 1985 a 2014_____	54
TABELA 3 – Resultados do PT nas eleições estaduais e nacionais (1982-1998)_____	58
TABELA 4 – Resultados do PT nas eleições municipais (1982-1996)_____	59
TABELA 5 – Desembolsos BNDES - R\$ bilhões _____	81
TABELA 6 – Balanço do setor industrial no segundo mandato de FHC e no primeiro de Lula_____	83
TABELA 7 – Balança Comercial do Agronegócio_____	85
TABELA 8 – Principais políticas adotadas pelo governo Lula para o desenvolvimento da burguesia interna_____	86
TABELA 9 – Lucro Líquido total do Sistema Financeiro – 1995/2010 – em bilhões de reais_____	89
TABELA 10 – Taxa de juros Selic (1995-2010)_____	91
TABELA 11 – Lista de Presidentes do Banco Central que atuaram no cenário do Capital Financeiro Internacional _____	93
TABELA 12 – A propriedade ao ajuste fiscal em relação a setores essenciais no 1º mandato de Lula_____	95
TABELA 13 – Principais políticas adotadas pelo governo Lula para beneficiar o capital financeiro_____	98

FIGURAS

FIGURA 1 – Orçamento Geral da União: Execução orçamentária de 2010_____	96
--	----

SIGLAS

ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política.

ABCE - Associação Brasileira de Comércio Exterior (ABCE),

BCB – Banco Central do Brasil.

BM – Banco Mundial.

BNDS - Banco Nacional do Desenvolvimento.

CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

COB - Central Operária Boliviana. (Bolívia)

CUT - Central Única dos Trabalhadores.

EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica.

FHC - Fernando Henrique Cardoso.

FMI - Fundo Monetário Internacional.

FGV- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

GAEL - Grupo de Estudos sobre América Latina da UFCG.

GEPAL - Grupo de Estudos Políticos da América Latina.

GEPALC - Grupo de Estudos políticos da América Latina Contemporânea.

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.

MAS - Movimento ao Socialismo. (Bolívia)

MST - Movimento de trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados.

NAFTA - Tratado Norte-Americano de Livre Comércio.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

PET - Programa de Educação Tutorial.

PIB – Produto Interno Bruto.

PL - Partido Liberal.

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PMN - Partido da Mobilização Nacional.

PP - Partido Progressista.

PPGCS/UFCG - Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

PROUNI - Programa Universidade para Todos.

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira.

PT - Partido dos Trabalhadores.

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal.

UFCG - Universidade federal de Campina Grande.

UIA - União Industrial Argentina.

UNE - União Nacional dos Estudantes.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas.

USP - Universidade de São Paulo USP

INTRODUÇÃO

Esta dissertação faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo intitulado “Os governos ‘pós-neoliberais’ na América Latina (1999-2014): uma análise comparativa. As relações entre Estado, poder político, movimentos sociais, políticas públicas e ‘ilusão’ desenvolvimentista”, cadastrado no CNPq e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG), coordenado pelo Professor Gonzalo Adrián Rojas e que se desenvolve no Práxis, grupo de pesquisa sobre Estado e luta de classes na América Latina.

Nossa dissertação vai fazer uma análise sobre as relações entre frações das classes dominantes no Brasil, as classes o governo e o Estado, durante um determinado período histórico, os dois governos do presidente Lula (2003-2010). Para isto utilizaremos o conceito Poulantziano de bloco no poder para explicar a relação que o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve com as frações das classes dominantes no período estudado.

O objetivo geral desta dissertação é analisar as relações entre Estado, governo e frações de classe no interior do bloco no poder no Brasil durante o governo do presidente Lula.

Os nossos objetivos específicos são:

a) Entender a partir da autonomia relativa do campo político das relações de produção no capitalismo, como sendo o governo Lula da Silva um governo burguês, no marco da formação econômico social capitalista brasileiro, expressa as correlações de força entre as frações de classe no interior do bloco no poder.

b) perceber e analisar as diferentes frações de classe burguesas no interior do bloco no poder no Brasil durante os governos Lula da Silva no período de 2003 a 2010. Trabalharemos com uma hipótese expressada inicialmente por cientistas políticos marxistas como Armando Boito Jr, Lúcio Flávio de Almeida e Gonzalo Rojas, no que se refere ao bloco no poder no Brasil, nos dois governos do presidente Lula, se bem eles têm análise e conclusões políticas diferentes. Esta hipótese é a seguinte: que a grande burguesia interna industrial e agrária melhorou sua posição relativa no interior do bloco no poder no período dos dois governos do presidente Lula, mesmo não conquistando a hegemonia dentro do bloco, pois a fração de classe hegemônica continua sendo a burguesia financeira nacional e internacional.

Como toda hipótese, nesta dissertação a verificaremos ou rejeitaremos. Trabalhar sobre esta hipótese não significa que concordamos com as conclusões que os autores elaboram a partir desta, senão que com uma mesma hipótese tentaremos aportar novos elementos e argumentos sobre esse relevante tema. É um ponto de partida inicial, hoje Boito Jr. entende que a burguesia interna é a hegemônica no bloco no poder, não mais o capital financeiro, como afirmava antes.

Nossa sub-hipótese foi expressa pelo cientista político Boito Jr, hoje abandonada em grande medida por ele, no sentido que o governo Lula de fato não rompe com o caráter do sistema neoliberal, apenas utilizam procedimentos diferentes, para que o sistema se reinvente ou se modifique para continuar no poder.

Esta dissertação está estruturada da seguinte maneira:

No primeiro capítulo trabalharemos com os principais conceitos teóricos que nos darão sustentação para o desenvolvimento da nossa pesquisa. Neste sentido utilizaremos alguns conceitos da teoria das classes sociais do cientista político grego Nicos Poulantzas como: Bloco no poder, hegemonia, classe, fração de classe, burguesia interna, autonomia relativa do Estado, autonomia relativa do Estado, cena política, classe reinante e classe dirigente entre outros.

Dentro desse capítulo utilizaremos também conceitos de outros autores, como Karl Marx, centralmente os desenvolvidos no Manifesto do Partido Comunista, como Estado, classe e luta de classe e O 18 Brumário de Luís Bonaparte, no qual o homem de Tréveris faz uma rica análise das frações de classe da sociedade francesa durante o processo contrarrevolucionário que aconteceu na França e ficou conhecido como Bonapartismo.

Lenin é outro autor que trabalhou com os conceitos de classe e de fração de classe, tais conceitos foram desenvolvidos entre outros lugares nas obras O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia e em Quem são os “amigos do povo” e como lutam contra eles os social-democratas ? que também serão tomados em consideração.

Pela sua vez, de León Trotski tomaremos o conceito de desenvolvimento desigual e combinado.

Também utilizaremos alguns conceitos desenvolvidos por Antonio Gramsci nos Cadernos do Cárcere, como: bloco histórico, hegemonia, sociedade civil, crise orgânica e transformismo, que vai ter influenciar o desenvolvimento da obra de Poulantzas,

mesmo esses autores tendo importantes diferenças epistemológicas e interpretações no interior do marxismo.

Enfim, utilizaremos Mao Tse Tung com sua obra intitulada *Análise das Classes na Sociedade Chinesa* escrito em 1926, onde faz uma análise de todas as frações de classe existentes na China, desde aquelas que são mais exploradoras até as que são mais exploradas. Na verdade, recorreremos a Mao, porque este é utilizado por Poulantzas no percurso teórico de sua conceptualização.

No segundo capítulo tentaremos relacionar as principais características que fazem o governo do presidente Lula e sua relação com as políticas como tendo elementos neoliberais.

Para isso faremos uma breve menção histórica das origens e da consolidação do neoliberalismo pelo o mundo, e focando na América Latina, até a chegada e a hegemonia do neoliberalismo no Brasil. Em seguida trato da chegada ao poder na América Latina de alguns governos críticos discursivamente do neoliberalismo dentre a chegada desses governos destacamos a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002 no Brasil.

Ainda no segundo capítulo discutiremos as relações políticas entre governo, Estado, poder político e frações de classe, enfatizando assim a política de aliança entre Lula e a burguesia, colocando os principais pactos que o Partido dos Trabalhadores (PT) e Lula fizeram, tanto com os setores burgueses nacionais e internacionais, quanto com os partidos políticos que o PT historicamente foi opositor e que não representavam logicamente os ideais da classe trabalhadora.

Em seguida trataremos das caracterizações do governo Lula, com diferentes interpretações, dividindo a literatura a partir de pelo menos três leituras sobre esse governo: continuidade do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e com o modelo neoliberal, ruptura com o governo de FHC e o neoliberalismo ou mudança no interior do modelo e não de modelo neoliberal.

Ainda no segundo capítulo, tentaremos demonstrar a mencionada hipótese com elementos e mediações que nos permitem afirmar que o governo do presidente Lula foi neoliberal, assim como o do seu antecessor Fernando Henrique Cardoso, porém houve uma mudança no interior do modelo neoliberal e não uma mudança de modelo. Essa hipótese foi colocada por Armando Boito Jr. nos seus textos do ano 2006 e posteriormente abandonada pelo mesmo, sendo mantida por Lúcio Flávio de Almeida e Gonzalo Rojas, com claras diferenças nas conclusões políticas.

No terceiro capítulo também enfocaremos a questão do bloco no poder durante o governo Lula, tentando enfatizar as principais frações de classe que ocupam esse bloco no poder do Brasil e trabalhando especificamente a hipótese, destacando a força que a burguesia interna brasileira ganhou com a chegada de Lula à presidência da república. Isso nos dará elementos para verificar ou rejeitar a nossa hipótese de que a burguesia interna melhorou sua posição relativa no interior do bloco no poder, mas não conseguiu ser a fração de classe hegemônica, pois esta posição continua sendo ainda do capital financeiro nacional e internacional. Em nosso entendimento, esta hipótese foi verificada.

Esta abordagem em nossa pesquisa nos permite incluir questões estruturais (econômicas, materiais) e superestruturais (ideológicas e políticas), enfocando as relações entre Estado, às classes e as frações de classes, sob o pano de fundo da economia política nacional e internacional na formação econômico e social brasileira. Entendendo tudo isso do ponto de vista marxiano como diferenciações analíticas no marco de uma totalidade.

Para conseguirmos dar maior coerência a nossa dissertação é necessário realizar algumas considerações metodológicas.

Nosso trabalho se insere em uma longa tradição, no marco teórico do materialismo histórico e dialético, poucas vezes interpretado e reconhecido na academia, como afirma José Paulo Neto (NETO, 2011). Temos como observação inicial a complexidade do método de Marx o encaramos do ponto de vista da totalidade e diferenciamos de outras interpretações no campo marxista como as positivistas de II Internacional e as factorialistas. Assim como diferenciamos analiticamente a teoria, do método e este das técnicas de pesquisa.

Os procedimentos metodológicos mais pertinentes para obter a evidência empírica dentro daquilo que se pretende investigar em termos de técnicas de produção de dados incluirão um conjunto de fontes secundárias, como:

a) análise da bibliografia sobre os temas, pois enfocamos o pensamento de vários autores e realizamos um balanço de literatura sobre o tema.

b) também foram utilizados materiais obtidos em diversas revistas e periódicos do Brasil e dos demais países latino-americanos que se referem ao governo do ex-presidente Lula da Silva no Brasil;

c) a investigação foi também documental, porque se valerá de documentos fornecidos por organizações políticas e corporações do Brasil, disponibilizados em sites da internet e sites do governo.

d) Trabalharemos também com tabelas e figuras: Utilizaremos 11 tabelas e uma figura, que para o nosso entendimento, tal estratégia vai melhor visualizar os elementos que permitam verificar nossa hipótese.

e) A opção de focar nossa análise em uma formação econômico-social específica, no caso o Brasil sob os dois governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), nos permitirá realizar uma análise mais aprofundada.

O método de estudo marxista é o materialismo histórico, nesse sentido, segundo Marx e Engels, para podermos entender a formação econômico social de qualquer país devemos antes de tudo fazermos uma análise histórica dos os processos reais e concretos que aconteceram naquele determinado local. Segundo os autores, não podemos fazer uma análise, ou tirar conclusões políticas, filosófica, religiosas, entre outras, sem antes entendermos as questões históricas que fizeram com que tais processos viessem a existir. (MARX; ENGELS, 2010, p. 106- 107, grifo do autor).

No materialismo histórico de Marx e Engels, o sujeito é o motor da história, ou seja, vai ser o homem, através das suas condições materiais de existência que vai fazer com que aconteça as principais mudanças sociais no interior da sociedade, principalmente ao que diz respeito as mudanças tecnológicas e as mudanças do modo de produção.

Ao falar do sujeito, José Paulo Neto coloca que:

Para Marx, o contrário, o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa. (NETO, 2011, p. 16).

Esta pesquisa que foi realizada no Brasil, utilizará metodologia qualitativa, pois o nosso objeto e os nossos objetivos apontam para essa necessidade, uma vez que problematizaremos o bloco no poder que existem no Brasil a partir do estudo das relações entre Estado, governo, hegemonia e frações de classe no interior do bloco no poder.

Segundo William R. Wood e John Williamson, a pesquisa qualitativa deve trabalhar dentro de um campo histórico complexo, os seus pesquisadores realizam seus estudos dentro do seu campo natural, com o objetivo de interpretar ou fazer com que as coisas possam fazer sentido para que as pessoas possam entender as coisas do seu meio. Para que este tipo de estudo possa ser realizado, é necessária uma variedade de materiais empíricos, como o estudo de caso, experiência pessoal, introspecção, história de vida, entrevista, e textos observacionais, históricos, interacionais e visuais. Todos esses materiais são importantíssimos para a melhor interpretação dos problemas e significados do local onde a pesquisa será desenvolvida.

Existem algumas atividades que conjuntamente definem um processo de pesquisa qualitativa. Essas atividades seriam primeiramente a teoria, o método, a análises, a ontologia, a epistemologia e a metodologia.

Para James Martins:

(...) A pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados e é caracterizada pela heterodoxia no momento da análise. Enfatiza-se a necessidade do exercício da intuição e da imaginação pelo sociólogo, num tipo de trabalho artesanal, visto não só como condição para o aprofundamento da análise, mas também – o que é muito importante – para a liberdade do intelectual. (...) (2004, p. 289).

Procurei focar a minha pesquisa na área de América Latina, especificamente Brasil, pelo fato de ter participado de alguns eventos que aconteceram na UFCG, cuja temática era baseada na conjuntura política latino-americana. Um dos eventos importantíssimos para despertar o meu interesse sobre essa temática foi o “Seminário Internacional sobre Conjuntura Política Latino-Americana” promovida pelo PET-Economia, pelo GAEL (Grupo de Estudos sobre América Latina da UFCG), no ano de 2010. Participo também do Grupo de estudos políticos PRÁXIS da Universidade Federal de Campina Grande, coordenado pelo professor Gonzalo Adrián Rojas, que foram preponderantes na minha escolha por tal temática, e participei do Grupo de Estudos Políticos da América Latina Contemporânea (GEPALC) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Alguns dos elementos parciais dessa dissertação foram apresentados no VIII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) no ano de 2012, em

Gramado, Rio Grande do Sul e no Grupo de Estudos Políticos da América Latina (GEPAL), no V Simpósio Internacional de Lutas Sociais na América Latina

“Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), na cidade de Londrina, no Estado do Paraná, que foi realizado no ano de 2013.

CAPÍTULO 1: MARCO TEÓRICO E PRINCIPAIS CONCEITOS

Para poder trabalhar e estudar os conceitos das relações entre Estado, governo e frações de classe, utilizaremos diferentes obras e conceitos, fundamentalmente da tradição marxista em termos teóricos.

No Manifesto do Partido Comunista escrito em 1848, Karl Marx e Friedrich Engels diferenciam as classes das frações de classe, porém, estão mais preocupados em apresentar principalmente as duas principais classes do capitalismo, a burguesia e o proletariado. Será no O 18 Brumário de Luís Bonaparte que Marx realmente vai se debruçar com relação a todas as classes e as frações de classe que existem dentro da sociedade capitalista, para realizar a análise do processo político na França.

Na obra O 18 Brumário de Luís Bonaparte, escrito em 1851, Marx vai desenvolver a sua teoria com relação às frações de classe, mostrando, a partir de uma análise concreta de uma situação concreta que a burguesia não é uma classe homogênea, senão que possui distintas frações de classe que estão em constante luta pela hegemonia no interior do Estado capitalista.

Como estamos estudando um país em particular, em sua forma concreta, utilizamos o conceito de formação econômico-social elaborado por Marx. Tal conceito diz respeito à superposição de diversos modos de produção em um determinado momento histórico, sendo que um desses modos de produção aparece como dominante.

Segundo os autores V. Platkovski e S. Titarenko (1954), Uma formação econômico-social é um modo de produção historicamente definido que encarna a unidade entre as forças produtivas e as relações de produção em conjunto com as concepções políticas, jurídicas, religiosas, artísticas e filosóficas e as instituições da sociedade que correspondem a essas relações, sob-hegemonia de uma determinada relação social.

Marx diferencia conceitualmente Modo de produção de Formação econômico-social. O modo de produção é entendido de forma totalizante é à base de qualquer formação econômico-social. São compostos pelos bens materiais que são necessários à sociedade para que o indivíduo possa viver e desenvolver-se. O modo de produção dos bens materiais condiciona o caráter do regime social, econômico e político dos homens. Neste sentido, o modo de produção assim é, no fundamental, a própria sociedade, suas ideias e teorias, concepções políticas e instituições. Os dois principais aspectos do modo de produção são as forças produtivas que expressam a relação entre os homens e a natureza e as relações de

produção que expressam a relação dos homens entre si no processo de produção dos bens **materiais**.

Por sua vez, o conceito de formação econômico-social desenvolvido por Marx é o seguinte:

(...) em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e influência sobre as outras. É uma luz universal de que se embebem todas as cores, e que as modifica em sua particularidade. É como um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas emprestando relevo e seu modo de ser (MARX, 1978, p.121).

Nesse sentido, não vou entrar no debate entre as interpretações estruturalistas ou historicistas, sobre o conceito de formação econômico e social. Vou utilizar o conceito de Karl Marx, concordando com a interpretação realizada por Perry Anderson no seu livro *Transições da Antiguidade ao Feudalismo*. Nesta obra, o historiador inglês vai abordar a política, o modo de produção, a economia e as crises acarretadas por este de forma totalizante.

Quando realizamos um estudo de caso, estamos analisando uma determinada formação econômico-social, por exemplo, a capitalista brasileira em nosso caso, a que é produto – não sem contradições – da superposição de diversos modos de produção. Nesse sentido, destacamos que o modo de produção é uma elaboração teórica, abstrata e a formação econômico-social, é concreta, é um conceito teórico, mas em um nível menor de abstração.

Voltando ao O Manifesto do Partido Comunista, escrito por Marx e Engels em 1848, durante as guerras civis que sacudiram a Europa de forma desigual e combinada entre 1848 e 1850, se expressa à ruptura do o proletariado com a burguesia, em termos políticos, programáticos e organizativos. Nesse sentido, Marx e Engels, nos apresentam uma primeira definição de Estado, destacando de forma original seu caráter de classe, ou seja, seria um aparelho político voltado para a garantia das próprias bases sobre as quais se apoiaria a sociedade civil capitalista. O Estado burguês, por exemplo, protegeria as relações capitalistas de produção, de forma a assegurar o domínio do capital sobre o trabalho, a reprodução ampliada do capital, a acumulação privada do produto social, a redistribuição do fundo público em benefício do capital, a exploração da renda fundiária, entre outras. Portanto, o Estado seria, ao mesmo tempo, parte integrante das relações capitalistas de produção, mas para garantir a dominação burguesa, seria um aparelho político de defesa das mesmas, que simultaneamente deve

ter uma autonomia relativa para garantir a reprodução da sociedade burguesa. Nesse sentido, Marx coloca no Manifesto Comunista, que o Estado moderno, produto do desenvolvimento de uma sociedade dividida em classes onde seus interesses são irreconciliáveis, não é mais do que um comitê, que administra os negócios comuns do conjunto da classe burguesa.

Em O Manifesto Comunista, Marx e Engels colocavam como sendo o maior objetivo do proletariado é a queda da sociedade burguesa, e a subida do poder político por parte do proletariado, que iria dar origem a uma sociedade sem propriedade privada burguesa. Ou seja, Marx se utiliza do materialismo histórico dialético para fazer sua análise de mudança social, pois segundo o mesmo, o desenvolvimento das forças produtivas podem gerar conflitos entre os patrões e os trabalhadores, que conseqüentemente pode vir a nascerem novas relações de produção, a partir da intervenção consciente da classe trabalhadora como sujeito político. Com todas essas mudanças na base material da sociedade, ou seja, na infraestrutura, a superestrutura também se modifica, e assim surgem grandes possibilidades de acontecer uma revolução de cunho socialista.

Desejamos esclarecer que utilizamos a separação entre base e superestrutura à conhecida “metáfora” do edifício, utilizada por Marx na Introdução da Crítica da Economia Política de 1859, justamente como uma metáfora no marco de uma totalidade e não como conceitos.

Segundo Marx, o proletariado foi à primeira classe dominada da história que tinha condições de reivindicar por si mesma, o fim da exploração do homem pelo homem. Neste sentido, deve ser criada uma nova forma de ver o mundo, que seja totalmente oposto ao antigo e ao hegemônico pensamento burguês. Ou seja, o proletariado precisa de um novo saber, que seja capaz de preencher a sua realidade e que possa guia-los para uma revolução social, fazendo então com que as concepções ideológicas cujo quais guiam a sociedade burguesa, sejam totalmente aniquiladas, formando então um novo pensamento hegemônico dentro da sociedade.

O novo tipo de saber tem como objetivo criticar as formas dominantes de pensamento e criar novas e diferentes formas de olhar o mundo, para só assim, poder haver uma compreensão da realidade social. O modo de pensar hegemônico burguês é marcado pelo idealismo e pelo empirismo, que acabam falseando o conhecimento da realidade social, e acabam reproduzindo os interesses das classes dominantes, mesmo de forma não intencional.

Esse novo tipo de saber é o materialismo histórico, que Marx e Engels desenvolveram, e que implicou em um processo de busca intensa, de mudanças profundas, de desbravamento de um local totalmente desconhecido. Esse processo que Marx e Engels trabalharam minuciosamente tem o seu ponto auto na obra conhecida como A ideologia alemã, que tratava de um esboço no qual Marx e Engels fizeram para terem melhor clareza dos principais fundamentos desta nova maneira de pensar e de mudar o mundo.

Portanto, como já mencionamos, o materialismo histórico é uma abordagem metodológica ao estudo da sociedade, da economia e da história que foi pela primeira vez elaborada por Karl Marx e Friedrich Engels. Marx coloca em A ideologia Alemã que o materialismo histórico é a teoria que aplica os princípios do materialismo dialético do campo da história, ou seja, explica a história do ponto de vista da totalidade a partir das questões materiais. Assim aplicando estes princípios aos fenômenos da vida social ao estudo da história da sociedade. Fundamenta-se, inicialmente, na observação da realidade a partir da análise das estruturas e superestruturas que abarca um determinado modo de produção.

Na obra O 18 Brumário de Luís Bonaparte, escrito em 1851, Marx faz uma análise do antagonismo existente entre as diferentes classes e frações de classes francesas do século XIX, para compreender como se dá o processo histórico que levou Luís Bonaparte ao governo através do golpe militar, fenômeno político que depois ficou conhecido como bonapartismo, através do golpe militar.

Marx nos apresenta nesse trabalho que cada classe a seu modo se dispunha a lutar pelo poder político como forma de instaurar e consolidar os seus interesses. A burguesia, por seu lado, encontrava-se em meio a uma busca desesperada pela consolidação de seu poder político em crise, o qual garantiria como consequência a expansão do poder econômico, e, para isso, faz uso de expedientes diversos e, muitas vezes, superexploratórios da força de trabalho, como não poderia ser de outra forma. A burguesia francesa era heterogênea, e os desejos internos desses grupos não somente divergiam, mas as contradições existentes, muitas vezes, os colocavam em posição de anulação recíproca de interesses. “Bonaparte gostaria de aparecer como o benfeitor patriarcal de todas as classes. Mas não pode dar a uma classe sem tirar de outra” (MARX, 2001, p.59).

Dentro do mencionado texto, achamos que o capítulo 6, Frações em luta na França, é de especial relevância para esta dissertação, pois nos interessa estudar

justamente a complexa relação entre o econômico e o político, para podermos analisar os interesses das diferentes frações de classe e como estas os representam no plano político na luta pelo poder político.

É importante fazermos uma diferenciação entre dois conceitos, o de Bonapartismo e o de Cesarismo.

O bonapartismo é um conceito elaborado por Marx, que se diferencia do conceito que existia até então conhecido como cesarismo. O bonapartismo é conceituado em referência ao governo de Luís Bonaparte, que tinham em comum a desautorização do poder legislativo e que deixaria tudo subordinado ao poder executivo. Nesse sentido, o Bonaparte seria um líder carismático e detentor de muitos poderes, que não se apoia na burguesia, nem no proletariado, porém tal personagem sempre está vinculado a alguma fração de classe que não rompa com os interesses fundamentais da classe dominante.

O termo Cesarismo surge na Roma antiga, quando Caio Julio César subiu ao poder através de uma guerra civil, encerrando assim seiscentos anos de república romana, obrigando o senado a declará-lo ditador de Roma. Nesse sentido, o termo Cesarismo passou a ser um termo utilizado para definir um regime de exceção.

Segundo Antonio Gramsci:

“Pode-se afirmar que o cesarismo expressa uma situação em que as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, isto é, equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode terminar com a destruição recíproca”. (...) Mas o cesarismo, embora expresse sempre a solução ‘arbitral’, confiada a uma grande personalidade, de uma situação histórico-política caracterizada por um equilíbrio de forças de perspectiva catastrófica, não tem sempre o mesmo significado histórico”
(Gramsci, 2002b:76).

Segundo Moura, tal conceito pode ser problemático, pois muitas vezes não se adéqua a situação:

“(...)para Gramsci o cesarismo é uma situação em que forças políticas antagônicas chegam a um equilíbrio de forças que vai inevitavelmente gerar a destruição de uma ou de ambas as forças. Este equilíbrio pode surgir do empoderamento das classes dominadas ou do enfraquecimento momentâneo das classes dominantes. Quando de tipo progressista, gera uma mudança no seio do estado, e quando de tipo reacionário,

apenas desenvolve o estado sem de fato modificá-lo”. (MOURA,2013, p.2).

Marx não concorda com o termo cesarismo, pois segundo o mesmo, não existia em Roma uma situação de classe ou fração de classe, pois o que reinava na época eram os estamentos. Nesse sentido, Marx coloca que não é possível transferir elementos do tempo passado para o tempo moderno, como foram os golpes de Napoleão e Luís Bonaparte na França, pois nesse sim foi uma questão classista. Marx também vai criticar Victor Hugo e Pierre-Joseph Proudhon, pelo motivo dos dois autores terem uma interpretação não materialista do conceito de Cesarismo.

Lenin fará referência às classes e frações de classe em múltiplas ocasiões, fazendo também um apanhado sobre os principais fatores que contribuíram para o surgimento do capitalismo dentro da Rússia, em sua obra, O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. Nesse livro, o autor vai fazer uma contextualização desde quando o capitalismo invadiu as comunidades rurais e desestabilizando toda aquela estrutura que existia durante séculos. Lenin coloca que foi a partir da abolição da servidão que se deu o desenvolvimento das cidades, pois todos os camponeses e artesões não tinham como competir com a indústria, e acabavam vendendo sua força de trabalho aos donos do capital.

Em outros trabalhos intelectuais, como em “Quem são os “amigos do povo” e como lutam contra os social-democratas?”, Lenin vai escrever sobre a aliança revolucionária entre a classe operária e os camponeses, pois muitos marxistas importavam-se apenas com o proletariado e não davam atenção necessária para os camponeses. Nesse sentido, Lenin através dessa obra vai desmistificar essa ideia com que muitas vezes a social-democracia os atacavam, colocando com os marxistas secundarizavam a questão camponesa. Ao colocar que pelo fato do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, o processo real era a ascensão do proletariado, pois os camponeses estavam cada vez mais deixando o campo e indo para as cidades, no entanto, Lenin defendia a aliança operário-camponesa. Lenin também vai fazer crítica com relação aos populistas, que segundo o mesmo, não tinham como objetivo eliminar a exploração capitalista, os únicos que tinham esse objetivo na visão de Lenin eram os marxistas.

Por sua vez, Mao Tse-tung em *Análise das Classes na Sociedade Chinesa*, faz um apanhado de todas as frações de classe existentes dentro da China, distinguindo e identificando então os setores que detém a posse das terras, daqueles que são semi-proprietários e daqueles que não possuem propriedade, que conseqüentemente são as frações mais exploradas, pois disponibilizam apenas de sua força de trabalho para poderem sobreviver.

Neste sentido, Mao faz uma análise da sociedade chinesa, as apresentamos estas divisões, já que fazem parte do processo de elaboração teórica de Nicos Poulantzas, e a divide nas seguintes frações de classe:

A classe dos senhores de terra e a burguesia compradora, que seriam as frações mais reacionárias e estão lado a lado com o imperialismo e constituem as forças contrarrevolucionárias.

A média burguesia, que assume um papel contraditório, pois as duas maiores forças são as revolucionárias e as contrarrevolucionárias, que impossibilitavam dessa fração ocupar uma posição independente.

A pequena burguesia seria composta pelos camponeses-proprietários, proprietários de empresas de artesanato e camadas inferiores dos intelectuais.

O semi-proletariado é formada pelos camponeses semi-proprietários e os camponeses pobres que representa uma esmagadora massa rural.

O proletariado seria a fração de classe que não dispõem de terras, nem material agrícola, nem de recursos financeiros, não podendo então subsistir a não ser que vendam a sua força de trabalho.

Segundo Mao o proletariado mesmo em menor número que o semi-proletariado, se tornou a fração de classe dirigente no movimento revolucionário na China. A fração de classe que estaria na pior situação com base nas análises de Mao seria o lumpem-proletariado, pois é constituída por camponeses que perderam suas terras e operários-artesãos sem trabalho.

Todos esses autores que mencionamos, fazem parte do percurso teórico utilizado por Nicos Poulantzas para desenvolver os seus principais conceitos. Neste sentido, como utilizamos a teoria política e das classes sociais de Poulantzana para desenvolver a nossa dissertação, todas as ideias desses autores vão nos dar sustentação para a nossa construção teórica.

Continuando com a ideia que a burguesia não é homogênea, utilizaremos os conceitos teóricos fração de classe e bloco no poder da forma em que utiliza Poulantzas,

para mostrar quais os conjuntos de articulações nas quais as classes dominantes se apoiam, mesmo como interesses distintos, para que uma delas possa vir a se tornar hegemônica no interior do bloco no poder, sua relação com o Estado e sua influência nos governos.

Nesta dissertação focaremos em quatro livros de cientista político greco-francês, Poder político e classes sociais escrito em 1968, As classes sociais no capitalismo hoje de 1974; A crise das ditaduras, 1976 e Estado, poder e socialismo de 1978; vai nos permitir entender a sua concepção sobre a natureza do Estado no capitalismo contemporâneo. Entendemos que os conceitos teóricos elaborados por Poulantzas oferecera-nos elementos para pensarmos sobre as relações entre Estado, governo e frações de classe no interior do bloco no poder em uma formação econômico-social específica; e também nos dará condições de conhecer mais profundamente conceitos analíticos de fundamental importância quais sejam: bloco no poder, frações de classe, hegemonia, burguesia interna e o Estado.

Poulantzas aponta que faltou na obra de Marx o desenvolvimento de um conceito, bloco no poder e hegemonia no interior do bloco no poder, mas também aponta que foi a rica contribuição das obras do próprio Marx e de outros clássicos, que deu suporte para o desenvolvimento dos seus principais conceitos no tocante ao estudo sobre bloco no poder e as frações de classes dominantes, pois foi pela bagagem teórica adquirida nas obras, O Manifesto do Partido Comunista, no O XVIII Brumário de Louis Bonaparte de Marx, Lenin, O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia e Quem são os “amigos do povo” e como lutam contra eles os socialdemocratas? e de Mao Tse-Tung em Análise das Classes na Sociedade Chinesa. Com esse baseamento teórico é que o professor greco-francês conseguiu desenvolver suas principais categorias, mesmo não existindo na obra de Marx os conceitos de bloco no poder ou de hegemonia em relação ao bloco no poder. Poulantzas elabora o conceito de bloco no poder, e utiliza de forma particular o conceito de hegemonia no interior do bloco no poder, diferenciando do conceito de hegemonia de Gramsci, como apresentaremos mais na frente.

O Estado capitalista permite o funcionamento da “força”, da “repressão”, ou da violência dentro do Estado. Porém segundo Poulantzas, não se pode reduzir o Estado apenas em um aparelho de violência nas mãos da classe dominante. Ou seja, o Estado é bem mais amplo do que apenas o aparelho repressivo da burguesia, pois o Estado burguês consiste num todo complexo, onde a classe dominante, a través do bloco no poder, confronta seus interesses com os da classe dominada. O Estado na visão de

Poulantzas, mesmo sendo de classe, não seria um instrumento nas mãos de uma classe, nem um sujeito autônomo, mas um espaço de lutas entre as classes e os grupos sociais, com um limite estrutural, nas suas primeiras obras, Poder Político e classes Sociais no Capitalismo, centralmente, e sem limite estrutural na sua obra O Estado, O Poder, O Socialismo. Nessa dissertação utilizaremos o conceito de bloco no poder, que é um conceito retirado das obras do “jovem” Poulantzas, tanto em Poder Político e Classes Sociais, quanto em As Classes Sociais no Capitalismo Hoje.

É importante fazer a diferenciação entre dois conceitos, o de bloco no poder de Poulantzas com o de bloco histórico, desenvolvido por Gramsci.

O primeiro foi desenvolvido pelo cientista político Nicos Poulantzas, na sua obra Poder Político e Classes Sociais, que será fundamental para o desenvolvimento e a explicação desse trabalho.

Já o segundo, foi desenvolvido pelo autor marxista italiano Antonio Gramsci, em sua obra mais conhecida, os Cadernos do Cárcere, fundamentalmente no volume que inclui as Notas sobre Maquiavel, a política e o Estado Moderno.

O conceito de bloco no poder elaborado por Poulantzas refere-se à articulação das frações das classes dominantes sob a hegemonia de uma dessas. É um conceito que opera com dois aspectos básicos: a) a unidade contraditória da burguesia e b) o papel ativo desempenhado pelo Estado na organização da dominação de classe da burguesia e da hegemonia de uma de suas frações.

Esse conceito de bloco no poder, que não é utilizado expressamente por Marx ou Engels, indica assim a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do estado capitalista. (POULANTZAS, 1977, p. 229).

Neste sentido, para Poulantzas, o Estado capitalista torna possível seu funcionamento mediante um “bloco no poder”, que contém na sua formação, várias classes ou frações de classe politicamente dominantes. Entre essas frações de classe, sempre existirá alguma que se sobressairá, ou seja, será hegemônica, por ser a que se apresenta como a que representa os interesses gerais de toda a sociedade e, ao mesmo tempo, se sobrepõe em relação às demais frações de classe na sua relação com o Estado capitalista. O conceito fração de classe, como antecipamos, indica que a burguesia não é uma classe homogênea, apresentando, na verdade, divisões minimamente estáveis

que chegam a configurar frações com interesses econômicos específicos e com presença diferenciada no plano político. O Estado burguês organiza os interesses gerais da burguesia, priorizando ao mesmo tempo, os interesses específicos de uma determinada fração hegemônica frente aos interesses das demais frações de classe que se encontram no interior do bloco no poder.

Para Poulantzas, as “frações da burguesia”, apesar de possuírem diferentes interesses, mostram-se homogêneas e se cristalizam como poder no Estado capitalista. Aqui temos uma questão fundamental, mas que se divide em duas: *unidade e contradição*. Em Primeiro lugar, a unidade da classe dominante, porque o conjunto dos capitalistas tem interesse em assegurar as condições gerais de reprodução do capitalismo e porque o Estado burguês cuida para que essas condições gerais atendam, indistintamente, aos interesses comuns do conjunto da burguesia, a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e a reprodução da força de trabalho como mercadoria. Em segundo lugar, essa unidade é contraditória, porque embora os capitalistas tenham interesses comuns, estão distribuídos de acordo com a posição particular que ocupam no processo de produção num momento histórico e num país determinados, isto é, em setores econômicos diferenciados que poderão se constituir em frações de classe perseguindo interesses específicos.

Neste sentido Poulantzas coloca que o bloco no poder não é um local onde todas as frações de classes dominantes convivem harmonicamente e de forma consensual. Cada fração tem seus objetivos diferentes, porem tem como objetivo maior a manutenção do bloco no poder, para que os seus interesses não sejam eliminados. Segundo Poulantzas umas das principais formas de manutenção do bloco no poder é a estreita relação com a política, pois vai ser através das alianças entre classes e partidos que vai dar sustentação a continuação do bloco no poder.

O autor greco-francês faz uma diferenciação entre os conceitos de aliança e de frente. Segundo o autor, a aliança poderia ser constituída entre as classes ou frações no interior do bloco no poder, ou entre uma delas, por um lado, e outra classe ou fração, por outro. Ou seja, uma aliança pode acontecer entre duas ou mais frações de classe, com o objetivo de obter vantagens. Já o conceito de frente seria mais flexível e com um programa mais difuso, seriam as forças sociais ou movimentos sociais, que estão localizadas fora do bloco no poder, mas que contribuem para fortalecer e interpretar tais governos.

Para Poulantzas, existem diferentes frações burguesas, cada uma com interesses diferentes, e nesse sentido, o autor vai fazer a diferenciação de cada uma delas e as utilizaremos na análise do bloco no poder na formação econômica e social brasileira.

a) A burguesia compradora, que é a fração da burguesia mais internacionalizada e vinculada aos interesses imperialistas e que atua como uma simples intermediária do capital estrangeiro;

b) A burguesia nacional, que é uma fração da burguesia com base na formação econômico-social do seu próprio país, que a partir de certo grau e tipo de contradição com o capital estrangeiro ocupa um lugar relativamente autônomo deste na estrutura e na superestrutura ideológica e política, o que gera como efeitos políticos uma posição anti-imperialista e/ou populista. No século XXI, é difícil sustentarmos uma argumentação em favor da existência de burguesias nacionais no sentido clássico do termo, dado o grau de financeirização do capitalismo, sob a forma específica da mundialização do capital na expressão de François Chesnais.

c) A burguesia de Estado¹ que tem a particularidade de nascer no terreno político antes de constituir-se no econômico. Esta burguesia emerge em uma defasagem entre ambos os níveis, de maneira inversa à formação histórica autônoma do resto das frações da burguesia. Como pode cobrir todos os momentos do ciclo geral do capital social, distingue-se conceitualmente da pequena-burguesia do setor público e da burocracia estatal. Este é um conceito utilizado mais por Poulantzas, como Antonio Mutti e Paolo Segatti, mais até mesmo do que o próprio Poulantzas. (Mutti: e Segatti:1979).

d) A burguesia interna² é uma fração da classe capitalista que ocupa uma posição intermediária entre, de um lado, a posição da burguesia compradora, setor perfeitamente integrado à forma histórica vigente de dependência, pois é a fração mais internacionalizada, que tem vínculos com o imperialismo e atua como intermediária do capital estrangeiro como foi apresentado acima e de outro lado, a posição da burguesia nacional, que está relacionada com a formação social do seu próprio país, está fração chegou a sustentar posições anti-imperialistas.

A burguesia interna tem uma base de acumulação própria, pois acumula no interior da formação econômico-social de seus países, no caso do nosso estudo,

¹ Apesar de ser um conceito polemico será utilizado de forma hipotética, no entanto, até o momento é o melhor que explica a articulação entre a fração de classe e Estado nos governos “pós-neoliberais” da região Andina, principalmente Venezuela e em menor escala Bolívia e Equador para alguns Poulantzas.

² Um conceito desenvolvido por Poulantzas, particularmente nos seus livros *As classes sociais no capitalismo de hoje* e *A crise das ditaduras*.

estabelecida na economia brasileira, diferenciando-se do grande capital financeiro nacional e internacional sem, contudo, chegar a opor-se a esse capital.

Para outro teórico marxista, Gramsci, o Estado se encontra no interior de um determinado bloco histórico, que é a articulação entre a estrutura e a superestrutura num determinado momento histórico. A estrutura e a superestrutura seriam amalgamadas, ou seja, interligada pelos intelectuais. Marx pega o conceito de sociedade civil de Hegel, que segundo o mesmo significaria o âmbito dos interesses particulares sociedade burguesa e considera que essa mesma sociedade civil faz parte da estrutura da sociedade. Porém Gramsci inverte tal conceito e o coloca na superestrutura da sociedade. Pois de acordo com o comunista italiano a superestrutura está composta pelo Estado e pela sociedade civil, mas essa sociedade civil se bem está deslocada, expressa os interesses econômicos.

O Estado na visão de Gramsci tem como objetivo maior fazer com que o bloco histórico permaneça no poder através das decisões que venham a beneficiar a classe dominante, seja essa através do consenso, ou da força. O consenso seria praticado por parte da sociedade civil, ou seja, seriam responsáveis por disseminar e fazer com que a população reproduzisse as ideias da classe dominante. Quando o consenso falhasse, o Estado também se utiliza da violência, com o seu aparato militar, como a polícia e o exército, para que as classes detentoras do poder possam permanecer em seus devidos lugares, sem correr nenhum risco de ameaça. Ou seja, coerção e consenso são duas faces simultâneas do Estado burguês.

Para Gramsci, a estrutura da sociedade é formada pelas forças produtivas e relações sociais de produção. A superestrutura, como já foi dito, é o lugar onde está localizada a sociedade civil, que seria formada pelos aparelhos privados de hegemonia, principalmente a escola, a mídia, a igreja e os intelectuais, entre vários outros. Para o comunista italiano, o momento revolucionário volta-se inicialmente para o nível da superestrutura, em sentido marxista, isto é, político, cultural, ideal, moral, mas tem relação com o material e só pode triunfar um novo bloco histórico, num período de crise orgânica da sociedade. Todo programa de reforma moral, necessariamente tem que incluir a reforma econômica. Utilizamos um conceito gramsciano e leninista de hegemonia, rejeitando nesta dissertação o conceito idealista de hegemonia como os reconceituados pelo cientista político argentino Ernesto Laclau, autor bastante na moda na ciência política.

A escola tem como função principal reproduzir os moldes da educação burguesa. A mídia se utiliza do espaço para disseminar de forma rápida as ideias da classe dominante dentro da sociedade. A igreja tem como função acalmar os conflitos que possam vir a acontecer, pois é mantida através dos incentivos da classe dirigente. Já os intelectuais cumprem com uma função muito importante segundo Gramsci, pois estes são os responsáveis de elaborarem as ideias que vão ser passadas para as classes dirigidas.

A sociedade civil em Gramsci tem um papel fundamental na manutenção do bloco histórico, pois é através dela que as ideias das classes dominantes são incorporadas e reproduzidas pelas classes abastardas, sejam pelo consenso, que seria através da sociedade civil, ou então pelo uso legal da força, que seria pelas forças repressivas do Estado. Tanto Estado quanto à sociedade civil tem que estarem juntos, pois quando um falhar o outro intervém. O bloco histórico burguês-agrário em vigor na Itália na época de Gramsci detinha o poder, porque tinha a sua disposição a junção entre a estrutura e a superestrutura.

Neste caso, Gramsci se diferencia do conceito de ideologia elaborado por Marx em sua obra *A Ideologia Alemã*. A maior parte das concepções de Marx sobre o conceito de ideologia nessa obra no marco das críticas aos filósofos alemães, ainda para Althusser e o primeiro Poulantzas foi muito influenciado pela filosofia alemã, principalmente com a obra hegeliana e com os debatedores de tal obra. Com isso *A Ideologia Alemã* é uma obra que vem como uma resposta a este legado filosófico, desde o materialismo histórico e fez este trabalho sobre os “ideólogos” da filosofia alemã, mostrando os principais pontos críticos a estas ideias. Desde sua obra de juventude, já é possível notar em Marx a ideia que fundamenta a ideologia e a política como uma espécie de alienação, as ideias e representações, produtos das condições materiais em que os homens vivem e impõem-se aos outros homens como ideias externas e com vida própria. Portanto, que segundo o exposto no livro *A ideologia alemã*, o termo ideologia assume uma concepção negativa. Nessa interpretação, a ideologia seria uma consciência falsa da realidade, comumente denominada uma “falsa consciência”.

Segundo o pensador marxista Michael Löwy, outros autores dentro do marxismo utilizaram tal conceito de forma diferenciada da de Marx, como foi o caso de Lenin, para quem a ideologia é qualquer concepção da realidade social ou política vinculada aos interesses de certas classes sociais particulares. (LOWY, M, 1985, p. 12).

Gramsci assim como Lenin, coloca que o conceito de ideologia é necessário, pois segundo o mesmo é preciso construir uma ideologia para romper com o pensamento da classe dominante. Gramsci tinha uma visão de mundo e da ideologia em termos positivos, pois segundo o mesmo, todos nós somos filósofos. A crítica à ideologia dominante tem que permitir a construção de uma nova ideologia contra hegemônica. Nesse sentido, falamos que a ideologia para Lenin e Gramsci acaba tendo além de uma visão crítica e de negação das manifestações da ideologia dominante, acaba tendo também uma visão positiva da perspectiva necessária para a construção de uma nova ordem mundial.

O conceito de hegemonia de Nicos Poulantzas é retirado em parte da obra de Antônio Gramsci, porém Poulantzas utiliza tal conceito de forma um pouco diferente, pois na obra de Gramsci o conceito hegemonia é mais amplo, já que se desdobra em hegemonia em relação ao Estado e a hegemonia em relação a um grupo social. Assim existe em Gramsci um movimento horizontal (no interior da classe dominante) e um movimento vertical (dominantes sobre dominados): o primeiro processo ocorre na sociedade civil, quando parte da classe dominante exerce o controle, usando as suas lideranças moral e intelectual, em detrimento das demais frações aliadas da classe dominante; e o outro processo ocorre quando uma classe dominante, assim constituída, possui a capacidade de usufruir de sua liderança política, moral e intelectual para impor sua concepção de mundo como universal, sobrepujando interesses e necessidades dos grupos subordinados.

Através desse vasto conceito de hegemonia no qual Gramsci desenvolveu, a partir das elaborações teóricas de Lenin, Poulantzas vai incorporar de forma parcial para utilizar o conceito dentro de sua própria teoria. Para Poulantzas o Estado é o local onde se confrontam os interesses das classes dominantes com os das classes dominadas, bem como os interesses das “frações de classe no poder”. Neste sentido, Poulantzas prefere o conceito de hegemonia em relação ao Estado e usa o conceito de Gramsci de hegemonia no tocante a um grupo social no interior de um bloco no poder. Com isso podemos colocar que Poulantzas tem uma visão menos abrangente do que Gramsci do conceito de hegemonia.

Outro conceito importante que vamos utilizar do livro Poder político e classes sociais de Nicos Poulantzas é o conceito de cena política, que segundo o mesmo representa o espaço onde se manifestam as práticas políticas de classe, tudo isso através dos partidos políticos organizados. Porém segundo Poulantzas pode acontecer de uma

determinada fração de classe desaparecer do cenário da política, pelo fato do partido não ter alcançado êxito nas eleições, mas isso não significa que esta mesma classe tenha também caído do bloco no poder, ou até mesmo que ela fique sem representantes no cenário da política, pois sempre vai haver outro partido representando os interesses das frações burguesas dentro do cenário a política.

Neste mesmo sentido, Nicos Poulantzas vai diferenciar conceitualmente duas classes, a classe reinante e classe dirigente. A primeira, a classe reinante, seria aquela que detém o aparelho de estado, ou seja, governadores, senadores, presidentes, seria a classe política em geral. Já a segunda, a classe dirigente, seria a classe hegemônica, ou seja, é aquela que comanda todos os rumos da política da sociedade, e esta pode estar fora do cenário político, mas mesmo assim é quem dar as ordens que são executadas pela classe reinante. Com base nisso, podemos perceber que nem sempre os interesses que os políticos estão representando são realmente os seus, eles podem muito bem estarem ali para representarem outros indivíduos.

Poulantzas desenvolveu em sua obra Poder político e classes sociais também, a teoria da autonomia relativa do Estado, com relação ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, podemos indicar que, em Poulantzas, tal autonomia advém da autonomia relativa nas formações sociais capitalistas, dos níveis do “político”, jurídico-político e do “econômico”, embora estes não sejam “estanques” em relação um ao outro, autonomia não encontrada nos modos de produção pré-capitalistas. Com isso, o papel desempenhado pelos aparelhos de Estado, sejam estes jurídicos, políticos, repressivos, ideológicos ou outros, e suas possíveis defasagens em relação aos interesses imediatos específicos das classes/frações dominantes, é o que nos permite pensar de fato numa autonomia relativa do Estado.

Concordamos com a visão de Rojas, com relação ao Estado burguês, quando afirma que:

“O capitalismo é um modo de produção particular onde a dominação burguesa no plano das relações de produção, a economia, precisa de uma região “autônoma” em termos relativos, a política, onde o Estado deve garantir diariamente a reprodução ampliada do capital. Os capitalistas precisam do Estado burguês, para reproduzir a sociedade burguesa, mas este pode conviver com diferentes regimes políticos, como afirmava Rosa Luxemburg, desde uma monarquia absoluta até uma república democrática nos limites da ordem burguês. Esses regimes dependem das relações de força entre as classes em conflito na sociedade, mas sempre são regímenes políticos do

estado burguês. Independentemente que qualquer conquista democrática nos marcos do regime burguês é consequência da luta de classes de movimento operário e potenciais aliados a república “democrática”, a democracia liberal, vai além de ser um campo neutro no qual as principais frações neste caso da burguesia brasileira podem conviver com igualdade de direitos, também é a condição onde o interesse particular de sua fração de classes hegemônica no bloco no poder pode fazê-lo aparecer como o interesse geral da sociedade, hegemônizando as demais frações burguesas e logicamente a classe operária e demais setores subalternos da sociedade” (ROJAS, 2014, p.1).

Para trabalhar sobre um dos conceitos fundamentais desse trabalho, que é o conceito de neoliberalismo, utilizaremos o historiador inglês Perry Anderson, com ênfase principalmente na sua obra *Balanço do Neoliberalismo*. O autor vai apresentar neste livro os processos históricos gerais que o sistema neoliberal passou durante o tempo, desde o início, quando suas ideias surgiram na Escola Austríaca na metade do século XX, até a sua fase de maior abrangência hegemônica, com reação teórica e política veemente contra o estado intervencionista e de bem-estar social e com todos os seus preceitos sendo executados de forma global.

O mais importante é que o autor conceitua neoliberalismo, para Perry Anderson, o neoliberalismo trata de uma reação teórica e política veemente contra o estado intervencionista e de bem-estar social, ou seja, desmantela os principais direitos da classe trabalhadora. Além dessa característica, o neoliberalismo apresenta uma política muito agressiva de privatizações, criaram-se níveis de desempregos massivos e possibilitou a hegemonia do capital financeiro frente as diferentes frações de classe do capitalismo. Esse conceito de neoliberalismo utilizaremos para poder avaliar continuidades, rupturas ou variantes de mudanças entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva.

Vamos analisar também o conceito de terceira via, na visão de um dos principais defensores e difusores deste pensamento o sociólogo britânico Anthony Giddens, assessor político de Tony Blair no momento de elaboração desta teoria. Segundo o autor, tanto a esquerda quanto a direita tentaram maquiagem os seus antigos defeitos, porém não conseguem escondê-los.

Para Giddens os governos da esquerda nunca de fato chegaram ao proletariado, e a desordem mundial provocado pela globalização deixa claro que é preciso escolher um caminho diferente, que para o autor, seria a terceira via. Seria uma junção entre preceitos da

esquerda e da direita, formando um “Estado necessário” no sentido que não

tenha um poder máximo, como no socialismo, nem mínimo como no liberalismo. Tem uma visão estatista do socialismo o autor, sem ter interesse em diferenciar no interior do marxismo correntes com clareza. Esquerda para ele é socialdemocracia e socialdemocracia é sinônimo de estatismo, apresenta uma visão reducionista da mesma forma que os neoliberais ortodoxos.

Com base no conceito de terceira via de Giddens, a doutora em Educação, Lúcia Neves, em sua obra, *A direita para o social e a esquerda para o capital*, vai elaborar o conceito de neoliberalismo de terceira via para caracterizar uma parte do governo de FHC e o governo Lula. A autora coloca que o sistema vigente hoje em dia, por mais que mantenha características do neoliberalismo, existe uma “nova” perspectiva política, pois são adotadas políticas públicas para melhorar as condições de vida da população mais carente, que vai ser justamente o que a autora vai denominar de neoliberalismo de terceira via.

A terceira via surge para dar um fôlego extra ao sistema capitalista, com o discurso de deixá-lo mais humano, contando com a expansão da sociedade civil ativa com relação ao comprometimento social. Em vários países da América Latina, foram implantadas políticas públicas compensatórias que mudou algumas das posturas do neoliberalismo ortodoxo, que eram bastante comuns nos governos antecessores aos governos que vamos colocar no segundo capítulo dessa dissertação, como governos críticos discursivamente de alguns elementos do neoliberalismo, porém a política econômica ainda continua a mesma.

Entre as medidas no Brasil, podemos destacar o Programa Comunidade Solidária, dos governos Fernando Henrique Cardoso, e o Programa Fome Zero e Bolsa Família, dos governos Lula da Silva.

Outro conceito que abordaremos nesta dissertação é o de transformismo, elaborado por Gramsci. Nos *Cadernos do Cárcere*, o autor colocava que o transformismo esteve presente em diferentes momentos na história da Itália, do Risorgimento até o Fascismo.

“Aliás, pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual, mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e

mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo”
(GRAMSCI, 2002, p. 63).

No final esclarecemos que Poulantzas diferencia estruturalismo de economicismo, e que a nossa abordagem é no campo da teoria política, das classes e social. Segundo Heloisa S. Martins, Poulantzas critica as definições estreitas que localizam as classes sociais somente nas relações econômicas de produção já que se faz também necessário analisá-las em termos de suas diferentes relações políticas e ideológicas que também determinam juntamente com as econômicas, as modalidades das lutas de classes.

Uma vez apresentado este primeiro capítulo teórico, abordaremos no segundo capítulo em termos gerais o neoliberalismo, sua crise e o surgimento de um conjunto de novos governos, dando maior ênfase aos governos que emergiram na América Latina, que pela ausência de uma melhor caracterização são conhecidos e denominaremos inicialmente como “pós-neoliberais” entre o que se encontra o ascenso ao governo de Lula e o do Partido dos Trabalhadores (PT), assim como seus pactos e alianças com diferentes frações burguesas.

No segundo capítulo faremos uma contextualização histórica das origens e da consolidação do neoliberalismo pelo mundo, e tendo como foco principal, alguns países da América Latina, até a chegada e a hegemonização do sistema neoliberal no Brasil.

Temos como objetivo no segundo capítulo tentar relacionar o governo do presidente Lula, com alguns elementos políticos que foram implementados durante os seus dois mandatos, que julgamos terem sido elementos neoliberais. Vamos também fazer uma análise sobre as caracterizações que existem sobre o governo Lula, ou seja, analisar diversas visões de autores que analisam tal governo com perspectivas diferentes. Vamos utilizar três visões sobre o governo Lula, a de continuidade com o governo FHC, a de ruptura e a de mudança no interior do modelo.

CAPÍTULO 2: O NEOLIBERALISMO E SUAS “NOVAS” PERSPECTIVAS POLÍTICAS.

Quando afirmamos a existência de governos "neoliberais", não estamos nos referindo a uma nova corrente do liberalismo, senão à aplicação de alguns dos preceitos liberais consagrados em certo contexto histórico diferente daquele no qual foram formulados, no início do século XVII pelo inglês John Locke e no século XVIII pelo escocês Adam Smith.

Um dos principais teóricos do liberalismo e que é considerado um de seus “pais” em termos da teoria do liberalismo econômico foi Adam Smith. Smith com seu livro *A Riqueza das Nações*, publicado por primeira vez em 1776 e onde afirma que não eram necessárias intervenções do Estado na economia, visto que o próprio mercado dispunha de mecanismos próprios de regulação da mesma: a chamada “mão invisível”, que seria responsável por trazer benefícios para toda a sociedade, além de promover uma evolução generalizada. Os liberais defendem a livre concorrência e a lei da oferta e da procura, sendo estes teóricos os primeiros a tratar a economia como uma ciência. Anos antes, John Locke expressaria a luta da burguesia contra o Estado Absolutista nos seus tratados sobre o governo civil, defendendo a propriedade privada burguesa.

O que hoje chamamos de neoliberalismo nos remete a um momento muito posterior ao do liberalismo clássico a Escola Austríaca no final do século XIX. Porém vai ser a partir de um conjunto de reuniões na cidade de Mont Pèlerin na Suíça a partir de 1947 organizada por um dos membros desta escola, Friedrich Von Hayek, que se realiza uma convocatória a intelectuais contrários ao Estado do bem-estar social e se funda a Sociedade de Mont Pélerin, cujo propósito explícito era combater o keynesianismo, o solidarismo (Anderson: 1995).

Como expõe Perry Anderson, o alvo imediato de Von Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. Nesta reunião participaram entre outros pensadores filósofos como Karl Popper e economistas como Milton Friedman e a sua esposa Rose Friedman. O objetivo dessa reunião era difundir e propagar as ideias conservadoras e liberais da Escola Austríaca, evitar políticas governamentais e a combater ideologicamente todos os que delas divergem, além de propor as bases do que seria um capitalismo futuro, livre de regras.

Porém as décadas de 50 e 60 do século XX, representam justamente o período onde o capitalismo teve o maior crescimento da história, com elevados ritmos de crescimento do produto, acompanhados de baixas taxas de desemprego e inflação e sem grandes perturbações ao nível do equilíbrio externo, e foi por esse motivo que as ideias neoliberais de Hayek e seus seguidores não tiveram muita força. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo na realidade imprescindível em si, pois disso precisavam as sociedades ocidentais.

Com a grande crise do modelo econômico do pós-guerra, na década de 1970, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, motivada por dois choques petrolíferos (1973 e 1979), que fizeram com que o preço dos barris de petróleo tivesse aumentado quatro vezes dentro de apenas três meses, isso fez com que o dólar que servia de referência para todas as economias ocidentais se desvalorizasse, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. A partir daí, as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno.

A solução apresentada para remediar esta grande crise econômica capitalista, a crise de todo um modelo de acumulação, era a aplicação dos preceitos neoliberais, necessário para a mudança do modelo de acumulação do capital, e que consistiria em um Estado mínimo mais forte, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos, e assim poder desestruturar o estado de bem-estar social e os direitos trabalhistas, mas ao mesmo tempo um Estado que não intervisse na economia. Era necessária a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar a força os sindicatos.

O primeiro país a aderir às ideias neoliberais foi o Chile. Augusto Pinochet depois do golpe de estado contra o presidente socialista Salvador Allende em 1973, começa a implantar estas políticas em 1975. Em 1976, Argentina também aplica sob o Ministério de Fazenda de José Alfredo Martínez de Hoz também durante uma ditadura militar, porém, foi na Inglaterra, em 1979, que foi eleito o governo Margaret Thatcher, com consenso eleitoral nos marcos da democracia liberal capitalista, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal.

Um ano depois, em 1980, Ronald Reagan, um ator de cinema norte-americano em filmes de segunda classe, chegou à presidência dos Estados Unidos defendendo essas ideias. Foi após as eleições de Thatcher e Reagan que começou a se proliferar as

ideias neoliberais em outros países do mundo, principalmente no norte da Europa Ocidental.

Segundo Perry Anderson, o neoliberalismo trata de uma reação teórica e política veemente contra o estado intervencionista e de bem-estar social. Para o historiador marxista, economicamente, o neoliberalismo fracassou, pois não conseguiu nos últimos anos nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, conseguiu muitos de seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como de início pretendia.

Anderson coloca que foi no plano político e no plano das ideias, que o neoliberalismo alcançou os seus maiores êxitos num grau insuspeitado, com o qual os seus fundadores provavelmente jamais sonharam. E fez isso, simplesmente, disseminando a ideia de que não há alternativas para seus princípios, de que todos, confessando ou negando, têm de se adaptar às regras que deles derivam. Neste sentido, repetimos que estamos definindo o conceito de neoliberalismo, segundo Anderson, como a hegemonia do capital financeiro, contra as demais frações do capital. Isso será importante no momento de verificação da nossa hipótese.

No ano de 1989 foi feita uma conferência na cidade de Washington nos Estados Unidos, organizada pelo economista inglês John Williamson, ex-funcionário do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), que tinha como objetivo elaborar regras que deveriam ser seguidas pelos países para promover o desenvolvimento econômico e social. Tal conferência ficou conhecida como Consenso de Washington, e serviu também para que os Estados Unidos organizassem medidas para a crise econômica dos países da América Latina.

As medidas do Consenso de Washington foram adotadas como imposições na negociação das dívidas externas dos países latino-americanos. Dentre as imposições cobradas pelo Consenso de Washington estavam as seguintes: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, abertura comercial, privatizações de estatais, desregulamentação e desburocratização. Tais medidas também foram adotadas tanto pelo FMI quanto pelo Banco Mundial para todos os outros países do mundo.

Mas não foram apenas as forças liberais e conservadoras clássicas as que defendem as doutrinas neoliberais, a socialdemocracia também defende políticas neoliberais desde os anos 80, diferentes governos, alguns de base populista na América Latina como o peronismo na Argentina, a Ação Popular Revolucionária Americana

(APRA) no Perú, ou a Ação Democrática (AD) na Venezuela, também se tornaram neoliberais. Posteriormente o mesmo aconteceu com os velhos partidos comunistas que se tornaram neoliberais nos países do leste Europeu depois da queda do Muro de Berlim, na Alemanha, em 1989. O neoliberalismo se desenvolve com força tornando-se hegemônico mundialmente, mas produto das profundas desigualdades sociais e das lutas sociais geradas acaba entrando em crise.

Com base em todos esses elementos do sistema neoliberal que foram citados acima, podemos relacionar ao conceito de capitalismo tardio elaborado Ernest Mandel, onde o autor faz uma reflexão histórica do capitalismo, analisa este, de sua origem, até a fase contemporânea do modo de produção vigente. Boito Jr apresenta três fases do desenvolvimento capitalista: A primeira fase corresponde ao capitalismo de mercado, entre 1700 e 1850; a segunda fase corresponde ao capitalismo monopolista, até aproximadamente 1960, quando se dá o esgotamento de reconstrução do período pós-guerra; a terceira fase seria então, o capitalismo tardio, que teria como elementos distintivos a expansão das grandes corporações multinacionais, a globalização dos mercados e do trabalho, o consumo de massa e a intensificação dos fluxos internacionais do capital.

O estágio tardio, que é denominado como a terceira revolução tecnológica, teria entre suas principais características, uma enorme expansão da capacidade produtiva, baseada no desenvolvimento tecnológico, resultando em superprodução, porém, com redução do emprego industrial mediante transferência de postos de trabalho para o setor terciário e precarização do emprego, deslocando-se o centro de gravidade da produção social da indústria para os serviços ("terciarização" da economia). Outro fator importante do estágio tardio do capitalismo é a financeirização da economia e o papel do Estado integrado a blocos econômicos, que estaria relacionado ao capitalismo monopolista que vivemos hoje.

É no final da década de 1990, que o neoliberalismo enfrenta uma crise muito forte, principalmente no que diz respeito aos países da América Latina. Aconteceu um conjunto de lutas sociais, inicialmente de resistência, mas que geraram importantes crises políticas em vários países.

2.1. A crise neoliberal na América Latina e o surgimento de governos “pòs-neoliberais”

A crise financeira internacional, que começou na Ásia, em 1997, por causa do colapso financeiro que aconteceu na Tailândia, atingiu a Rússia, em 1998 e ficou conhecida como efeito vodka, chegou à América Latina, em 1999, mais precisamente no Brasil, onde ficou

conhecida como efeito caipirinha. Todos os demais países na América do Sul, igualmente, se defrontaram, em maior ou menor grau, com uma crise similar. Até mesmo a situação econômico-social do Chile, que representava o exemplo sempre mostrado como o neoliberalismo que “havia dado certo”, implantado a sangue e fogo pelo ditador Augusto Pinochet, quem governou o país entre 1973 e 1989, não era muito diferente da que se configuravam nos demais países sul-americanos. Durante o período dos governos dos partidos da Concertação Democrática³ (CD) continuou sendo da mesma forma.

A crise do neoliberalismo que se instalou na América Latina no final do século XX e começo do século XXI geraram instabilidades políticas conjunturais importantes, com governos que não conseguindo terminar seus mandatos, deu origem ao surgimento de um conjunto de novos presidentes, com diferentes perspectivas políticas, críticos discursivamente de alguns aspectos do neoliberalismo, fruto de conflitos gerados pelo próprio modelo neoliberal.

O novo movimento Zapatista, que surge no México, com objetivo de favorecer a melhoria das condições de vida dos indígenas mexicanos e na luta contra o neoliberalismo que vigorava no país, pode ser apresentado como um ponto alto na resistência. O nome do movimento é inspirado na tradição de luta zapatista, iniciada por Emiliano Zapata, que foi um importante líder na chamada Revolução Mexicana de 1910, contra a ditadura de Porfirio Díaz.

O movimento Zapatista ganhou destaque mundial no ano de 1994, quando realizaram um grande levante propondo transformações sociais radicais, contra projetos econômicos aplicados em escala global. O movimento de 1 de janeiro de 1994, foi justamente contra a implantação do NAFTA (acordo de livre comércio entre México, Estados Unidos e Canadá) que foi criado na mesma data, sob a aprovação do presidente Carlos Salinas de Gortari. Esse levante marcou a postura do movimento

³ A Concertação Democrática foi uma coligação de partidos políticos de esquerda, centro-esquerda e centro que governou o Chile entre 11 de Março de 1990 e até 11 de março de 2010, sendo até 2013 a principal referência da oposição o governo de centro-direita de Sebastián Piñera.

em oposição às medidas neoliberais, que desde a década de 1970 se faziam presentes na América Latina, agravando ainda mais a situação de pobreza da maioria da população destes países.

Por sua vez, o primeiro dos novos governos que emergiram nesse contexto da crise do neoliberalismo na América Latina foi o de Hugo Chaves, em 1998, na Venezuela. O segundo governo a subir no poder foi o do Partido dos Trabalhadores (PT), com Lula da Silva a Presidência da República Federativa do Brasil no dia 01 de Janeiro do ano de 2003. Em 25 de maio de 2003, sobe no poder Nestor Kirchner na Argentina. A chegada ao poder de Evo Morales, um índio aimará, na Bolívia, aconteceu em 2006, assim como Michelle Bachelet, no Chile também em esse ano 2006, além da ascensão de Rafael Correa no Equador, em 2007. Esses governos constituem, a partir de diferentes perspectivas, pelo menos em termos teóricos produto da crise, uma tentativa apresentada como para forjar uma “alternativa” política frente à crise do modelo neoliberal que ocorreu na região.

Como já foi colocado, o país onde primeiro surgiu esse fenômeno foi na Venezuela, onde às reformas neoliberais do segundo governo de Carlos Andrés Pérez (1989-1993), tinham devastado o país e provocado uma das maiores crises da história. A estabilidade política entrou em crise, com o conjunto do sistema político articulado no “Pacto de Punto Fijo” e se abriu uma situação pré-revolucionária. O “Caracazo”⁴ começou na capital, Caracas, mas rapidamente se estendeu às principais cidades do País. O governo sufocou a rebelião em sangue, promovendo o assassinato de centenas de manifestantes.

Foi no mês de fevereiro de 1989 que estourou o “Caracazo”, contra as medidas neoliberais impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), empacotadas no chamado Plano Econômico Global, aprovadas pelo novo governo de Carlos Andrés Pérez. As medidas levavam ao aumento dos preços dos combustíveis e das tarifas dos serviços públicos, à desvalorização da moeda local, o Bolívar, à liberação das taxas de juros e dos preços, à restrição ao crédito e ao enorme arrocho salarial em cima da disparada da inflação.

Em 1992, Hugo Chávez, ainda um tenente coronel do Exército Venezuelano, encabeçou a tentativa fracassada de tomar o poder por meio de um movimento da

⁴ O *Caracazo* foi uma explosão social espontânea, de grandes proporções, ocorrida em Caracas, na Venezuela, no dia 27 de fevereiro de 1989, em repúdio ao pacote de medidas econômicas neoliberais impostas pelo governo de Carlos Andrés Pérez.

oficialidade nacionalista, via um golpe de estado militar. Após ter sido preso em Caracas, apareceu em rede nacional chamando os ainda insurrectos a deporem as armas, o que paradoxalmente o catapultou no cenário político nacional. A crise continuou aberta enquanto o regime político se enfraquecia. Em 1998, dois anos após sair da cadeia e de intenso proselitismo, Hugo Chávez foi eleito, pela primeira vez, para a presidência da República, contando inclusive com o apoio de frações da burguesia venezuelana.

No caso brasileiro, também se expressou esta tendência. Desde o plano dos setores subordinados da sociedade, é a primeira vez que alguém que não formou parte das elites chega à presidência. É importante destacar que o governo de Lula é a expressão tardia de um conjunto de lutas dos movimentos sociais, mas que triunfa eleitoralmente no momento de baixa das mesmas. Durante o governo de Lula aconteceu o mesmo processo, pois com a decisão do PT em manter essa desativação das lutas e dos movimentos sociais, os governistas não tiveram de enfrentar tanta pressão social, na medida em que como tentaremos demonstrar no capítulo 3 desta dissertação, continuavam sob novas bases o projeto neoliberal.

A vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002 foi produto das contradições no interior do modelo capitalista neoliberal no Brasil. A estagnação econômica, a crise de representação das democracias burguesas foram alguns dos principais fatores para o surgimento dessas contradições. Neste sentido, as contradições existentes dentro do sistema neoliberal, acabaram deixando aberto o campo para que “novas” perspectivas políticas pudessem surgir como alternâncias dentro do contexto da América Latina. A vitória de Lula em 2002 foi potencializada em grande medida pelo empresariado brasileiro, pois o mesmo acreditava, no contexto da possibilidade de expansão crise econômica e política que acontecia na Argentina entre 2001 e 2002⁵, que o ex-operário metalúrgico seria a melhor opção para lidar com a crise econômica e política, que afetava diretamente a econômica brasileira e de toda a região.

Na Argentina, a crise do neoliberalismo se aprofunda no final do ano 2001, com uma gigantesca crise econômica, que trouxe entre outras coisas, mostrou as consequências das políticas neoliberais, como em seu momento fez a Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA) o endividamento externo, o que destruiu grande parte

⁵ Essa crise ficou mais conhecida como o “Argentinazo”, uma série de revoltas populares que causaram a instabilidade do sistema político argentino e a troca de cinco presidentes no período de uma semana. Tratou-se de um movimento de contestação aos ditames do modelo capitalista neoliberal no país.

do aparelho produtivo e gerou como consequências a elevação das taxas de desemprego no país. O colapso se produziu porque a reestruturação do capitalismo provocou a redução dos recursos dos países dependentes, enquanto que, paralelamente, o endividamento da economia argentina impediu que o Estado pudesse tomar novos empréstimos. (Lozano: 2002).

A situação social dentro da Argentina pode ser sintetizada da seguinte maneira: altos índices de desemprego permanente, deterioração das condições de trabalho, marginalidade social e queda social das camadas médias. Neste sentido, este quadro dificultou seriamente a possibilidade de realizarem novos ajustes com consenso e gera, no plano político, em casos de conflitividade social, uma institucionalização mais autoritária do regime.

Com a presidência de Eduardo Duhalde, apoiado pela União Industrial Argentina (UIA), se inicia a recomposição do sistema político argentino, que culminou no Kirchnerismo.

O estopim para o fim do governo de Duhalde foi o assassinato de dois piqueteiros, Dario Santillán e Maximiliano Kosteky, que eram integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados Anibal Verón (MTD) e ainda deixou um saldo de 33 feridos por parte da polícia, este episódio mobilizou grande parte da opinião pública e fez com que o governo convocasse eleições.

A eleição foi vencida pelo candidato de Eduardo Duhalde, Nestor Kirchner, que conseguiu se candidatar depois de uma fraude na eleição interna peronista⁶. Kirchner expressou à recomposição política do regime e, assim como Lula no Brasil, uma ascensão da grande burguesia interna, em aliança com o sindicalismo peronista, no interior do bloco no poder neoliberal. Na Argentina, assistimos também a um empoderamento da burguesia interna depois da crise que aconteceu no país em 2001 e como tentativa do bloco de classes dominantes de resolução da mesma. Temos então um bloco no poder neoliberal, mas com um fortalecimento da burguesia interna (Boito e Rojas 2008).

O atual presidente da Bolívia, Evo Morales, foi líder sindical dos *cocaleros*, agricultores que cultivam a coca e membro do partido Movimento ao Socialismo (MAS). Para Garcia Linera, o *evismo* ideologicamente, representa o despertar político

⁶ O candidato com mais delegados no Congresso do PJ era Carlos Menem. Duhalde, na condição de presidente do referido Congresso, roubou o livro de atas e impediu a oficialização de Carlos Menem como candidato único do PJ. Foi permitida a apresentação de mais de um candidato peronista na eleição geral justamente por não haver concluído o congresso.

dos setores subalternos da sociedade boliviana em direção a um novo nacionalismo revolucionário e um novo sindicalismo autônomo da Central Operária Boliviana (COB), impulsionado pelos *cocaleros* com fortes elementos anti-imperialistas. De etnia uru-aimará, Morales destacou-se a partir dos anos 1980, na liderança do campesinato indígena do seu país. Nas eleições presidenciais bolivianas de 2002, Morales ficou em segundo lugar, colocação surpreendente face ao panorama político do país, dominado pelos partidos tradicionais. Nas eleições de dezembro de 2005, venceu com maioria absoluta, tornando-se o primeiro presidente de origem indígena na Bolívia. Assumiu o poder em 22 de janeiro de 2006 como o primeiro mandatário boliviano a ser eleito Presidente da República em primeiro turno em mais de trinta anos, e foi reeleito em 6 de dezembro de 2009.

Michelle Bachelet, pela sua vez no Chile eleita no ano 2006 para a presidência, entre todos esses governos, representa a mais clara continuidade hegemônica da fração da burguesia compradora, no interior do bloco no poder. Ou seja, o setor hegemônico no bloco no poder é a burguesia compradora, a fração burguesa integrada ao imperialismo estadunidense. Haveria uma continuidade nas relações de força no interior do bloco no poder herdada do pinochetismo, no marco de uma economia complementar à dos Estados Unidos. Isso se articula com um Tratado de Livre Comércio (TLC) bilateral baseado nas exportações de recursos naturais, nas quais, em troca de benefícios na venda de frutas, pescados, madeiras e minerais, se mantêm um nível de proteção tarifária menor ao de qualquer outro país sul-americano (Katz 2006). Este é o caso de maior aprofundamento das políticas neoliberais entre os países estudados no projeto do grupo PRÁXIS, do qual faço parte.

Rafael Correa foi eleito presidente do Equador em 2007, e anunciou que o seu governo representava o processo de saída da longa noite de trevas do neoliberalismo e que não se tratava apenas de um uma época de mudanças, mas de uma mudança de época. Depois de ter cinco presidentes derrubados sucessivamente por mobilizações populares, o Equador escolhia um jovem economista que aparecia por fora dos partidos tradicionais para dirigir o país, apoiado em mobilizações populares, mas com a crítica do principal movimento indígena do país.

Nesse sentido, surgem novos governos com algumas mudanças com relação ao antigo neoliberalismo ortodoxo, porém, independentemente de mudanças discursivas com a mesma perspectiva do sistema neoliberal. Ou seja, são colocadas algumas

melhorias para a população, mas a sua política macroeconômica continua sendo neoliberal.

Para Lúcia Neves, existe uma diferença com relação ao modelo neoliberal “ortodoxo” e o sistema vigente a partir do século XXI. No sistema atual, por mais que mantenha os preceitos do capitalismo neoliberal, existe uma “nova” perspectiva política, pois são adotadas políticas públicas para melhorar as condições de vida da população mais carente, o que Lúcia Neves vai denominar de neoliberalismo de terceira via, a partir da análise crítica da proposta política de Anthony Giddens.

Segundo a autora, a crítica que esta terceira via faz ao neoliberalismo é falsa, pois a mesma se apropria do sistema, reafirma e reproduz a mesma ideologia. A terceira via surge para dar um fôlego extra ao capitalismo, com o discurso de deixá-lo mais humano, contando com a expansão da sociedade civil ativa com relação ao comprometimento social. A sociedade civil em um sentido diferente da utilizada pelo marxismo, pois ao invés do conflito, a mesma vai se utilizar da integração social e fazer uma reforma do aparelho do estado, criticando os partidos, os governos e os sindicatos, colocando-os como ultrapassados para essa nova realidade. Ou seja, para a terceira via a sociedade civil tem que funcionar como parceira do estado tem que existir uma articulação entre o político e o social.

Para Neves nos anos iniciais do capitalismo neoliberal, as medidas tomadas pelos governos de direita radical como Thatcher e Reagan, reduziram a intervenção direta do Estado na economia e nas áreas sociais. Essas medidas trouxeram como consequência imediata o aumento da pobreza em nível mundial. Mercado com justiça social foi à solução encontrada pelos governos capitalistas para a correção de rumos do projeto político neoliberal para o século XXI.

Na visão de Neves, esse novo sistema implantado principalmente em países da América Latina nem seria uma socialdemocracia clássica, nem “fundamentalismo de mercado”, mas uma Terceira Via. Neste sentido no neoliberalismo de Terceira Via, são mantidos os fundamentos do capitalismo neoliberal, acrescidos de medidas paliativas para minorar as condições miseráveis de vida de grande parte da população mundial e, ao mesmo tempo, garantir a “paz social”. São emblemáticas entre essas medidas no Brasil o Programa Comunidade Solidária, dos governos FHC, e o Programa Fome Zero e Bolsa Família, dos governos Lula da Silva (NEVES: 2010).

No neoliberalismo da Terceira Via reestruturaram-se as relações de poder, a concertação social se estabelece como prática política majoritária em que o bloco

histórico hegemônico cede às pressões sociais fragmentárias, para manter intactas as bases do projeto hegemônico no seu todo. Esse movimento é observável, por exemplo, na reforma da educação superior que está em processo, que é um dos principais pontos abordados pela a autora. Os governantes oferecem, por exemplo, aos estudantes o Programa Universidade para Todos (PROUNI), oferecem aos professores uma nova carreira e alguma melhoria salarial, mas por debaixo da inflação, cativam os pesquisadores pelo financiamento individual de seus projetos numa “guerra de editais”, distribuem um maior volume de recursos aos dirigentes das instituições de ensino superior, mas implementam na íntegra o projeto de Educação Terciária proposto pelos Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.(OCDE).

2.2. Neoliberalismo no Brasil.

O paradigma neoliberal no Brasil, quando comparado com outros países da América Latina, pode ser considerado como tardio, pois foi no início da década de 1990 que se deu então um grande impulso para que o sistema se tornasse hegemônico dentro do país. Um fator importante no contexto internacional e latino-americano principalmente foi à chegada ao poder dos presidentes Carlos Salinas de Gortari no México (1988-1994), Carlos Saúl Menem na Argentina (1989-1999), a volta a presidência de Carlos Andrés Péres na Venezuela (1989-1993) e Alberto Fujimori no Peru (1990-2000).

No caso brasileiro, os períodos do governo Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) são considerados os primeiros governos a implantarem o neoliberalismo no país e representam o período intermediário para a consolidação do sistema neoliberal no Brasil. Esses dois presidentes deram início aos preceitos impostos pelo Consenso de Washington. Collor iniciou o processo de abertura econômica brasileira, com maior exposição internacional. Já Itamar Franco, posteriormente, começou o processo das privatizações, como podemos citar o exemplo da privatização da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER).

A partir desse momento, tivemos a formação de um novo modelo econômico que redesenhou as frações de classe no interior do bloco no poder no Brasil, fazendo com que alguns grupos econômicos tivessem um grande avanço. Dentre todas as frações

da classe dominante, a que mais logrou êxito com o avanço do neoliberalismo no país, foi o setor da burguesia financeira, que se consolidou como sendo a fração de classe hegemônica nos dois governos de FHC, e que continuou lucrando cada vez mais, principalmente nos dois governos do presidente Lula.

Na tabela 1 abaixo mostraremos o lucro líquido do sistema financeiro nacional durante o governo de FHC e no de Lula.

TABELA 1 – LUCRO LÍQUIDO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, COM VALORES CORRIGIDOS PELO IPCA

GOVERNO	TOTAL ACUMULADO	MÉDIA ANUAL
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)	63,63 bilhões	7,95 bilhões
LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010)	254,76 bilhões	31,84 bilhões

FONTE: Cálculos com base do Banco Central (BC)

Um das características principais das consequências do novo modelo que foi adotado no governo de Collor foram às altíssimas taxas de desemprego, motivada pela abertura comercial, que acabou provocando uma alta concorrência e fez com que as empresas brasileiras passassem por um processo de reestruturação, sendo que muitas dessas empresas não se adaptaram ao mercado externo e acabaram decretando a falência. As empresas que não fecharam suas portas acabaram sendo vendidas, ou vinculadas a multinacionais, que em pouco tempo aumentaram sua participação na economia brasileira. Nesse sentido, nos encontramos frente à hegemonia da burguesia compradora imperialista, sob hegemonia do capital financeiro.

Os países “pobres”, semicoloniais, como o Brasil, foram aqueles que mais “sofreram” as consequências do neoliberalismo, pois a maioria de suas exportações era composta de produtos primários. Com a ausência de barreiras alfandegárias, os produtos industrializados entravam livremente, com baixos valores, no mercado desses países, fazendo com que a indústria desses países não conseguisse se desenvolver.

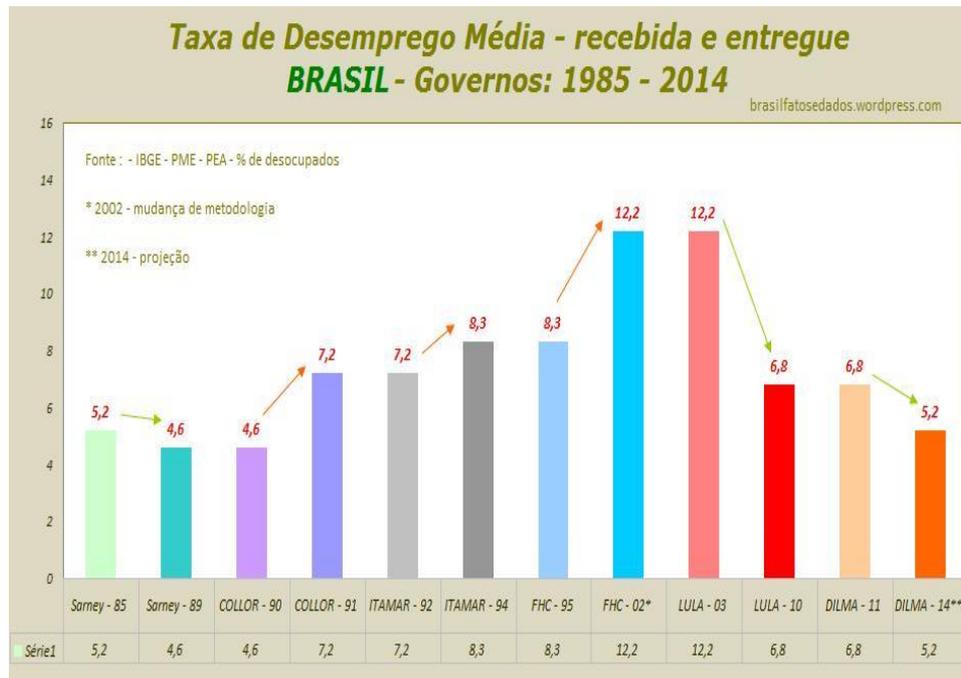
A classe trabalhadora brasileira também sofreu muito o impacto com a expansão do neoliberalismo no país, em um contexto em que o Brasil tinha acabado de sair de uma ditadura militar, onde os trabalhadores lutaram para conseguir diversos direitos trabalhistas, principalmente com a promulgação da nova constituinte de 1998. Direitos como liberdade sindical, direito a greve, diminuição da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais, abono de férias, décimo terceiro para aposentados, foram alguns dos

direitos conseguidos pela classe trabalhadora brasileira. Com a expansão do neoliberalismo, que traz consigo o aumento considerável de empresas privadas no país (empresas estrangeiras e empresas nacionais privatizadas), a classe trabalhadora perderam direitos que levaram anos de luta para conseguirem.

A taxa de desemprego continuou em alta após o desenvolvimento do plano Real, pois após esse processo, houve uma nova abertura comercial de uma forma mais ampla. Além de provocar uma grande taxa de desempregos no Brasil, o neoliberalismo ajudou a precarizar ainda mais as condições de trabalho. Algumas das medidas que prejudicaram a classe trabalhadora foram: ampliação dos empregos informais, aumento na jornada de trabalho, flexibilização dos direitos trabalhistas, entre outros. O neoliberalismo, como afirma Perry Anderson, é um ataque do capital frente a classe trabalhadora, para elevar a taxa de lucro para a formação do exército industrial de reserva⁷, isso também acontece no Brasil.

Podemos perceber através de alguns números da tabela 2, que os índices de desemprego aumentaram consideravelmente após a criação do plano Real, só vindo a cair no segundo mandato do governo Lula.

⁷ Exército industrial de reserva é um conceito desenvolvido por Karl Marx, na sua obra Crítica da Economia Política, e refere-se ao desemprego estrutural das economias capitalista. Segundo Marx, para que a economia capitalista possa garantir o processo de acumulação, é necessária uma massa de desempregados, para inibir os processos de reivindicações da classe trabalhadora.

TABELA 2 – TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL DE 1985 A 2014

Fonte: - IBGE – PME – PEA - % de desocupados

Porém existem algumas controvérsias sobre o governo Itamar Franco, pois existem leituras que o colocam como um governo de medidas protecionistas. Já em outras visões o seu governo é colocado como neoliberal, pelas medidas adotadas e principalmente pelo fato da criação do Real. A primeira leitura é feita, por exemplo, por João Pedro Stédile, umas das principais lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Danilo Martuscelli em sua tese de doutorado, intitulada “A crise do Governo Collor e a tática do PT”, faz uma abordagem do governo de Fernando Collor de Melo no Brasil, que foi o primeiro governo neoliberal do país. Segundo Martuscelli, a crise do governo Collor que acabou com o seu impeachment não foi de caráter crítico à proposta neoliberal, mas apenas crítico com relação à crise que estava acontecendo no governo. Pois o conteúdo crítico que foi levantado era com relação à ética e a moral na política, sempre levantando à bandeira contra corrupção (MARTUSCELLI: 2005).

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi um dos partidos que estava à frente do movimento contra Fernando Collor de Melo, e com o mesmo discurso moralista contra corrupção e sem entrar no embate com relação às exclusões sociais que o sistema neoliberal poderia trazer para o país. Segundo Martuscelli, esse comportamento político do PT pode ser considerado como um indicador do processo de aceitação passiva, por

parte do PT, das propostas neoliberais. Esse não é o lugar adequado, mas concordamos com a leitura do processo realizado por Martuscelli, mas rejeitamos a ideia de exclusão, que deve ser problematizada (MARTUSSCELLI: 2005).

Entretanto foi nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002 Brasil), nas políticas implementadas nos mandatos presidenciais do mesmo, que se deu o auge do sistema neoliberal no país, pois FHC acelerou o processo, com as privatizações do setor de telecomunicações, privatização da Vale do Rio Doce, flexibilização do monopólio do petróleo e por aprofundar e consolidar a reforma do Estado no Brasil, elaborada por Luiz Carlos Bresser Pereira, fundador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e hoje ativo defensor do governo petista. Não podemos esquecer que o Plano Real foi criado por FHC na época em que era Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco.

O processo de privatizações ocorrido principalmente no primeiro governo de FHC (1994-1998) teve como motivação principal a estabilização dos preços, e fez com que avançasse o processo de centralização do capital e a desnacionalização da economia brasileira. Os apoios de instituições financeiras, como o BNDS, bancos nacionais e internacionais, juntamente com os fundos de pensão, atuaram de forma decisiva para a realização desse processo.

Em 1995, no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso, surge, por transformação da Secretaria de Administração Federal, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). O órgão foi criado por força da medida provisória nº 813/95, reeditada várias vezes, que apenas em 1998 foi convertida na lei nº 9.649/98. Deu-se início ao que ficou conhecido como Reforma Gerencial do Estado Brasileiro.

Segundo o Ministério do Planejamento a este novo órgão caberia:

“Cuidar das políticas e das diretrizes para a reforma do Estado; a política de desenvolvimento institucional e capacitação do servidor, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; reforma administrativa; supervisão e coordenação dos sistemas de pessoal civil, de organização e modernização administrativa, de administração de recursos da informação e informática e de serviços gerais; modernização da gestão e promoção da qualidade no setor público; e desenvolvimento de ações de controle da folha de pagamento dos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC” (BRASIL: 2012).

Segundo Luiz Filgueiras e Eduardo Costa Pinto, em um artigo denominado Governo Lula: Contradições e impasses da política econômica, o neoliberalismo, que surgiu durante o governo Collor é um beco sem saída, pois o sistema faz com que o mesmo se aprofunde ainda mais. Podemos perceber isso através dos governos de FHC e no de Lula, que os dois adotaram tal política econômica e acabam fazendo a manutenção e o aprofundamento do modelo neoliberal, sem condições de criarem instrumentos para fazer qualquer tipo de transição. (FILGUEIRAS e PINTO, 2004, p.23).

2.3. Brasil: Lula e as alianças burguesas

A vitória de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002 representou uma esperança de ruptura para muitos daqueles que acompanharam fielmente o PT e o próprio Lula desde o início da década de 80, e se tratando de eleições presidenciais, desde as de 1989. Lula representava uma esperança de ruptura, pelo fato de sua trajetória no movimento sindical, onde realizou diversos movimentos a favor da luta da classe operária brasileira na luta contra a ditadura militar, independentemente de certos limites.

O Partido dos Trabalhadores (PT) conjuntamente com Lula da Silva representavam na época a maior força da esquerda no país, e tinham como discurso realizar reformas que viessem a atender principalmente os setores mais precarizados da população brasileira, como a reforma agrária e principalmente no que diz respeito à mudança do modelo neoliberal, que segundo os discursos do então candidato do Partido dos Trabalhadores, representava a pior forma de modelo e era o motivador maior de todas as desigualdades sociais que existem dentro do país.

No livro de Eurelino Coelho, publicado no ano de 2005, e que tem como base a sua tese de doutorado, denominada como: Uma esquerda para o capital anuncia o processo de transformismo dentro da cúpula do PT. Segundo Coelho (2005) aconteceu uma migração de alguns dos “elementos mais ativos” dentre os intelectuais das classes subalternas para a zona hegemônica da classe dominante. Para ele, o abandono do marxismo foi o que gerou a debandada teórica e programática dos intelectuais do Partido dos Trabalhadores. De intelectuais orgânicos de um partido operário em termos gramscianos e pretendentes de vanguarda comunista, eles passaram à negação da revolução e à produção da desorganização política da classe trabalhadora brasileira.

Nesse sentido, Coelho vai aplicar o conceito gramsciano de transformismo, para tentar entender o processo de mudança que aconteceu dentro do PT.

Nesse sentido, o que aconteceu com o PT, foi um processo de transformismo, onde seus intelectuais deixaram de lado os ideais da classe trabalhadora, para incorporar as ideias hegemônicas da classe dominante. Segundo o autor, esse processo de transformismo é comum em alguns partidos de esquerda, que não conseguem se organizar e acabam procurando alianças burguesas, afastando-se cada vez mais das classes subalternas.

Segundo Coelho (2005), Gramsci já tinha utilizado o conceito de transformismo em sua obra *Cadernos do Cárcere*, analisando a situação da Itália, quando Agostino Depretis tornou-se primeiro ministro italiano em 1876, e com ele chegava ao poder um grupo conhecido como esquerda democrática. Neste sentido, aconteceu de deputados historicamente direitistas mudarem e se transformarem e deputados esquerdistas, esse processo Gramsci denominou de transformismo.

Para Gramsci o transformismo teria o mesmo sentido de uma revolução passiva, ou seja, abriria mão de uma revolução radical de caráter socialista, para fazer apenas pequenas reformas no estado burguês, sem romper então com o modo de produção vigente. No caso brasileiro, falando do governo do PT e de outros países da América Latina, que podemos colocar como transformistas, o processo se deu de forma contrária ao que aconteceu na Itália. Podemos citar como exemplo além do PT no Brasil, o caso do Partido Socialista Chileno (PSC), que também aconteceu um processo de transformismo da esquerda para a direita.

O transformismo teria uma relação muito mais estreita com os setores da classe dominante, do que com as classes dominadas, pois com a debandada de intelectuais da esquerda marxista para setores com ideias liberais e pós-modernas teve como seu maior efeito, a produção da desorganização política das massas. Neste sentido, os intelectuais do PT passaram a atuar como intelectuais da classe dominante, fazendo apenas pequenas reformas em favor das frações das classes dominadas, sem romper com as práticas do sistema capitalista e garantindo o livro das diferentes frações burguesas. Os casos de, por exemplo, do cientista político Emir Sader, da filósofa Marilena Chauí, e do economista Paul Singer, entre outros são claros exemplos deste processo, onde destacados intelectuais outrora de esquerda e críticos, agora lutam pelo fortalecimento da institucionalidade burguesa no apoio aos governos petistas.

As sucessivas derrotas sofridas por Lula e o PT a presidência da república do ano de 1989 a 1998, contribuíram demasiadamente para a reformulação no programa orgânico do partido. Neste sentido, o pós-modernismo se apresentou como uma alternativa sedutora para aquele grupo de intelectuais que fracassaram em suas ilusões transformistas e preferiram abrir mão da sua principal identidade, que era com a classe trabalhadora, para aliar-se a burguesia. Com essa transformação o PT incorporou elementos e a visão burguesa de mundo, porém, não assumia um discurso de projeto essencialmente burguês. Segundo Coelho, o pós-modernismo não pode ser separado da visão burguesa de mundo, pois esta tem como objetivo principal interceptar as forças contestatórias, disfarçar o velho de novo, para desviá-las para a fragmentação e o isolamento. Entendemos a questão do pós-modernismo como afirma Fredric Jameson, ou seja, como a lógica cultural do capitalismo tardio, termo elaborado pelo economista político belga, Ernest Mandel, membro do secretariado unificado da IV Internacional.

A burocratização que aconteceu no PT é outro elemento fundamental para explicar as principais transformações que aconteceram dentro do partido. Segundo Coelho (2005), a burocratização se iniciou no PT, quando o partido começou a conseguir êxito nas eleições para deputados estaduais, deputados federais, senadores, governadores, e principalmente nas prefeituras, que segundo o autor deveria ser o principal espaço de ataque ao poder central, funcionaram como laboratório para o novo projeto da nova esquerda no Brasil.

Com base nisso mostraremos na tabela 3 abaixo os resultados do PT nas eleições estaduais e nacionais (1982-1998).

TABELA 3. RESULTADO DO PT NAS ELEIÇÕES ESTADUAIS E NACIONAIS (1982-1998)

Cargo/ano	1982	1986	1990	1994	1998
Deputados Federais	8	16	35	50	59
Deputados Estaduais	12	40	81	92	90
Senadores			1	5	7
Governadores				2	3

Fonte: MAGALHÃES, Inês, BARRETO, Luiz e TREVAS, Vicente (orgs.) Governo e Cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 246-7. Idem, ibidem, p. 246-7.

Podemos perceber através da tabela 3, o crescimento que aconteceu dentro do Partido dos Trabalhadores do período de 1982 a 1998, porém, esses números não refletem no que diz respeito à mobilização das massas, pois ao passo que o PT foi conquistando mais êxito nas eleições, os dirigentes majoritários ganharam mais espaços e as bases do partido foram ocupando locais mais subordinados.

Com o sucessivo êxito nas eleições, como podemos observar na tabela 4, a continuação deste parágrafo, o partido estava cada vez mais preocupado em se manter e conquistar maiores sucessos no cenário institucional da política nacional, do que usar o espaço dos cargos políticos para mobilizar as massas para um projeto de cunho revolucionário.

TABELA 4 - RESULTADO DO PT NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS (1982-1996)

Cargo/ano	1982	1985	1988	1992	1996
Prefeitos	2	2	36	54	115
Vereadores	118	n.d	900	1100	1985

Fonte: MAGALHÃES, Inês, BARRETO, Luiz e TREVAS, Vicente (orgs.) Governo e Cidadania... op. cit., p. 246-7.

O crescimento no número de políticos eleitos no PT trouxe um crescimento muito grande de cargos comissionados e assessorias, que contribuiu ainda mais para o processo de burocratização do partido, pois esse mesmo que obtém vantagens econômicas, estão mais engajados em manterem-se recebendo tais vantagens, do que com a mobilização política de fato.

O triunfo de Lula nas eleições de 2002 se deu em um momento em que a luta dos movimentos sociais estava em baixa. O decorrer do seu governo Lula contribuiu ainda mais para que os movimentos sociais fossem cada vez mais desmobilizados, anulando a força independente destes, através de um permanente cooptação dos seus principais líderes, como por exemplo, os casos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da União Nacional dos Estudantes (UNE), fazendo com que enfraquecesse o poder de mobilização do movimento.

No livro *As Metamorfoses da consciência de classe*, o PT entre a negação e o consentimento do autor Mauro Iasi, publicado no ano de 2006, também faz uma abordagem sobre a questão da consciência de classe como um movimento que corresponde ao próprio ser da classe trabalhadora, em alguns momentos ligados à ordem

capitalista, e em outros momentos luta contra a desumanização e exploração da sociedade capitalista.

Iasi faz uma crítica com relação à metamorfose que segundo ele existiu dentro do Partido dos Trabalhadores, e vai mostrar que o PT nasceu negando a ordem do capital, mas que no passar do tempo, quando o partido foi se consolidando como força no cenário da política brasileira, foi criando uma burocracia que fazia com que o partido seguisse a ordem neoliberal que era negada na sua origem. Segundo Iasi (2006), o PT seria hoje mais um partido da ordem neoliberal do que um partido com ideias revolucionárias e de transição socialista (IASI: 2006).

De fato, aconteceu uma mudança profunda na perspectiva política de Lula e do PT, porém era necessário que as frações burguesas de fato acreditassem na ruptura ideológica que aconteceu dentro do partido. Neste sentido, um dos fatores mais importantes para a vitória de Lula nas eleições de 2002 foi mudar a imagem do então candidato perante a mídia e as classes dominantes.

Os especialistas apontavam que a mídia desempenhava um papel importantíssimo no que diz respeito aos pleitos eleitorais, principalmente nas eleições ocorridas após o período ditatorial no país. Com isso, o Partido dos Trabalhadores tratou de contratar uma equipe para cuidar do marketing da campanha, ou seja, para cuidar apenas da imagem de Lula. Uma das figuras centrais para a mudança no que diz respeito à imagem de Lula foi o marqueteiro Duda Medonça, o publicitário que em agosto de 2005 foi acusado de ser envolvido no escândalo do mensalão.

O Mensalão é o nome dado pela mídia ao escândalo de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional do Brasil, que ocorreu entre 2005 e 2006. O caso teve como protagonistas alguns integrantes do governo do presidente Lula, membros do Partido dos Trabalhadores e de outros partidos.

Neste sentido, Lula poderia optar por dois caminhos completamente diferentes, ou continuar com suas ideias a favor da classe trabalhadora, que consequentemente iam de contraste com os setores das classes dominantes, por não compactuar com os pensamentos e as práticas impostas pelo sistema, ou acabar aliando-se ao modelo hegemônico, para conseguir os seus determinados objetivos de chegar ao governo para garantir a governabilidade. Esse último foi o caminho seguido por Lula, que para conseguir vencer as eleições à Presidência da República em 2002, teve que mudar suas práticas e o seu discurso ideológico “radical”, não esquecendo sua mudança de a

imagem, que ficou famosa durante o seu primeiro governo como aquele que conciliava os problemas das classes dentro do país.

A população brasileira, em 2002, vivia um dilema muito profundo, entre a esperança e o medo, em termos weberianos, pois esses eram os sentimentos que existiam no país. Isso ocorria pelo fato do país estar passando por uma profunda crise durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e de fato a população queria uma mudança, porém essa mudança não poderia ser radical, pois todos os interesses das classes dominantes estavam em jogo. A partir desse sentimento de mudança que existia no país, os publicitários do Partido dos Trabalhadores, entraram em cena para desconstruir a antiga imagem do candidato Lula e formarem a imagem de um Lula menos radical e aberto ao diálogo com todas as frações de classe da população.

Segundo Antonio Albino Canelas Rubim, os publicitários responsáveis pela campanha de Lula começaram a fazer uma divulgação, na mídia e em todos os setores da população, que Lula representava uma mudança, mas que essa mudança não iria representar nenhum mal a “democracia” brasileira. Com isso, a imagem de Lula ficou vinculada a uma mudança que não representava medo a nenhum dos setores da população brasileira.

Para Rubim, a mudança não ocorreu apenas no candidato Lula, pois segundo o próprio Duda Mendonça, que era o publicitário do partido, Lula só mudou, porque o PT também mudou. O PT investiu pesado no campo da comunicação nas eleições de 2002, chegando a ter sua tática de campanha elogiada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. O próprio Lula exigiu dentro do partido que, para ser novamente candidato, seria necessário contar com uma equipe de comunicação mais profissionalizada.

Porém essa mudança dentro do PT e do seu líder maior não aconteceu de uma hora para outra nas eleições de 2002, pelo contrário, trata-se de uma evolução que na verdade começou nas eleições de 1988 e se concretizou de fato em sua vitória na campanha de 2002. De fato a equipe de marketing trabalhou de forma impecável para desconstruir a imagem de outrora do PT e do Lula, mas estes realmente mudaram, só precisavam que as frações burguesas e a mídia de fato acreditassem nisso, ou seja, foi uma mudança primeiramente política, depois dessa mudança comunicacional, vem o apoio das frações burguesas, que faz com que o PT continuasse em seu caminho de transformação.

Neste sentido, Lula logrou uma aproximação com a classe dominante, sem perder muito do seu prestígio já existente outrora com as frações da classe dominada, com um discurso reformista moderado e de diálogo com as diferentes partes da população.

Podemos destacar também como influência da vitória de Lula nas eleições de 2002, a crise na Argentina (2001-2002). A crise na Argentina contribuiu para aumentar o temor que existia da grande burguesia brasileira de ser contagiada pela crise do país vizinho. Uma crise nos moldes da que aconteceu na Argentina, seria muito mais preocupante no Brasil, pois o nosso país tem uma população pobre muito mais elevada de que na Argentina, e nesse sentido, Lula poderia fazer o papel de intermediar e conciliar as classes subalternas.

Nesse sentido, a burguesia brasileira apoia a candidatura de Lula por acreditar que este seria a melhor opção de governo naquele momento, principalmente para que o país não se contagiasse com a crise do país vizinho. Ou seja, o Lula seria importante no que diz respeito a acalmar as massas, pois ele e o PT tinham em suas mãos o comando e a organização dos movimentos sociais, mas nunca foi o candidato preferido do setor burguês. A burguesia apoia o Lula nas eleições, mas (não de forma homogênea) continuam uma parte sendo oposição ao governo, isso explica como aconteceu claramente no caso do mensalão.

Para que de fato os setores dominantes, conjuntamente com a grande mídia, acreditassem que Lula e o PT não representavam nenhum perigo, não bastava apenas uma mudança em sua imagem e no discurso, mas deveriam se comprometer em respeitar a constituição e assumirem determinados compromissos, como manutenção dos contratos, pagamento das dívidas externas e internas e acima de tudo a continuidade da política neoliberal vigente nos mandatos do Fernando Henrique Cardoso. Isso ficou claro com a famosa Carta ao povo brasileiro, que foi o título dado a um texto assinado em junho de 2002, pelo então candidato à presidência da república do Brasil. Luís Inácio Lula da Silva, assegurou que, em caso de sua vitória, a sua agremiação, o Partido dos Trabalhadores (PT), respeitaria os contratos nacionais e internacionais.

A Carta ao povo brasileiro, ou a “carta aos banqueiros”, como também é conhecida, principalmente pela esquerda brasileira, inicialmente não tinha destino ao povo brasileiro, foi destinada muito mais para acalmar os mercados do que propriamente a seus eleitores, a carta já antecipava boa parte daquilo que o Brasil é hoje. Depois de sua divulgação, empresários e investidores brasileiros e principalmente

estrangeiros passaram a contribuir para o processo que deu credibilidade à campanha petista, levando Lula, pela primeira vez, à Presidência depois de três tentativas frustradas.

Através desse documento, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva deixava claros seus propósitos, caso fosse eleito presidente da república em 2002. Lula não iria romper com as regras do jogo, iria respeitar todos os contratos e não faria nenhuma mudança radical, que viesse a prejudicar os setores da classe dominante. Lula não só cumpriu a risca tudo que escreveu na carta, mas também conseguiu fazer como nunca na história desse país com que as frações da classe dominante crescessem na sua acumulação de forma assombrosa, como cresceram nos seus dois governos (2003-2010). Depois do sucesso que a carta teve no meio dos investidores estrangeiros, é que a equipe do PT decidiu expandi-la internamente dentro do Brasil, para que o povo que deveria ser o alvo principal pudesse ficar a par do que seria de fato o governo de Lula e do PT.

Segue abaixo alguns trechos da Carta ao povo brasileiro, onde o ainda então candidato Lula se compromete em respeitar todos os contratos, com intuito de acalmar o mercado externo.

“Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação. (...) Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos. (...) Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais”. (SILVA, SÃO PAULO, 2002).

Em uma entrevista do ex-ministro do governo Lula, José Dirceu ao Brasil Econômico, ele conta que "A Carta não representou uma ruptura. Ela expressou mudanças programáticas do PT que haviam começado em 1995. Um papel semelhante ao da escolha de José de Alencar para vice na chapa uma continuidade do amadurecimento da política de alianças", conta o ex-ministro ao Brasil econômico.

A Carta aos brasileiros também deu aval para tudo o que se seguiu na campanha petista do ano de 2002. Já sob o efeito do compromisso assumido publicamente, Lula

ganhou o apoio de diversos empresários brasileiros de peso. O primeiro foi o dono da Gradiente, Eugenio Staub, para quem Lula representava a única saída viável para o Brasil.

“Não precisava ter uma” bola de cristal” para adivinhar os rumos do governo

Lula, pois a partir da divulgação da carta aos brasileiros, já se podia ter uma ideia de como seria o andamento do governo. A aliança com grandes empresários brasileiros, inclusive o seu vice, o empresário e senador pelo estado de Minas Gerais José de Alencar, que era do PMDB e se filiou ao Partido Liberal (PL), para poder concorrer nas eleições, confirmava a tese que o governo Lula não representava somente a chegada da classe trabalhadora ao governo. Essa candidatura seria expressão da paz social e da conciliação de classe.

Lula assumiu um discurso que o seu governo seria o governo de todas as classes, pois juntamente com Lula e os empresários estavam no mesmo barco os setores que representavam a classe trabalhadora, como os sindicatos e principalmente a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Com isso a classe trabalhadora chegaria ao governo, porém, juntamente com ela chegaria os setores do grande capital, que foram decisivos para que Lula tivesse êxito nas eleições de 2002, pois além de financiarem a campanha, fizeram com que setores da burguesia e a própria mídia perdessem o medo que tinham de Lula e do PT nas eleições anteriores.

Como afirmamos, essa tática de aliança com empresários e com partidos historicamente burgueses não aconteceu do dia para noite nas eleições de 2002. Na disputa contra Fernando Henrique Cardoso em 1998, Lula já manifestava em seus discursos um apoio a setores da burguesia brasileira. O petista já falava em proteger a indústria nacional, em crescimento e em desenvolvimento. Através desta postura podemos notar que os pilares básicos do discurso petista de 2002 de colocar a necessidade de uma mudança do modelo econômico que venha a ajudar no desenvolvimento tanto dos trabalhadores quanto dos empresários com vistas à humanização do capitalismo brasileiro começaram a se formar na campanha eleitoral de 1998.

O que podemos perceber é que ao longo dos dois mandatos do governo Lula, essa aliança entre governo e frações da burguesia brasileira e com os partidos políticos historicamente conservadores não resultou naquilo que o candidato chamava de forma utópica de um “governo de todos” e que tinha uma preocupação especial pelos setores

mais precarizados da população, mas era sim o governo que cuidou muito bem e enriqueceu uma parcela irrisória da população brasileira, ou seja, os grandes empresários e os banqueiros.

O Partido dos Trabalhadores (PT) e Lula, o seu líder maior, tinham uma pauta estabelecida com relação às reivindicações dos principais direitos que a classe trabalhadora exigia. Questões como a redução da jornada de trabalho sem que haja uma redução no salário, o fim do fator previdenciário, o combate à demissão imotivada e a tão sonhada reforma agrária nunca vieram a sair do discurso. O mais interessante é que coisas tão importantes para diminuir a exploração do trabalhador brasileiro saíram de vez da pauta, parecendo que essa pauta nunca foi do PT, quase ninguém mais toca nesse assunto, pois não é mais do interesse do partido.

Por outro lado, diversas reivindicações feitas pelas frações burguesas foram atendidas e eram consideradas como primordiais para o desenvolvimento do país, como se a pauta dos trabalhadores não fossem. Todo de mudança culminaria com a famosa “Carta ao Povo Brasileiro”, que já citei e que serviram para tranquilizar os investidores estrangeiros, os direitos dos servidores públicos foram retirados depois da reforma da previdência, que foi feita no primeiro ano do governo de Lula, as privatizações que foram tão criticadas pelo PT quando eram opositoristas de FHC do PSDB continuaram acontecendo no governo Lula, agora com o nome de parcerias público-privada, a dívida externa, na maior parte foi transformada em dívida interna e continuou sendo paga religiosamente.

Neste sentido, podemos perceber que o governo Lula (realizaremos uma breve diferenciação entre lulismo e petismo, no ponto 2.4, quando analisamos as diferentes caracterizações do governo Lula) utilizou dois pesos e duas medidas com relação à classe trabalhadora e a classe burguesa, pois foram tratamentos totalmente opostos, pois uma parte foi muito favorecida com relação à outra. A classe trabalhadora que historicamente sempre caminhou lado a lado com Lula, não teve seus anseios contemplados, pelo contrário, algumas das medidas que foram colocadas em prática pelo governo só fizeram prejudicá-los, fazendo com que esta classe tenha sido bem menos beneficiada do que os setores burgueses. Neste sentido, foi central a existência no governo Lula de um processo de cooptação das principais forças, como as organizações dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Falar isso não significa que o governo tenha perdido o apoio da maioria da classe, e menos ainda com os setores “desorganizados”.

O setor do capital foi amplamente contemplado com o governo de Lula, com isso, as desconfianças que o setor burguês tinha do governo, foram todas desconstruídas, pois “nunca na história desse país” parafraseando a fala de Lula, as frações de classe burguesa tiveram uma acumulação e lucros tão altos, principalmente nos setores industriais e agrários, sem esquecer-se do setor financeiro que sempre foi o que mais lucrou dentro do país, como apresentamos nessa dissertação, como uma parte da nossa hipótese.

Ao contrário do que aconteceu nas eleições passadas, onde o PT não tinha quase nenhum tipo de apoio de partidos burgueses, em 2002 aconteceu o processo final da sua metamorfose, o PT se coligou com partidos mais conservadores, como o Partido da Mobilização Nacional (PMN) e o Partido Liberal (PL), que era o partido do seu vice José de Alencar, que segundo detalhes que foram revelados na época não houve entendimento político entre os partidos, nem tampouco um debate sobre propostas, mas sim sobre questões econômicas e de repasse de dinheiro entre os mesmos.

O Partido dos Trabalhadores também obteve o apoio de grupos ligados a outros partidos conservadores, como o Partido Progressista (PP), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que na época não era um partido coligado, mas obteve, entre outros, apoio do grupo ligado à família de José Sarney. Durante o governo Lula, o partido que mais colaborou no apoio, principalmente na base parlamentar foi exatamente o PMDB, que representa o maior partido político brasileiro, com maior número de filiados e que por “coincidência ou não”, sempre está na base governista.

Após as eleições presidenciais de 2002, quando o candidato Lula do PT foi eleito presidente da república, esses apoios com a bancada conservadora só vieram a aumentar, tanto na composição do seu ministério, quanto em sua base de apoio parlamentar. As alianças aconteceram com partidos e rivais históricos de Lula e do PT, como o Partido Progressista (PP) de Paulo Maluf e com Fernando Collor de Mello, que protagonizou diversas trocas de acusações e que derrotou Lula nas eleições presidenciais de 1989.

Como coloquei acima, Lula e o PT, se aliaram a diversas figuras e partidos historicamente reacionários, que contribuíram e muito para esbarrar as principais reivindicações da classe trabalhadora, pois iam de contraste com seus interesses. Como sabemos a bancada que representa tais partidos estão em sua grande maioria

empresários e latifundiários que esbarram tudo e qualquer coisa que venha a prejudicar os seus interesses ou os interesses no qual estão ali representando.

Segundo Poulantzas, umas das principais formas para a manutenção de um bloco no poder é a relação com a política, pois vai ser através das alianças entre as classes e os partidos políticos que vão garantir e reivindicar os interesses das classes representadas. Ou seja, uma aliança pode acontecer entre duas ou mais frações de classe (mas sob a hegemonia de uma delas) com objetivo de obter vantagens para ambas às partes. Essa aliança pode ser feita dentro do bloco no poder, entre as frações da classe dominante, e também dentre as frações de classe dominadas, com intuito de conseguirem desde coisas mais simples, como a reivindicação de melhores condições de trabalho, até atitudes mais radicais e complexas.

O mencionado autor greco-francês, em seu livro *Poder político e classes sociais*, explica o conceito de *cena política*, que segundo o mesmo representa o espaço onde se manifestam as práticas políticas de classe, tudo isso através dos partidos políticos organizados. Porém não podemos apenas levar em consideração a cena política como a luta de classes entre partidos, pois seremos induzidos ao erro. Pode acontecer de uma determinada fração de classe desaparecer do cenário da política, pelo fato do partido não ter alcançado êxito nas eleições, mas isso não significa que esta mesma classe tenha também caído do bloco no poder, ou até mesmo que ela fique sem representantes no cenário da política.

De acordo com o pensamento Poulantziano, podemos perceber que os partidos políticos estão ali para representar frações de classe, porém isso não quer dizer que outras frações que não estão no cenário político, pelo fato de terem perdido as eleições ou até mesmo por não terem se candidatado, não venham a se beneficiar. Os partidos burgueses mesmo representando fração A, B ou C, sempre atuarão de forma a preservar a burguesia dentro do bloco no poder.

Neste mesmo sentido, como foi colocado no capítulo teórico, Poulantzas diferencia duas classes no cenário político, a classe reinante e classe dirigente. A classe reinante seria aquela que detém o aparelho de estado, ou seja, governadores, senadores, presidentes, seria a classe política em geral. Já a classe dirigente seria a classe hegemônica, ou seja, é aquela que comanda todos os rumos da política da sociedade, e esta pode estar fora do cenário político, mas mesmo assim é quem dar as ordens que são executadas pela classe reinante. Com isso podemos perceber que nem sempre os

interesses que os políticos estão representando são os seus, eles podem muito bem estarem ali para representarem outros indivíduos.

Não existe nenhum partido político que represente única e exclusivamente o setor financeiro no cenário político brasileiro, mas sabemos que esse setor burguês é a fração hegemônica dentro do bloco no poder, pelos os recordes de lucratividades que apresentaremos mais a frente e pelo fato de ter bastante influência para comandar os rumos do cenário político de forma a que priorize seus interesses.

Poulantzas (1977) também coloca que pode acontecer da fração de classe que está dentro do bloco no poder também ser reinante e detentora do estado. Podemos notar isso de forma bastante aguda com relação ao cenário político brasileiro, pois tanto na câmara dos deputados quanto no senado, o que mais vemos são os representantes de duas das principais frações burguesas do país, que são o setor industrial e o setor agrário executando seus interesses dentro do cenário da política.

2.4. Caracterizações sobre o governo Lula

Com base nessas leituras é bastante importante conhecer as ideias que existem sobre essa nova onda de governos com “novas” perspectivas políticas e neste sentido, saber se de fato eles rompem com o caráter do sistema neoliberal, pois de acordo com o que podemos considerar a nossa hipótese secundária, existe uma mudança no discurso com relação ao antigo neoliberalismo “ortodoxo”, porém a sua política econômica ainda continua sendo neoliberal. Nessa parte da dissertação tentaremos verificar ou rejeitar a nossa hipótese primária e secundária. Por isso é relevante analisar as diferentes contradições sobre o governo Lula, tendo como interpretação a leitura dos referenciais de continuidades e de ruptura.

As caracterizações sobre o governo de Luís Inácio Lula da Silva se dará a partir de três eixos principais: o primeiro eixo expõe que é a continuidade e o aprofundamento do modelo neoliberal nos mesmos termos do governo de Fernando Henrique Cardoso; a segunda argumenta o contrário, afirmando que existe uma ruptura na política econômica de ambos; e, em terceiro lugar, estão aqueles que sustentam que esse governo expressaria uma mudança no interior do próprio modelo neoliberal e não mudança de modelo.

Com base nessas três formas de leitura, continuidade, ruptura e mudança no interior do modelo, vamos então fazer uma análise de alguns dos principais teóricos que

reflexionaram sobre governo Lula da Silva, pois mesmo que estes entrem em acordo em alguns pontos como continuidade, ruptura e mudança no interior do modelo, são leituras diferenciadas, com pontos de vistas distintos.

Plínio de Arruda Sampaio Jr., Francisco de Oliveira, Valério Arcáry e Virginia Fontes defendem argumentos que apontam para uma ideia de continuidade entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, portanto, defendem que o governo de Lula de fato consolidou o modelo neoliberal no Brasil (ARRUDA SAMPAIO JR: 2006; OLIVEIRA: 2003; ARCÁRY: 2011 e FONTES: 2010).

Para Plínio de Arruda Sampaio Jr., professor livre-docente do Instituto de Economia – Unicamp, no livro *Os governos progressistas em debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela e Uruguai*, coloca que existe continuidade, dado que o governo de Lula acelerou o processo de reversão neocolonial vigente no Brasil há algumas décadas. Este continuísmo, tanto da política econômica como da filosofia social das políticas, seria um aprofundamento do neoliberalismo, já que todos seus eixos foram radicalizados. Duas medidas do governo Lula confirmaram sua leitura: a primeira é que o governo de Lula fez a reforma da previdência⁸ o que Fernando Henrique Cardoso não conseguiu realizar durante o período dos seus dois mandatos. A segunda medida executada pelo governo Lula foi à autonomia do Banco Central, já que ele entrega o banco ao capital financeiro e o Estado renuncia ao controle da política monetária (ARRUDA SAMPAIO JR: 2006).

Há também a concepção, desenvolvida por Francisco de Oliveira, professor aposentado de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), em seu livro *O Ornitórrinco*, segundo a qual tem hoje no Brasil uma nova classe social, formado pelas convergências programáticas entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social Democracia Brasileira, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas

⁸ . O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tentou alterar o sistema previdenciário nacional, mas, em oito anos de mandato, só conseguiu implementar mudanças no setor privado referentes aos aposentados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As mudanças no setor público sempre enfrentaram resistências - inclusive do PT, quando oposição - no Congresso Nacional e nunca chegaram a ser implementadas. Pós a eleição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou como prioridade a aprovação das reformas, consideradas fundamentais para a retomada do crescimento do País. No dia 30 de abril de 2003, Lula, acompanhado dos 27 governadores, dos 82 integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e de alguns ministros, entregou pessoalmente as propostas das reformas ao Congresso Nacional. O gesto teve o efeito simbólico de mostrar aos parlamentares que a proposta do Executivo tem o apoio de todos os Estados e do Distrito Federal.

doublés de banqueiros, núcleo duro do PSDB e, de outro lado, por trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT.

Para Oliveira os dois grupos são chaves no acesso ao controle dos fundos públicos e seriam as duas caras de uma nova e mesma classe. Ele complementa afirmando que se vive em uma era de indeterminação na qual as relações entre classe, interesses e representação são difusas e nas suas próprias palavras foram para o espaço. Trata-se de uma dominação de classe globalizada, mas sem política, porque não existe mais a política como possibilidade de realizar políticas nacionais (OLIVEIRA, 2007). Neste sentido, podemos observar na leitura de Francisco de Oliveira que existe continuidade pelo fato da junção entre os dois partidos, PT e PSDB.

Valério Arcáry é um professor de História aposentado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, no seu livro *Um reformismo quase sem reformas*, tem como ponto principal a constatação de que o Estado capitalista, como sempre na história, está a serviço das classes dominantes. Arcary faz uma análise crítica do significado do governo Lula desde um ponto de vista socialista revolucionário e internacionalista. Neste sentido, Arcary coloca o governo Lula como um governo conciliador de classes, a serviço do grande capital nacional e internacional. Ao abordar diferentes aspectos da vida econômica, política e social do país ao longo dos últimos oito anos, Arcary demonstra como as pequenas modificações reformistas introduzidas por Lula tiveram, na verdade, como único objetivo a manutenção da propriedade privada e da ordem capitalista. Com base nisso, existiria uma continuidade das políticas de Lula e Cardoso (ARCÁRY: 2011).

Virginia Fontes, historiadora, professora aposentada da Universidade Federal Fluminense em, *O Brasil e o Capital-imperialismo*, coloca que o processo histórico ulterior, iniciado de maneira hesitante em finais da década de 1970, aprofundou-se nos anos 1980 para encontrar sua formatação política mais explícita a partir da década de 1990 com Fernando Henrique Cardoso e continuado sob os dois mandatos de Lula da Silva, expressaram uma recuperação da capacidade burguesa e aprofundamento ainda mais dos seus vínculos de dependência, conservar seu predomínio no âmbito nacional, através agora de um formato democrático-representativo, típico do enquadramento burguês das reivindicações populares. Virginia Fontes faz uma crítica à categoria subimperialismo elaborada por Rui Mauro Marine e substitui a categoria pela ideia Brasil capital imperialista. Ou seja, para Fontes o governo Lula seria a expressão do capital-imperialismo (FONTES: 2010).

Emir Sader, Nelson Barbosa, Marcos Aurélio Garcia, Marcio Porchmann e André Singer, fazem parte do eixo de interpretação que atribui à política econômica do governo Lula com maior ou menor ênfase uma ruptura com a do governo de Cardoso (SADER; 2013; BARBOSA: 2010; GARCIA; 2006; PORCHMANN: 2010; e SINGER: 2012).

Emir Sader, doutor em Ciência Política é professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP). Está mais preocupada por defender o governo do que fazer um estudo mais aprofundado da realidade brasileira. Segundo o mesmo em seu blog a posse de FHC chegou a ser saudada pelo principal órgão tucano na imprensa com um caderno especial que anunciava a “Era FHC”, deferência que Lula que, sim, instaurou uma nova era no país, não recebeu e que se perdeu na transcendência, quando foi ficando claro que FHC era apenas o capítulo nacional dos presidentes neoliberais da região, acompanhando a Menem, Fujimori, Carlos Andrés Perez, Salinas de Gortari, entre outros, no fracasso e na derrota. (SADER: 2013).

Para Sader, o balanço dos 100 primeiros dias de Lula prenunciava as armadilhas em que cairiam seus críticos, tanto à direita, como à esquerda. Os primeiros buscaram desconstruir sua imagem de representante do movimento popular, dando ênfase à continuidade e à dissolução assim das novidades tanto tempo anunciadas pelo PT, especialmente a prioridade do social. Os críticos de esquerda se apressaram, numa linha similar, a dissolver o governo Lula num continuísmo coerente com o governo neoliberal de FHC, apelando para os tradicionais epítetos de “traição”, ”capitulação”, ”conciliação”. O governo Lula estava condenado, pelas duas versões, já nos seus primeiros 100 dias. Ambos foram derrotados, quando ficou claro que os 100 primeiros dias eram transição da “herança maldita”, uma espécie de acumulação primitiva para a geração das condições de um modelo econômico e social de retomada do desenvolvimento e de distribuição de renda, que responderia pelo sucesso inquestionável dos dois governos Lula (SADER: 2013).

Nelson Barbosa, secretário-executivo do Ministério da Fazenda, em A inflexão do governo Lula: Política econômica, crescimento e distribuição de renda, sustenta que durante o governo Lula, o Brasil iniciou uma nova fase de desenvolvimento econômico e social, em que se combinam crescimento econômico e redução das desigualdades sociais. Segundo eles, sua característica principal é a retomada do papel do Estado no estímulo ao desenvolvimento e no planejamento de longo prazo. Ademais, o governo garantiu a aceleração do desenvolvimento econômico e social graças à realização de um

conjunto de políticas que possibilitaram a estabilidade macroeconômica necessária: controle da inflação, redução do endividamento do setor público, e diminuição da vulnerabilidade das contas externas do país diante de instabilidades internacionais (BARBOSA: 2010).

Para o professor de História na Unicamp Marcos Aurélio Garcia em *A reconstrução da esperança*, a política econômica do atual governo é uma ruptura com a anterior e conseguiu resolver os gravíssimos problemas herdados da administração de Cardoso. Entre outras coisas, reduziu a inflação, diminuiu a relação dívida interna - Produto Interno Bruto (PIB) expandiu o comércio exterior e, com um conjunto de medidas, obteve uma drástica redução da vulnerabilidade externa do país. O Brasil, ademais, saldou seus compromissos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e baixou drasticamente as cifras de risco de investimento no país. Estas conquistas macroeconômicas seriam importantes para dar sustentabilidade a um novo e prolongado período de desenvolvimento, sem impedir o crescimento do país mesmo que a um ritmo lento no curto prazo (GARCIA: 2006).

Segundo Marcio Pochmann em sua obra *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos* existem uma ruptura do governo de Lula da Silva com relação ao governo anterior do tucano Fernando Henrique Cardoso. Pois segundo o mesmo, existiu uma transição do neoliberalismo para um outro modelo, que seria o social-desenvolvimentista ou, em outros termos, uma interrupção da hegemonia das políticas neoliberal e “o abandono das teses neoliberais”. Os mecanismos para esta transição seriam, no seu entendimento, principalmente as políticas macroeconômicas, sociais e externas operadas pelo PT a partir da máquina estatal após as eleições presidenciais, sem aprovações de reformas constitucionais ou de embates diretos com as forças de sustentação do neoliberalismo (POCHMANN: 2006).

Para André Singer, no livro *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*, tem uma visão mais politicista do que Emir Sader, o lulismo surge do encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital (SINGER: 2012).

Segundo Singer, Lula aproveitou a onda de expansão mundial e optou por caminho intermediário ao neoliberalismo da década anterior, que tinha agravado para próximo do insuportável a contradição fundamental brasileira e ao reformismo forte que fora o programa do PT até as vésperas da campanha de 2002. O subproletariado, reconhecendo na invenção lulista à plataforma com que sempre sonhara um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem, deu-lhe suporte para avançar, acelerando o crescimento com redução da desigualdade no segundo mandato, e, assim, garantindo a vitória de Dilma (atual presidente da república) em 2010 e a continuidade do projeto ao menos até o ano de 2014 (SINGER: 2012).

Em relação a nossa sub-hipótese as ideias de ruptura e continuidade entendidas linearmente, assim como a noção de indeterminação nos impedem de perceber as relações entre Estado, governo, poder político e frações de classe no interior do bloco no poder, o mesmo acontece com as teses que fazem o governo Lula como sendo desenvolvimentista.

Lúcio Flávio de Almeida, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em “Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo” começa fazendo uma análise das caracterizações do governo Lula. Segundo o autor, existem perspectivas teóricas que colocam o governo Lula como sendo uma clara ruptura com a política do de FHC, no entanto, existem outras correntes que afirmam que o governo Lula foi uma continuidade e aprofundamento das políticas do governo de FHC. Porém, segundo Lúcio Flávio, é inegável que, durante o governo Lula, surgiu uma importante novidade no campo político-ideológico com sérias implicações para análise crítica: um riquíssimo debate, que está longe de terminar, sobre o (neo) desenvolvimentismo.

Para Almeida, a hegemonia do grande capital se manteve no neonacional-desenvolvimentismo do governo Lula, inclusive com uma grande participação das frações burguesas no cenário da política de Estado. Porém, segundo o mesmo, o governo Lula não seguiu os preceitos do neoliberalismo ortodoxo do governo de FHC, pois Lula se diferencia do antecessor quando melhora a posição da grande burguesia interna brasileira no interior do bloco no poder.

Para Armando Boito Jr., professor de Ciência Política da Unicamp houve uma mudança no interior do modelo e não uma mudança de modelo. Ou seja, o governo Lula da Silva alterou as relações do Estado brasileiro com a burguesia ao engendrar um processo de “empoderamento” da grande burguesia interna industrial e agrária,

melhorando substancialmente sua posição no interior do bloco no poder. Sem, no entanto, ameaçar a hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional no interior do bloco no poder (BOITO JR., 2005:53).

Neste sentido, compartilhamos parcialmente da hipótese de Boito jr., pois concordamos que houve um processo de “empoderamento” da grande burguesia interna do país dentro do bloco no poder, sem que essa conseguisse tornar-se a fração hegemônica do bloco, que continua sendo da burguesia financeira nacional e internacional. Porém as consequências políticas de Boito Jr. nos leva a uma posição “desenvolvimentista”. Em nossa interpretação, no Brasil mesmo existindo uma mudança dentro do bloco no poder, cria-se uma ilusão “desenvolvimentista” que oculta uma reprimarização da economia brasileira.

Neste sentido, temos como sub-hipótese a visão de Boito Jr. em relação à mudança no interior do modelo neoliberal, pois concordamos que no governo Lula houve uma mudança no interior do sistema neoliberal ortodoxo, principalmente pela política de incentivo a burguesia interna e nas políticas sociais adotadas pelo mesmo, porém tal governo não rompe com o modelo neoliberal. Discordamos da visão de Boito Jr. com relação às conclusões políticas de aliança entre trabalhadores e burguesia interna do autor. Pois segundo Boito Jr. essa aliança seria mais progressiva do que com as frações de classe hegemônicas. Com base nessa visão, partimos de uma perspectiva de que essa aliança poderia levar a uma política de conciliação das classes, o que seria uma coisa totalmente improvável partindo de uma visão marxista, pois segundo o próprio Marx, o Estado não poderia nem surgir se a conciliação das classes fosse possível.

Segundo Boito Jr existem vários indicadores que comprovam que o governo Lula priorizou a grande burguesia interna. Alguns desses elementos foram, a nova política do BNDES, que o seu orçamento foi multiplicado por sete e que apoia a internacionalização das empresas brasileiras. Foi mudada também a política externa do país, pois Lula abriu o mercado e não ficou dependente dos Estados Unidos como era FHC no passado. Os movimentos sociais foram cooptados pelo governo e o povo também, pois segundo Boito o povo só vota porque se beneficia dos programas sociais, ou seja, o governo toma algumas medidas de forma superficial para favorecer a população desorganizada, sem que estas possam superar tais programas sociais e continuem dependentes do governo.

Os fatores políticos que explicam a ascensão da grande burguesia interna industrial e agrária são: a pressão da grande burguesia industrial ao longo da década de 1990, a pressão convergente dos sindicatos e a própria vitória da candidatura de Lula na eleição presidencial de 2002.

Os fatores econômicos nacionais e internacionais, por sua vez, dizem respeito à ameaça de estrangulamento externo que se evidenciou na crise cambial de 1999; o crescimento do comércio internacional de matérias-primas e de recursos naturais; a melhora nas cotações desses produtos; o declínio, na década de 2000, do fluxo de dólares dirigido aos países dependentes pelos fundos de aplicação dos países dominantes; e, finalmente, a grande desvalorização cambial provocada, involuntariamente, pelo temor do capital internacional diante iminente vitória de Lula em 2002.

Porém vale ressaltar que esta era a visão de Armando Boito Jr. nos dois governos do presidente Lula, pois na sua análise atual sobre o governo do PT, levando em consideração o período de Lula e o da atual presidente Dilma Rousseff, Boito Jr já coloca a fração da grande burguesia interna brasileira como sendo a fração hegemônica no interior do bloco no poder.

Segundo Boito Jr, os governos Lula e Dilma representam a burguesia brasileira, mesmo apoiada nas classes populares. E essa burguesia seria fundamentalmente a grande burguesia interna brasileira, que segundo o mesmo foi a partir de 2005 que esta fração começou a ser extremamente beneficiada. Boito Jr também lembra que a burguesia interna brasileira ocupava uma posição subordinada no interior do bloco no poder nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso e que foi através das políticas adotada pelo PT que acontece um revira volta na posição da burguesia interna dentro do país.

Essa atual visão de Boito Jr. é expressa no livro Política e classes Sociais no Brasil dos anos 2000, em um artigo denominado como Governo Lula: A nova burguesia nacional no poder. Boito Jr. hoje está chamando a burguesia industrial de burguesia nacional, o que são dois conceitos diferentes de Poulantzas.

Segundo Boito Jr. os motivos dele colocar a burguesia interna como hegemônica é pelo fato dos seus interesses estarem à frente de todas as demais frações no governo petista. Nesse sentido a burguesia interna não quer um Estado mínimo, mas sim uma proteção do Estado, para manterem seu crescimento, o que vai gerar um conflito com o capital internacional, que tem como objetivo a abertura do mercado. Segundo o mesmo,

nesse novo cenário do governo petista, o capital financeiro tem seus interesses muito pouco executados, pois o superávit primário de 2014 é zero, moderou a abertura comercial e a Petrobrás é obrigada a comprar 65% das mercadorias no mercado interno, mesmo que o preço seja mais alto. Para Boito Jr. estas seriam características que colocariam a burguesia interna como sendo hegemônica no interior do bloco no poder no Brasil.

Nesse segundo capítulo tentamos discorrer especificamente sobre quatro questões que julgamos necessárias para podermos entender o processo histórico que influenciou nos rumos do governo do presidente Lula durante os seus dois governos. Primeiramente fizemos uma breve contextualização do neoliberalismo no mundo e na América Latina, até chegar e se consolidar no Brasil na década de 1990. Logo após, destacamos as principais alianças que foram feitas entre o governo, conjuntamente com as frações burguesas e com os partidos políticos que o PT sempre tinha sido oposição. E para finalizar o capítulo, enfatizamos as ideias de pensadores políticos que estudam o governo de Lula e se posicionam de três formas diferentes: continuísmo com o governo FHC, ruptura com o mesmo, e uma terceira leitura, na qual concordamos parcialmente, que é a da mudança no interior do modelo neoliberal, porém o modelo continua sendo neoliberal.

No terceiro e último capítulo dessa dissertação, estudaremos o conceito de bloco no poder e tentaremos comprovar nossa hipótese, através de algumas informações e dados de que aconteceu um grande crescimento da grande burguesia interna brasileira nos dois governos do presidente Lula, principalmente nos setores da indústria e do agronegócio, porém, a hegemonia do bloco no poder continua pertencendo ao capital financeiro nacional e internacional.

CAPÍTULO 3- O BLOCO NO PODER NO GOVERNO LULA

Como apresentamos e definimos anteriormente no capítulo 1, na parte de definições de conceitos, utilizaremos nesse capítulo a definição de bloco no poder do teórico Nicos Poulantzas e a de neoliberalismo de Perry Anderson a qual entendemos como a hegemonia do capital financeiro sobre as demais frações do capital.

O bloco no poder o conjunto de todas as frações de classe dominante que existem dentro de uma sociedade sob a hegemonia de uma delas, então, dentro desse mesmo bloco no poder, vai existir uma única fração de classe que vai ser hegemônica em vários níveis, seja econômico, político e ideológico com relação às outras, ou seja, será a fração de classe dominante que terá os seus interesses privilegiados nas políticas governamentais do Estado capitalista.

No caso brasileiro o bloco no poder é composto de várias frações de classe, como a burguesia interna, a burguesia compradora, entre outras, porém, a fração de classe hegemônica no Brasil, segundo a nossa hipótese, é a burguesia financeira, ou seja, o capital financeiro nacional e internacional. Vamos nos deter de forma mais ampla nesta esta hipótese no ponto 3.1 deste mesmo capítulo, onde tentaremos comprovar ou rejeitar nossa hipótese, que houve uma ascensão da grande burguesia interna no interior do bloco no poder, mas que a fração hegemônica continua sendo do grande capital financeiro.

A política adotada por Luiz Inácio ‘Lula’ da Silva no Brasil quando comparada com seus predecessores mudaram alguns elementos, pois no plano social, por exemplo, diferentemente das propostas políticas neoliberais “ortodoxas” que eram comuns nos governos anteriores, no governo de Lula são implantadas políticas públicas compensatórias de forma mais abrangente, produto de uma ideologia que podemos denominar como de um liberalismo social, onde se centralizam as políticas sociais, o contrário do que acontecia antes, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) do Partido da Socialdemocracia Brasileira (PSDB).

O governo de Lula ampliou o apoio popular do modelo neoliberal, praticando, melhor que Fernando Henrique Cardoso no Brasil, a política do novo “populismo conservador”, que segundo Boito Jr, é um tipo de populismo que explora eleitoralmente a população pobre desorganizada colocando em vigor, por tanto, as políticas compensatórias e o discurso neoliberal que estigmatiza os direitos sociais como sendo privilégios que o governo cedia para a população. Neste sentido o governo do presidente

Lula continuava com as mesmas práticas de macro econômicas neoliberais, porem com um discurso desenvolvimentista, na verdade “neo-desenvolvimentista”, diferente do discurso utilizado pelo neoliberalismo do passado (BOITO: 2005)

No plano social, tanto no Brasil quanto na Argentina, por exemplo, foram implantadas políticas públicas compensatórias, que mudaram alguns dos elementos das políticas neoliberais ortodoxas, porém não conseguiram romper com o tal modelo.

Segundo Nair D’Aquino Fonseca Gadelha, não se pode orientar uma superação do neoliberalismo pelo entendimento que a pobreza, o desemprego e a exclusão social podem ser parcialmente aliviados por meio dessas políticas públicas, já que para isso não é preciso uma quebra da pactuação capital-trabalho. Segundo Gadelha tais políticas compensatórias, não são estruturantes, tem o caráter de baixos valores para que sejam suficientes apenas para não desestimular na busca pelo trabalho. (GADELHA, 2010). Entendemos o argumento, mas não concordamos que a exploração da força de trabalho seja produto de um pacto capital-trabalho.

As políticas públicas compensatórias elaboradas no segundo governo de FHC e aprofundadas nos dois governos do ex-presidente Lula, principalmente através da Bolsa Família, de fato teve avanços em relação à diminuição da pobreza e da miséria no Brasil, porem tais avanços são muito pequenos no que diz respeito a todos os problemas que esse país enfrenta e em relação com a acumulação do capital no país, isto último é relevante destacar. Estas políticas não são estruturantes, não supera sequer a necessidade de inserção das populações “vulneráveis” dentro do aparato produtivo das estruturas econômicas atuantes. Ou seja, deste ponto de vista seria necessária à construção de um sistema de oportunidades que deve incluir a expansão de outras estruturas e condicionantes sociais, tais como a melhoria na educação e saúde, e a inserção mais efetiva da população-alvo do programa nas oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, entre outras estratégias, na verdade, que em última instância não poderiam ser resolvidas, de jeito nenhum, nos marcos do capitalismo.

Entendemos que a transferência de renda por si só não é suficiente para redução das desigualdades e da pobreza entendida sob a perspectiva da ausência de garantias das necessidades humanas básicas como alimentação nutritiva, água potável, moradia adequada, ambiente físico saudável, segurança física e econômica entre outros direitos sociais. A modificação deste quadro necessita de se compor uma estratégia anticapitalista e socialista revolucionária, ou seja, uma ampla estratégia de

“desenvolvimento econômico e social”. Estratégia essa, que segundo o filósofo

húngaro, Itzvan Mészáros requereria uma transformação social, visto que para o autor existe uma impossibilidade de controle nas relações capitalistas de produção devido à própria lógica do capital e suas contradições inerentes (MÉSZÁROS: 2002).

3.1 - A ascensão da burguesia interna no governo Lula.

Nesta parte do capítulo tentaremos apresentar alguns elementos que nos permitam enxergar a ascensão da burguesia interna durante os dois governos petistas do Presidente Lula.

Como já foi apresentado temos como hipótese nessa dissertação que o governo Lula tratou de promover a ascensão política da grande burguesia interna no interior do bloco no poder na formação econômica social brasileira, do qual esse governo é maior expressão. Também afirmamos na apresentação desta hipótese que esta já foi trabalhada pelos cientistas políticos, Armando Boito Jr da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Lucio Flavio de Almeida da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), assim como o professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) Gonzalo A. Rojas. Independentemente das argumentações e diferentes interpretações, mudanças ou não nas conclusões políticas realizadas pelos mencionados professores, pretendemos elaborar novos argumentos próprios que possam contribuir a aceitar ou rejeitar esta hipótese.

Lula não revogou a abertura comercial e nem eliminou as taxas de juros elevada, que foram e que, em parte, ainda são os principais elementos do modelo neoliberal que mais incomodaram a grande burguesia interna ao longo de toda a década de 1990. Além disso, uma das primeiras medidas de política econômica tomadas foi entregar autonomia ao Banco Central do Brasil (BCB), abrir mão do controle político da política monetária brasileira como apresentamos na parte do balance da literatura sobre o tema que fez referência aos autores que afirmavam que existiu uma continuidade entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula, em particular na visão do professor Plínio Arruda Sampaio Jr.

Contudo, o Governo Lula tomou algumas medidas e iniciou políticas que são novidades compensatórias para esse setor burguês, a fração da grande burguesia interna, por meio da ativação do mercado interno, melhorando assim o padrão de consumo da parcela mais precarizada da sociedade brasileira na medida em que fortalecia essa fração.

Segundo Boito Jr, no primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), o mesmo implantou um conjunto de medidas abertamente neoliberais, que beneficiava a hegemonização da burguesia financeira em detrimento da fração da burguesia interna no interior do bloco no poder no Brasil.

(...) os bancos e o capital financeiro internacional, que são as entidades que detêm a imensa maioria dos títulos da dívida pública brasileira, obtiveram uma considerável elevação da remuneração que recebiam pelos papéis que possuíam, graças à elevação da taxa básica de juros, a Selic, e obtiveram também uma garantida maior de que a sua parte do bolo seria entregue regular e pontualmente, graças ao fim do déficit público primário. Essa política voltada para as finanças foi acompanhada de medidas destinadas a abrir o mercado interno, outra exigência do capital internacional. FHC reduziu drasticamente as barreiras alfandegárias e não alfandegárias que dificultavam a importação de bens de consumo com similares nacionais, manteve a moeda brasileira estável e altamente valorizada, barateando os produtos importados e garantindo segurança e lucratividade para os investimentos financeiros estrangeiros de curto prazo, e tomou medidas legislativas necessárias para facilitar o ingresso e a saída de capital estrangeiro. (BOITO JUNIOR, 2005)

Com essa medida tomada por FHC, a grande burguesia industrial interna, ficava em uma situação bastante delicada, pois a política de juros e a abertura comercial eram bastante elevadas e prejudicavam seus interesses como fração. O Governo Lula continuou com esses elementos da política neoliberal adotada por FHC, porém adotou uma nova medida que foi providencial para o desenvolvimento da burguesia interna brasileira. Lula abriu os mercados dos países centrais e ampliou o mercado dos países dependentes para a produção agropecuária brasileira.

O governo teve uma política semelhante para o setor industrial. Esses dois setores da burguesia interna são os que mais foram beneficiados pela política iniciada pelo governo de Lula, por isso foram os setores que registraram os maiores níveis de crescimento. Porém antecipamos que todos esses elementos não foram suficientes inicialmente para pensar que a fração do capital financeiro nacional e internacional deixasse de ser hegemônica no interior do bloco no poder dentro do Brasil. Um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento e a internacionalização da burguesia brasileira, foi a política iniciada por Lula de incentivar os setores burgueses internos através de investimentos financiados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). Esse banco tem transferido massivos recursos públicos, de forma não

transparente para diversos conglomerados nacionais, que antes desses incentivos não tinham condições nenhuma de almejamem adentrar com tanta força nos mercados externos. Algumas das empresas mais beneficiadas com tais investimentos foram: Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Vale do Rio Doce, Petrobras, Eletrobrás. Em quanto isso os trabalhadores organizados tiveram uma perda de direitos históricos como aconteceu, por exemplo, com a reforma da previdência.

Foi durante o governo Lula que o BNDES passou a investir pesado na burguesia interna brasileira, fazendo com que essa fração de classe tivesse condições de buscar novos mercados no exterior. Podemos perceber tal fato com base nos números apontados na tabela 5 abaixo.

TABELA 5 – DESEMBOLSOS DO BNDES - R\$ Bilhões

Ano	Desembolsos
2003	R\$ 35,10
2004	R\$ 40,00
2005	R\$ 47,10
2006	R\$ 52,30
2007	R\$ 64,90
2008	R\$ 92,20
2009	R\$ 137,40

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)

Entre 2003 e 2009, como podemos perceber na tabela 5, houve um aumento de quase quatro vezes no valor de seus desembolsos anuais, atingindo ao final desse período um valor recorde de R\$ 137,40 bilhões. Isto foi uma política de Estado de internacionalização das empresas. Essa internacionalização da burguesia interna brasileira aconteceu principalmente em regiões como América do Sul e África, o tinha como objetivo diversificar em relação à superdependência que o país mantém historicamente com os Estados Unidos.

O governo Lula estimulou uma política agressiva de exportações, baseado principalmente no agronegócio, e nos produtos industriais que contém uma baixa densidade tecnológica, um baixo valor agregado. Ou seja, o setor da indústria exportava em grande parte produtos primários, vindos de recursos naturais como minérios, papel e celulose, produtos alimentícios entre outros. Por isso se bem em condições excepcionais

no miniciclo de crescimento mundial do lustro que abarca entre 2002 e 2007, se retoma uma retórica “neodesenvolvimentista” pela confusão realizada por setores do governo e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) entre crescimento e desenvolvimento como se fossem sinônimos e paradoxalmente acontece uma reprimarização da economia.

Segundo Boito Jr., em um artigo intitulado “Estado e burguesia no capitalismo neoliberal”, coloca que o setor do agronegócio, que é o setor mais forte da burguesia industrial, setor este responsável por cerca de 40% de todas as vendas do país no exterior destacam-se o complexo da soja, que lidera as exportações, seguido por carnes, madeiras, açúcar e álcool, papel e celulose, couros, café, algodão e fibras, fumo e suco de frutas (Boito Jr.: 2007).

Mas não podemos levar em consideração que todas as frações do setor industrial ou agropecuário tiveram o mesmo estímulo do governo com relação à política de desenvolvimento. Das empresas exportadoras no Brasil, quem mais se beneficiou foi o setor do grande capital, as pequenas e médias empresas não tiveram o mesmo ritmo de crescimento, pois não contaram com os mesmos incentivos dados pelo governo aos setores burgueses que estão no interior do bloco no poder.

Podemos comprovar essa afirmativa com base nos dados da Associação Brasileira de Comércio Exterior (ABCE), onde mostra que em fevereiro de 2005 existiam dezenove mil empresas exportadoras no Brasil. Porém dessas 19.000 apenas 800 empresas eram responsáveis por 85% do total das exportações do Brasil. Tomando por base esses dados, podemos considerar que não são todas as empresas do setor industrial que se beneficiaram com a política econômica do governo Lula. Quem se beneficiou de verdade foram aquelas empresas que estavam no interior do bloco no poder, ou seja, trata-se das grandes empresas dotadas de demasiado poder econômico e que na maioria dos casos atuam como empresas monopolistas.

Existiu uma mudança no papel do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), de fato a política de desenvolvimento se viu reduzida no subsídio as empresas da burguesia interna para sua internacionalização, sem questionar em momento algum a divisão internacional do trabalho realizada pelo imperialismo. Este poderia ser um indicador da força, do empoderamento da burguesia interna brasileira durante o governo Lula, mas sob a manutenção da hegemonia do capital financeiro, do modelo neoliberal em nossa perspectiva.

No início do seu segundo mandato, em janeiro de 2007, depois da crise conhecida como “mensalão” e que mencionamos no capítulo anterior, Lula lançou outra

política que beneficiou bastante a grande burguesia interna brasileira, principalmente o setor industrial, que foi o Plano de Aceleração do Crescimento, mais conhecido como o PAC. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi um plano que aprofunda a dependência e aumenta as formas de exploração das riquezas do país em favor dos grandes capitalistas, sem contar que também aprofunda a dominação do grande capital no processo produtivo da economia brasileira, instalando relações comerciais dependentes, mas fortalece esta aliança Estado-empresas no modelo petista, forma política de relacionamento a qual está levando a uma situação de corrupção a principal empresa brasileira, a PETROBRAS. Este não é um caso isolado, senão que revela toda uma forma ‘orgânica’ em termos gramscianos de se relacionar, burguesia interna,

Estado, governos e partidos no capitalismo semi-colonial brasileiro.

A continuação deste parágrafo, abaixo, na Tabela 6, está o balanço divulgado pela Economática sobre o setor industrial brasileiro, dividido entre os principais setores com suas comparações entre o segundo mandato de FHC e os três anos e meio de Lula, todos os valores foram ajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

TABELA 6 – BALANÇO DO SETOR INDUSTRIAL NO SEGUNDO MANDATO DE FHC E NO PRIMEIRO DE LULA

SETOR INDUSTRIAL	SEGUNDO MANDATO DE FHC	PRIMEIRO GOVERNO LULA
Petrobras	Lucro de R\$ 42,285 bilhões	Lucro de R\$ R\$ 77,439 bilhões
Energia elétrica	Prejuízo de R\$ 17,847 bilhões	Lucro de R\$ 14,753 bilhões
Mineração	Lucro de R\$ 12,514 bilhões	Lucro de R\$ 29,195 bi
Química	Lucro de R\$ 2,375 bilhões	Lucro de R\$ 8,122 bilhões
Transporte	Prejuízo de R\$ 2,353 bilhões	Lucro de R\$ 2,059 bilhões
Alimentos e bebida	Lucro de R\$ 4,683 bilhões	Lucro de R\$ 8,203 bilhões
Veículos e peças	Lucro de R\$ 4,950 bilhões	Lucro de R\$ 4,187 bilhões

Fonte: Folha online a partir dos dados divulgados pela Economática.

Com base nos dados acima, apresentados na Tabela 6, as empresas do setor não-financeiro lucraram bem mais durante os três anos e meio do governo Luiz Inácio Lula da Silva do que no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na mesma tabela observamos que no que se refere ao governo Lula, todos os setores da indústria obtiveram lucro, o que não aconteceu com alguns setores no segundo mandato do segundo governo de FHC. Podemos observar também, que a diferença de lucro entre o primeiro governo Lula e o segundo mandato FHC, pois a

maioria dos setores, com exceção do de veículos e peças, o saldo do governo de Lula foi bem mais positivo do que o de FHC.

Desta forma estamos colocando alguns dados que mostram um fortalecimento da burguesia interna, mas nos perguntamos se tornou hegemônica? Segundo nossa hipótese não, mas continuaremos explicando neste mesmo capítulo apresentando elementos para verificar ou rejeitar nossa hipótese.

Nos governos petistas de Lula, o agronegócio se tornou o mais forte entre às exportações brasileiras, muito disto pelo comportamento da taxa de juros e também pela desvalorização da moeda nacional, que ajudou ao fortalecimento da produção interna do país.

O governo Lula promoveu vários incentivos para que esta fração de classe da agroindústria pudesse se tornar o motor das exportações brasileiras, pois proporcionou maiores concessões de créditos para que os empresários pudessem investir em tecnologias de ponta que potencializam a produção, como máquinas de última geração e até mesmo no desenvolvimento de sementes com melhores qualidades para o cultivo em alta escala.

Um dos fatores mais influentes para que o setor do agronegócio tenha se tornado o “carro chefe” nas exportações brasileiras deve-se a bancada ruralista que está no parlamento brasileiro, influenciando diretamente nestas e em outras decisões que venham a beneficiar seus interesses. A bancada ruralista é a expressão política dessa fração da burguesia. Isto explica porque a ideia de uma reforma agrária foi de fato abandonada pelos governos petistas no plano do Poder Executivo, e a enorme rejeição que esta enfrenta dentro do Parlamento, o forte peso político da bancada ruralista não permite a discussão política o que se expressa também na ausência de vontade política do governo Lula.

Nem o Poder Executivo, nem os parlamentares no Poder Legislativo, sem falar do judiciário, tem interesse em defender a reforma agrária, pois iria acabar com o monopólio da terra e beneficiar os pequenos produtores rurais, atingindo assim diretamente as vantagens do agronegócio. De fato, este tema, está fora de pauta dos poderes executivos e legislativos, é isso e independente do cada vez maior do apoio político do MST aos governos de Lula e de Dilma, sua desmobilização e integração as políticas públicas do estado burguês.

Na Tabela 7, a continuação deste parágrafo, abaixo, podemos notar claramente a força nas exportações que o agronegócio ganhou a cada ano, principalmente a partir de 2003, que foi o ano que Lula iniciou seu primeiro governo.

TABELA 7– BALANÇO COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO

Ano	Exportações (US\$ bilhões)			Importações (US\$ Bilhões)			Saldo (US\$ Bilhões)	
	Total Brasil (A)	Agronegócio (B)	Part.% (B/A)	Total Brasil (C)	Agronegócio (D)	Part.% (D/C)	Total Brasil	Agronegócio
1994	43,545	19,105	43,87	33,079	5,678	17,16	10,466	13,427
1995	46,506	20,871	44,88	49,972	8,613	17,24	-3,466	12,258
1996	47,747	21,145	44,29	53,346	8,939	16,76	-5,599	12,206
1997	52,983	23,367	44,10	59,747	8,193	13,71	-6,765	15,173
1998	51,140	21,546	42,13	57,763	8,041	13,92	-6,624	13,505
1999	48,013	20,494	42,68	49,302	5,694	11,55	-1,289	14,800
2000	55,119	20,594	37,36	55,851	5,756	10,31	-0,732	14,838
2001	58,287	23,857	40,93	55,602	4,801	8,64	2,685	19,056
2002	60,439	24,840	41,10	47,243	4,449	9,42	13,196	20,391
2003	73,203	30,645	41,86	48,326	4,746	9,82	24,878	25,899
2004	96,677	39,029	40,37	62,836	4,831	7,69	33,842	34,198
2005	118,529	43,617	36,80	73,600	5,110	6,94	44,929	38,507
2006	137,807	49,465	35,89	91,351	6,695	7,33	46,457	42,769
2007	160,649	58,420	36,37	120,628	8,719	7,23	40,021	49,701
2008	197,942	71,806	36,28	173,207	11,820	6,82	24,735	59,987
2009	152,252	64,756	42,53	127,637	9,823	7,70	24,615	54,933

Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC (Elaborado por CGOE/DPI/SRI/MAPA)

Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC (Elaborado por CGOE/DPI/SRI/MAPA). Bloco no poder no governo Lula: a hora e a vez do agronegócio, Marcela Carneiro Testa.

Com base na tabela 7, podemos perceber que a lucratividade do setor do agronegócio, tendo em consideração as exportações e importações, houve um salto muito grande nos lucros desse setor a partir do ano de 2003, que representa o primeiro ano do governo Lula. Ao fim de 2009, o lucro do agronegócio foi de 34,542 bilhões de dólares, lucro esse que representa 14,151 bilhões de dólares a mais do que os dos dois mandatos do governo de FHC. Esse grande crescimento do agronegócio, setor da burguesia interna que mais se fortaleceu durante o governo do presidente Lula, principalmente pelo fato do mesmo ter ativado as exportações no país, é outro fator importante para corroborar com a nossa hipótese de crescimento da burguesia interna no Brasil.

Esta política do governo Lula de estímulo ao agronegócio beneficia os grandes proprietários de terra e acaba precarizando e deixando menos espaço para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as camadas de pequenos trabalhadores rurais. Neste sentido essas parcelas de trabalhadores acabam não tendo possibilidades reais de subsistência em suas pequenas propriedades e acabam migrando para as cidades para dispor dos programas sociais, pois o governo não organizou nenhuma forma de expropriação ou divisão das terras, para que essas camadas de pequenos trabalhadores rurais pudessem sobreviver melhor. O paradoxal é que quanto mais o governo federal apoia o agronegócio, mais apoio político tem do MST. Esse mesmo processo também acontece e se aprofunda no início do segundo governo Dilma. O MST nunca apoiou tanto um governo, entretanto, este mesmo governo tem como Ministra de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e amiga pessoal nas palavras da própria Presidente Dilma Rousseff a Katia Abreu, a ex-Senadora pelo Estado de Tocantins e uma representante orgânica do latifúndio e a bancada ruralista.

Em relação com este tema, Lula durante suas duas presidências, promoveu uma operação política complexa, tentar possibilitar a ascensão da grande burguesia interna industrial e agrária voltando para o comércio de exportação, sem romper com a hegemonia do capital financeiro dentro do país, como afirma Boito Jr. Segundo este cientista político, o grande herói nas relações comerciais do Brasil com o resto do mundo é o agronegócio, pois este setor obteve grandes saldos positivos nas suas exportações.

Na Tabela 8, podemos perceber as principais políticas adotadas no governo Lula que beneficiou a burguesia interna brasileira.

TABELA 8 – PRINCIPAIS POLÍTICAS ADOTADAS PELO GOVERNO LULA PARA O DESENVOLVIMENTO DA BURGUESIA INTERNA

ATIVACÃO DO MERCADO INTERNO
POLÍTICA AGRESSIVA DE EXPORTAÇÕES
PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)
BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO (BNDES)

Fonte: Elaboração própria.

Como podemos ver, foram várias as políticas adotadas no governo Lula que proporcionaram o desenvolvimento da burguesia interna brasileira, primeiramente por meio da ativação do mercado interno, em seguida criou o PAC, que beneficiou principalmente o setor industrial nacional. Com relação à internacionalização da burguesia brasileira, os incentivos oferecidos pelo BNDES foram fundamentais para que isso acontecesse, pois o governo Lula possibilitou maiores financiamentos para que as empresas brasileiras pudessem concorrer no exterior.

Depois de haver apresentado alguns elementos que nos permitam enxergar a ascensão da burguesia interna durante os dois governos do Presidente Lula, continuaremos na próxima parte deste capítulo tentando mostrar os elementos que temos para mostrar que estes governos continuam sob a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco no poder, como apresentamos em nossa hipóteses.

3.2. Hegemonia do capital financeiro no interior do bloco no poder

A burguesia interna foi empoderada durante os governos de Lula, mas que aconteceu com a fração do capital financeiro nacional e internacional, que denominamos a fração da burguesia compradora, a mais vinculada e uma intermediária do capital financeiro internacional imperialista?

Independentemente do mencionado empoderamento da fração da burguesia interna no interior do bloco no poder, não é possível comparar a lucratividade do capital financeiro com o da mencionada burguesia industrial e agrária no período do governo Lula, pois os bancos tiveram uma taxa de crescimento astronômica. Tomando como base os dados dos 1.000 maiores bancos do mundo os anos 2009 e 2010, podemos observar que os bancos brasileiros representam apenas 2% dos ativos dos 1000 maiores bancos do mundo, mas apresentam um crescimento três ou quatro vezes maior do que o resto dos bancos do mundo.

Ainda levando em consideração os dados dos 1.000 maiores bancos do mundo, quando se faz uma comparação com relação aos lucros do capital investido, os bancos brasileiros mantêm o dobro da média mundial, superando até os bancos dos Estados Unidos, que são os maiores do mundo. Com relação aos 19 bancos que tem as maiores taxas de lucro do continente americano, os três primeiros bancos mais rentáveis são justamente brasileiros: Banco do Brasil com um retorno sobre o patrimônio de 26,4%, o Bradesco com 22,3%, e o Itaú-Unibanco (fusionada depois do início da crise capitalista

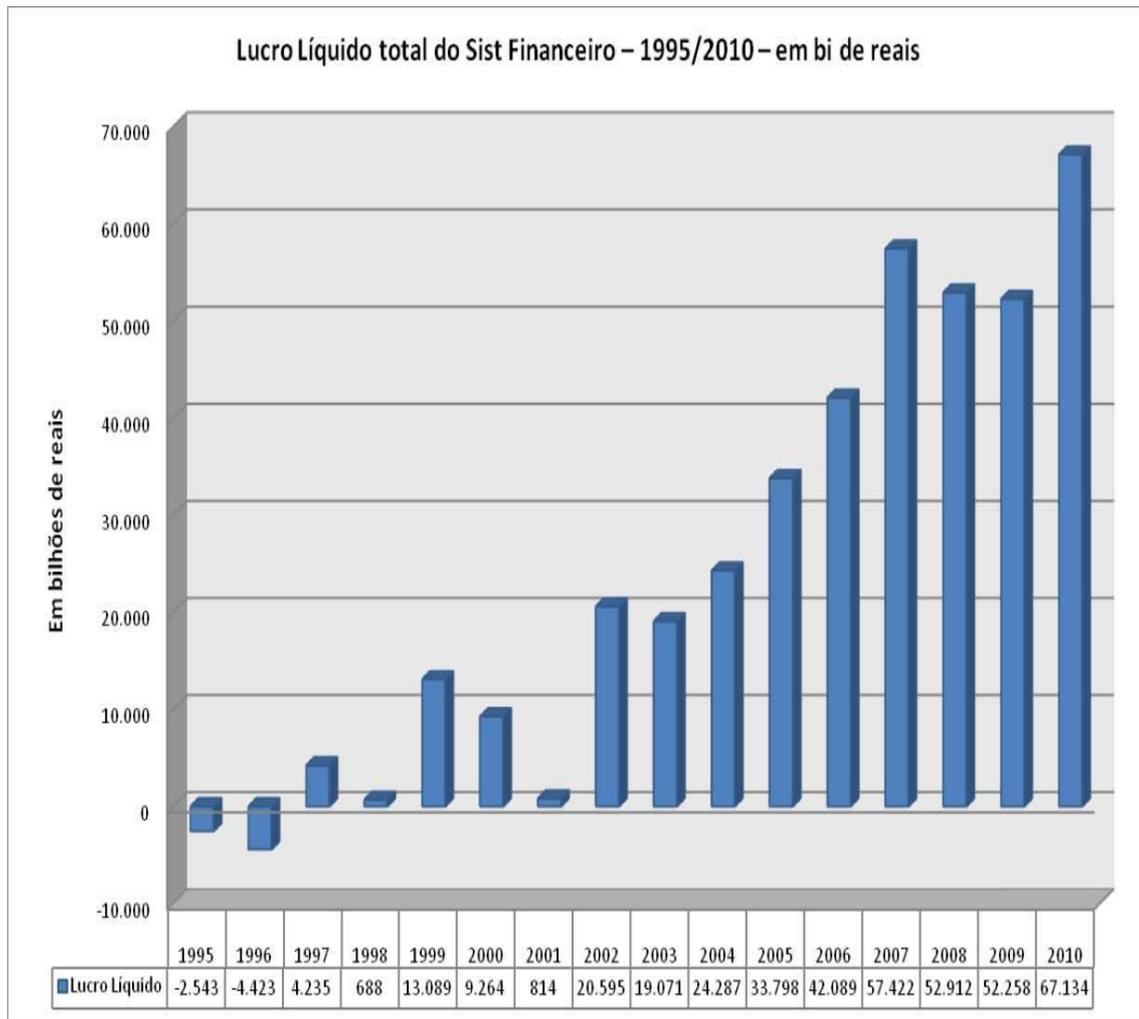
mundial que se aprofunda e expressa com força em 2008) com 20,5% em 2010. O banco estadunidense que melhor aparece nessa lista tem uma rentabilidade de 12,9%, uma lucratividade bem inferior aos dos bancos brasileiros.

Na tabela 7, a continuação deste parágrafo, abaixo, podemos perceber a lucratividade que o setor financeiro obteve no Brasil dos anos entre 1995 a 2010. Também podemos notar o salto na lucratividade que os bancos tiveram a partir dos anos de 2004 a 2010, que foram exatamente dentro do período em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava no poder.

Todos estes elementos são bons indicadores favoráveis à verificação de nossa hipótese.

Neste sentido podemos afirmar que o lucro que o sistema financeiro nacional obteve durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, teve exatamente um crescimento espetacular, pois em 2004 os bancos tinham lucros de 24,287 bilhões de reais e em 2010, no último ano do governo de Lula seus lucros chegaram ao patamar dos 67,134 bilhões de reais. Isso seria um indicador que independentemente do fortalecimento da fração da grande burguesia interna, temos também um fortalecimento da hegemonia do capital financeiro no país.

TABELA 9 – LUCRO LÍQUIDO TOTAL DO SISTEMA FINANCEIRO – 1995/2010 – EM BILHÕES DE REAIS



Fonte: Banco Central e IBGE – Elaboração ILAESE

Sendo que nossa definição de neoliberalismo, seguindo a Perry Anderson, como foi apresentado no capítulo 1 em quanto realizamos uma conceptualização dos termos teóricos desta dissertação, tem relação com a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco no poder, este seria um indicador inicial, mas importante, que permite fortalecer a possibilidade de verificação de nossa hipótese.

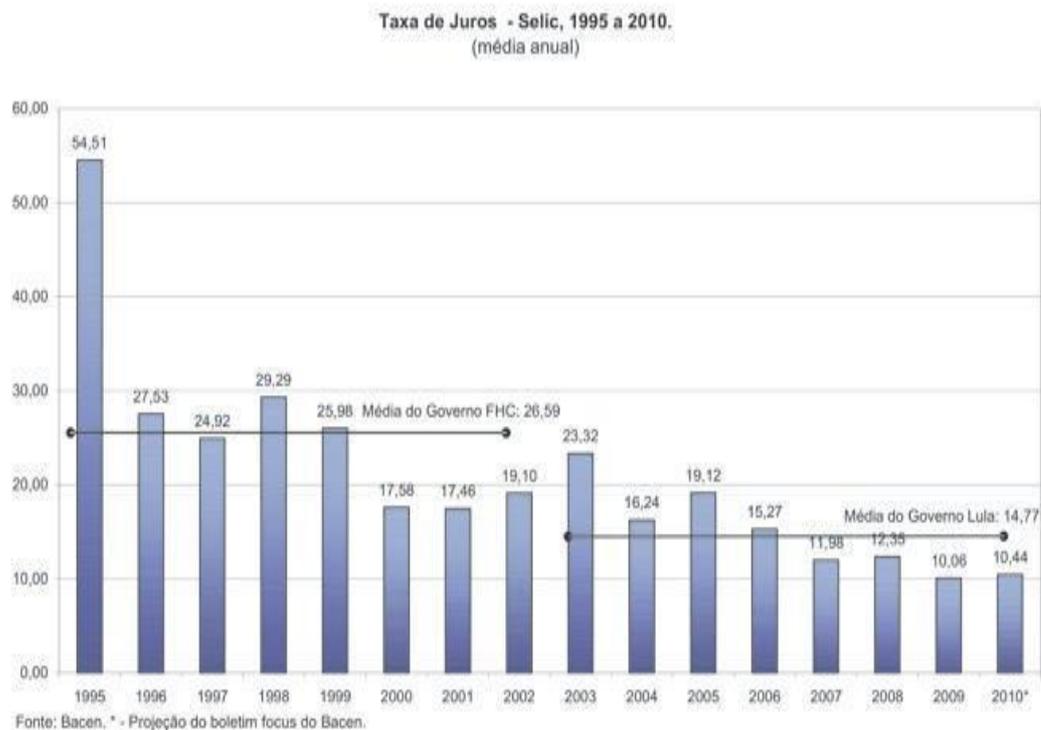
Alguns dados do final da década de 1990 apontavam que, no universo de 200 bancos que funcionavam em território brasileiro, 25 deles detinham sozinhos mais de 80% do ativo total. Um balanço feito no primeiro trimestre de 2005 comprova que o lucro que os bancos obtiveram, pois mostrava que os cinco maiores bancos do país respondiam por 69% de todo o lucro do sistema bancário e se levássemos em

consideração os dez maiores bancos, essa parcela ia ter um aumento de 83% do total dos lucros⁹.

Com relação à taxa de juros, existe uma disputa com relação ao capital financeiro e a burguesia industrial. O capital financeiro é favorável ao equilíbrio das contas públicas, o pagamento da dívida externa e de uma política de juros altos. Já a grande burguesia interna, para se beneficiar, defende uma política “inversa” a do capital financeiro, pois é a favor de juros baixos e de investimentos públicos no país.

Na tabela 10, a continuação deste parágrafo, abaixo, podemos perceber que a taxa de juros ao longo do governo Lula diminuiu com relação ao do governo do presidente FHC, porém os juros são muito altos durante o governo Lula. O Brasil continua tendo uma das maiores taxas de juros do mundo, o que continuaria sendo um indicador da hegemonia do capital financeiro no governo Lula.

⁹ O levantamento foi feito no Banco Central do Brasil (BCB) num universo considerado de 106 instituições bancárias. Ver “Lucro dos bancos cresce 52% no 1º trimestre” Folha de São Paulo, 04 de Junho de 2005, p. B9. BOITO Jr., A. A burguesia no governo Lula. Revista Crítica Marxista n. 21, Campinas, p. 52-76, novembro de 2005.

TABELA 10 - TAXA DE JUROS SELIC (1995-2010)

Fonte: Bacem. * Projeção do boletim focus do Bacem.

Nesse sentido, as tabelas apresentadas nos permitem ir mostrando as políticas dos governos do presidente Lula com relação ao capital financeiro e a burguesia interna, pois possibilitou o crescimento de uma fração, a dessa grande burguesia interna, mas sem alterar a hegemonia da outra fração de classe, o capital financeiro. Lula principalmente no final do seu segundo governo conseguiu ir baixando a taxa de juros, o que é de total interesse da burguesia interna, porém mesmo com essa baixa, os juros continuavam muito altos, que por sua vez é do interesse do capital financeiro e manteve a autonomia do banco Central. Nesse sentido, é que colocamos que Lula promoveu uma política complexa, pois promoveu a ascensão da burguesia interna, sem mexer nos interesses hegemônicos do capital financeiro.

Segundo Leda Paulani, durante o governo do presidente Lula a taxa de juros foi considerada como a mais alta do mundo naquela época, e suas políticas priorizaram principalmente o capital financeiro em detrimento dos trabalhadores, como por exemplo, na Lei de Falência, que começa deixando de quitar tributos, depois para de

pagar os fornecedores e, por fim, suspende o pagamento dos funcionários (PAULANI: 2008).

Outro fator bastante importante para a hegemonia do capital financeiro no país foi, como já mencionamos, mas vale sublinhar, à autonomia do Banco Central do Brasil (BCB), mesmo que esta autonomia não tenha sido institucionalizada da forma em que pretendiam os banqueiros. Mesmo sem essa institucionalização do Banco Central do Brasil, o mesmo sempre foi ocupado por legítimos representantes do capital financeiro internacional, como é o caso de Henrique Meirelles, que ocupou a presidência do Banco Central de 2003 a 2011. Esse mesmo antes de se tornar presidente do Banco Central, já tinha trabalhado em setores de destaque do capital financeiro internacional, como no Bank Boston, um dos bancos mais antigos do mundo e onde se tornou presidente do ramo brasileiro do mesmo banco Segundo o economista francês, François Chesnais, isso não é por acaso, “esconde-se um modo específico de funcionamento e de dominação política e social do capitalismo” (CHESNAIS: 2001: 7).

Outros presidentes do Banco Central que tiveram carreira profissional no cenário do capital financeiro internacional foram:

TABELA 11 – LISTA DE PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL QUE ATUARAM NO CENÁRIO DO CAPITAL FINANCEIRO INTERNACIONAL

Nome	Período	Cargos	Presidentes
Persio Arida	11 de janeiro de 1995 a 13 de junho de 1995	Um dos diretores do Fundo Internacional Private Placement Memorandum.	Fernando Henrique Cardoso
Gustavo Loyola	13 de junho de 1995 a 20 de agosto de 1997	Foi diretor operacional da <i>Planibanc Corretora de Valores</i> e diretor-adjunto do <i>Banco de Investimento Planibanc S.A.</i>	Fernando Henrique Cardoso
Gustavo Franco	20 de agosto de 1997 a 4 de março de 1999	Diretor de Assuntos Internacionais, participação na formulação do Plano Real e fundou a Rio Bravo Investimentos, empresa de serviços financeiros, fusões, aquisições, investimentos e securitizações.	Fernando Henrique Cardoso
Armínio Fraga	4 de março de 1999 a 1º de janeiro de 2003	Membro do <i>Group of Thirty</i> (Grupo dos Trinta), do Conselho Internacional do banco JP Morgan, do Conselho do China Investment Corporation, o Council on Foreign Relations (Conselho de Relações Internacionais), da Junta de Assessores ao Presidente do Foro de Estabilidade Financeira, da Junta Assessora de Pesquisas do Banco Mundial, do Diálogo InterAmericano e da Junta de Diretores de Pro-Natura Estados Unidos.	Fernando Henrique Cardoso
Henrique Meirelles	1º de janeiro de 2003 a 1 de dezembro de 2010	Gerente financeiro no <i>Bank Boston Leasing</i> ; vice-presidente de marketing, crédito e operações do Bank Boston Brasil; presidente do Bank Boston Brasil; presidente da <i>Bank Boston Corporation</i> ; presidente de <i>Global Banking</i> (área internacional) do <i>FleetBoston's Global and Wholesale Bank</i>	Luiz Inácio Lula da Silva

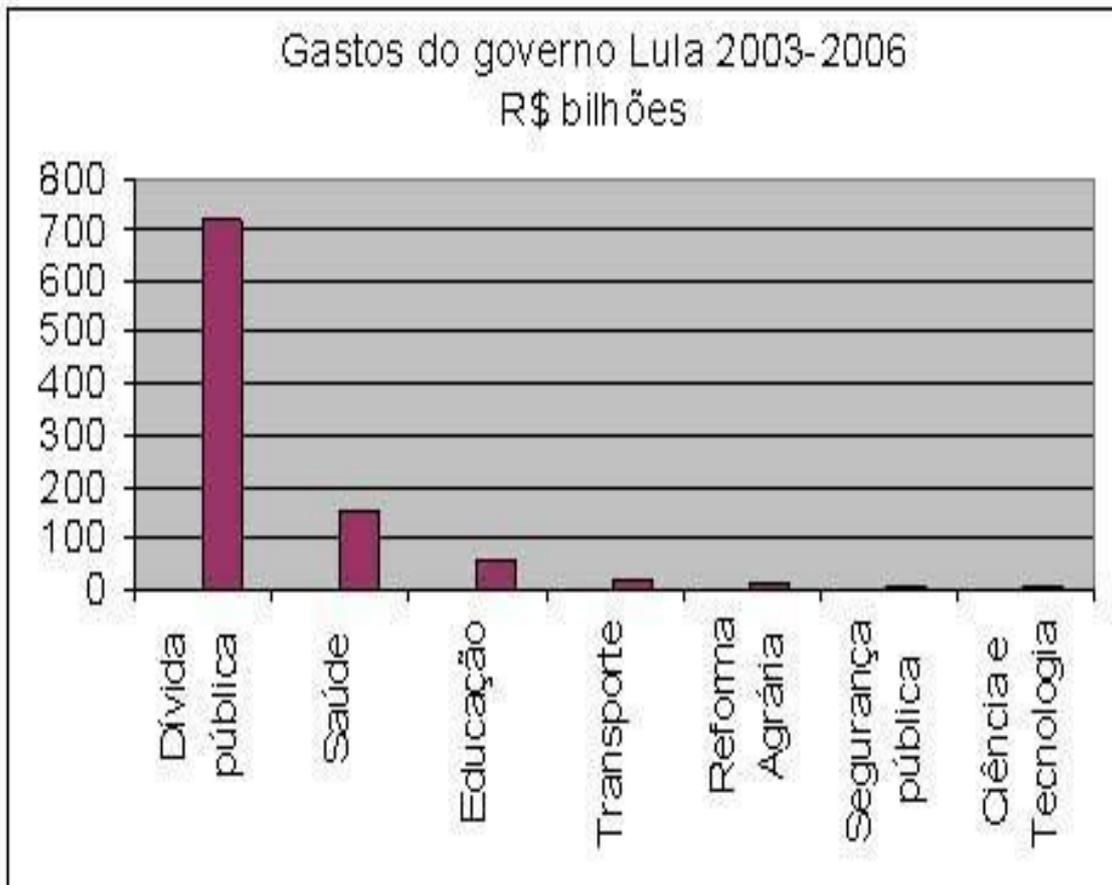
Fonte: Elaboração própria.

Para Arruda Sampaio Jr. a questão da autonomia do Banco Central é apresentada da seguinte forma:

O caráter das decisões econômicas sob a competência do BC mostra bem a relevância do que está em jogo. Entre outras atribuições, cabem-lhe as funções de regular a liquidez do sistema financeiro, fiscalizar a saúde econômica dos bancos, definir a taxa de juros básica, estabelecer o regime cambial, controlar os fluxos de capitais, administrar as divisas internacionais, regular o mercado de câmbio, supervisionar o mercado de derivativos, socorrer bancos que atravessam crises temporárias de falta de dinheiro, liquidar instituições financeiras inadimplentes etc.. Não existe gestão monetária neutra (ARRUDA SAMPAIO JR: 2006, p.3-4)

Na Tabela 12 apresentamos as prioridades atendidas no primeiro mandato do presidente Lula. Com base nesta tabela abaixo podemos ter uma noção dos gastos que o governo Lula teve com vários setores essenciais do nosso país. Porém podemos perceber, que o seu governo deu uma enorme importância ao pagamento da dívida, e deixou setores importantes como educação e saúde com investimentos bem abaixo com relação aos bancos.

TABELA 12 - A PRIORIDADE AO AJUSTE FISCAL EM RELAÇÃO AOS SETORES ESSENCIAIS DO 1º MANDATO LULA

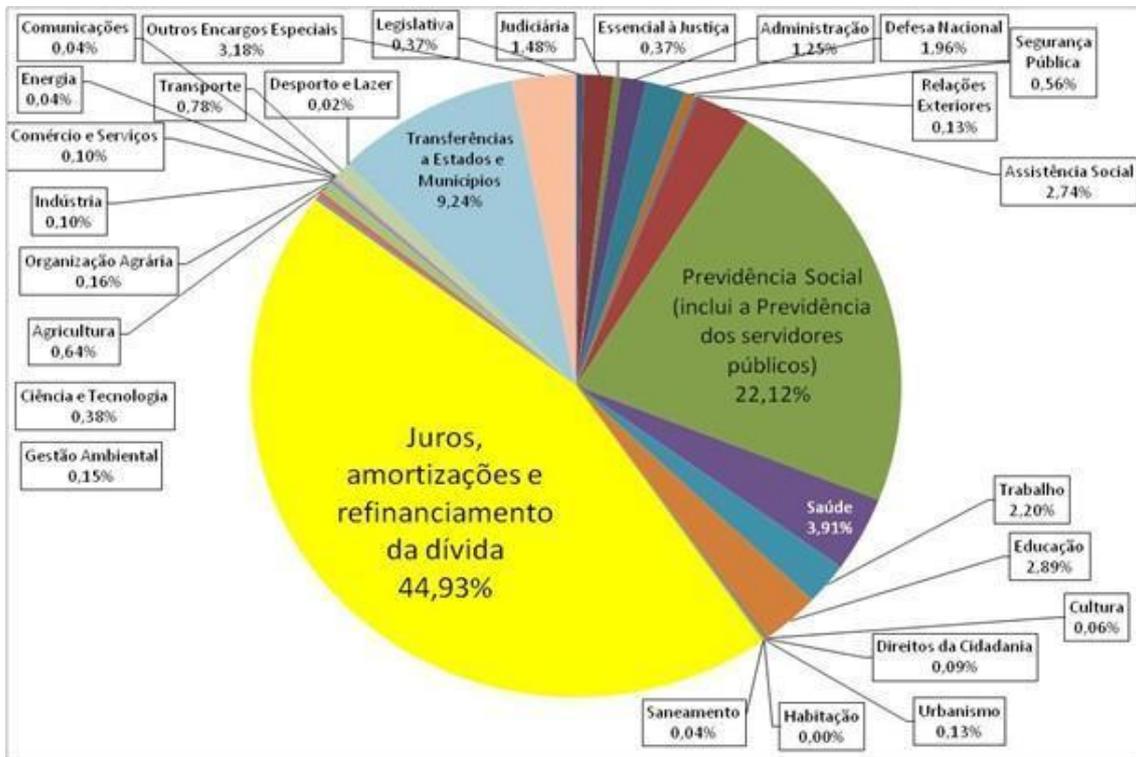


Fonte: Rede Jubileu Sul/Brasil - Auditoria Cidadã da Dívida – 2006

Com base na tabela a cima, podemos perceber que o primeiro mandato do presidente Lula ficou marcado principalmente pelo pagamento da dívida pública, deixando outros setores importantes da sociedade com bem menos recursos. Nesse sentido, é importante tentar mostrar se as prioridades do segundo mandato de Lula continuaram as mesmas.

Pela sua vez, na Imagem 1, na próxima página, podemos observar por exemplo a execução orçamentária do ano 2010 realizada pela Auditoria Cidadã da Dívida Externa.

FIGURA 1- ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2010



Fonte: SIAFI – Banco de Dados Access p/ download (execução do Orçamento da União) – Disponível em: www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/exe2010mdb.EXE. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

Com base nesses dados da Auditoria Cidadã da Dívida, podemos perceber que o segundo mandato do presidente Lula, foi muito parecido com o primeiro, pois o mesmo priorizou o pagamento da dívida com relação aos outros setores da sociedade. De um total de R\$ 1,414 trilhão, o orçamento de 2010 dedicou R\$ 635 bilhões ao pagamento de juro, amortização e refinanciamento da dívida pública da União. Isso corresponde a 44,93% do gasto público da União em 2010. Com a Previdência Social (incluída aí a previdência dos funcionários públicos) gastou menos da metade disso, 22,12%; com a saúde, 3,91%; e, com a educação, 2,89%.

Com base nesses dados, podemos perceber que numa situação de crise capitalista, todos os setores fundamentais da sociedade podem ser colocados em segundo plano, menos os bancos, fundos de pensão, multinacionais, entre outros setores que fazem parte da camada que se beneficiam do governo com o pagamento da dívida pública nacional. Com base nisso, o Estado, capitalista que é de classe, fica

“extremamente limitado” para desempenharem funções sociais, pois mais de 40% do

orçamento da união, ao invés de servir para setores essenciais da sociedade, vai inteiramente para as mãos da elite minoritária do país.

O modelo capitalista neoliberal consiste em desmontar os direitos trabalhistas e sociais conquistados pelos trabalhadores através da luta de classes durante o período “desenvolvimentista” incorporam os interesses de toda a burguesia brasileira sob a hegemonia do capital internacional investido. Outro elemento comum do modelo neoliberal é a política das privatizações, que tem aumentado o patrimônio e os lucros do grande capital privado, em detrimento do médio capital e deixando a burguesia de Estado em uma situação desprivilegiada. A abertura comercial e a desregulamentação financeira são outros elementos preponderantes na política capitalista neoliberal, que privilegia o capital financeiro.

Todos os aspectos da política neoliberal como a desregulamentação, a privatização, a abertura comercial, entre outros, atende de uma forma integral os interesses de uma única fração de classe burguesa: o grande capital financeiro. Ou seja, o Estado burguês como afirmam Karl Marx e Friedrich Engels em O Manifesto Comunista organiza os interesses gerais da burguesia, priorizando ao mesmo tempo, os interesses específicos de uma determinada fração de classe frente aos interesses das demais frações das classes dominantes e o conjunto da sociedade. Nesse sentido, levando em consideração as palavras de Marx e tendo em vista a sociedade atual, a fração de classe que tem os seus interesses priorizados hoje seria a do capital financeiro nacional e internacional.

Quando colocamos que o grande capital financeiro é a fração de classe hegemônica dentro do bloco no poder, é porque além de todos os recordes de lucratividades que esta fração obtém, verifica-se, também, a identificação política e ideológica nacional e internacional do capital financeiro com os sucessivos governos no Brasil.

Grandes bancos, conjuntamente grandes empresas financiam campanhas políticas com o objetivo que os seus interesses sejam colocados em prática, e acima de tudo, que seus interesses sejam prioritários. Já com relação à ideologia, fazem com que o seu pensamento se torne dominante e que atinja todas as partes da sociedade, promovendo a exaltação do mercado, e fazendo com que os indivíduos pensem de forma homogênea, mesmo que esse pensamento não corresponda aos suas reais necessidades. Nesse sentido, podemos perceber que além da grande lucratividade que esse setor obtém, ainda conseguem fazer com que as camadas da classe trabalhadora

não consigam se desgarrar do pensamento político e ideológico da classe dominante, são hegemônicos.

Na tabela 13, podemos perceber as principais políticas adotadas no governo Lula que beneficiou o setor do capital financeiro.

TABELA 13 - PRINCIPAIS POLÍTICAS ADOTADAS PELO GOVERNO LULA PARA BENEFICIAR O CAPITAL FINANCEIRO

ALTA TAXA DE JUROS
AUTONOMIA NÃO INSTITUCIONALIZADA DO BANCO CENTRAL
PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA
PRIVATIZAÇÕES (PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS)
ABERTURA COMERCIAL
DESREGULAMENTAÇÃO FINANCEIRA

Fonte: Elaboração própria.

Como podemos perceber, foram várias as políticas utilizadas por Lula, que fizeram com que a hegemonia do bloco no poder continuasse sendo do capital financeiro. Como mostramos os bancos no Brasil nunca tinham lucrado tanto, tendo um crescimento até maior do que bancos dos Estados Unidos. Tudo isso aconteceu pelo fato das políticas do governo Lula priorizar o setor financeiro nacional e internacional. Percebemos isso através das parcerias público-privadas, alta taxas de juros, o pagamento da dívida pública, e a desregulamentação financeira são alguns elementos importantes na política capitalista neoliberal, que privilegia o capital financeiro.

Através da análise dos pontos 3.1, podemos afirmar que existiu um desenvolvimento da burguesia industrial no interior do bloco no poder no governo Lula, principalmente nos setores da indústria e do agronegócio, tal crescimento foi favorecido, principalmente pelas políticas de incentivo que o governo implantou. Entretanto, como podemos perceber através da leitura do ponto 3.2, que mesmo com todas as políticas adotadas em favor da burguesia industrial, a mesma não conseguiu se tornar hegemônica no interior do bloco no poder, pois a fração hegemônica continua sendo o capital financeiro nacional e internacional. Esta fração de classe é hegemônica não só pelo fato de sua lucratividade, mas por ter todos os seus interesses atendidos e pela sua força política e ideológica dentro da sociedade.

Apresentando estes elementos podemos verificar nossa hipótese, existiu durante os governos petistas de Lula um empoderamento da fracção da grande burguesia interna mas a hegemonia continua sendo a do grande capital financeiro internacional no bloco no poder no período (2003-2010).

Conclusão

Procurou-se, ao longo desse estudo, entender a dinâmica existente entre as frações da classe dominante, no interior do bloco no poder no Brasil, durante o governo do presidente Lula (2003-2010).

Com base nas relações entre as frações da classe dominante, entendemos a partir da autonomia relativa do campo político das relações de produção no capitalismo, como sendo o governo Lula um governo burguês, no marco da formação econômico social capitalista brasileiro, pois o mesmo, expressa as correlações de força entre as frações de classe no interior do bloco no poder.

As informações e os dados apontados através do desenvolvimento dessa dissertação evidenciaram a nossa hipótese, de que houve uma ascensão da grande burguesia interna industrial e agrária, melhorando assim a sua posição relativa no interior do bloco no poder no período dos dois governos do presidente Lula, mesmo não conquistando a hegemonia dentro do bloco.

Esta hipótese já foi expressa em algum momento por Armando Boito Jr e depois abandonada, hoje entende que a fração da grande burguesia interna é hegemônica no bloco no poder; Lúcio Flávio de Almeida o qual sem mudar ela, tira uma conclusão política em última instância de apoio político ao petismo e Gonzalo Rojas que mantem a hipótese e apresenta uma conclusão política de independência de classe frente aos dos blocos burgueses que lutam pela hegemonia no bloco no poder na formação econômico-social brasileira.

Entendemos que a burguesia interna brasileira, especificamente, o setor da burguesia industrial e o agronegócio, foram bastante beneficiados pelas políticas adotadas no governo Lula, por meio da ativação do mercado interno, também que melhorou o padrão de consumo da parcela mais precarizada da sociedade brasileira na medida em que fortalecia essa fração de classe.

Lula abriu os mercados dos países centrais e ampliou o mercado dos países dependentes para a produção agropecuária e industrial brasileira. Lula lançou outra política que beneficiou bastante a grande burguesia interna brasileira, principalmente o setor industrial, que foi o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que no lugar de gerar um utópico desenvolvimento capitalista, aprofunda a dominância do grande capital no processo produtivo da economia brasileira.

Tais políticas tornaram-se possíveis principalmente pelos investimentos cedidos para a internacionalização da burguesia brasileira pelo BNDES, tal investimento fez com que as grandes empresas nacionais conseguissem adentrar outros países, o que de fato, antes desses incentivos, tais empresas não tinham condições nenhuma de almejam adentrar com tanta força nos mercados externos. Lula também proporcionou maiores concessões de créditos para que os empresários pudessem investir em tecnologias de ponta que potencializam a produção, como máquinas de última geração e até mesmo no desenvolvimento de sementes com melhores qualidades para o cultivo em alta escala. Mas independentemente disso assistimos a um processo de reprimarização econômica. Entretanto, mesmo com todas essas vantagens que o governo Lula promoveu para o desenvolvimento da burguesia interna brasileira, a mesma não conseguiu se tornar a fração de classe hegemônica no interior do bloco no poder.

Com base em todos os dados apresentados nessa dissertação, somos levados a entender que a fração burguesa hegemônica no interior do bloco no poder continua sendo o capital financeiro nacional e internacional. Podemos comprovar isso através da lucratividade, que é bem superior às demais frações e também pelo fato da sua força política e ideológica no interior da sociedade.

O lucro que o sistema financeiro brasileiro, como apresentamos nesta dissertação, obteve durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, teve exatamente um crescimento espetacular, maior até mesmo do que muitos bancos dos Estados Unidos, pois no ano de 2004 os bancos tinham lucros de 24,287 bilhões de reais e em 2010, no último ano do governo de Lula seus lucros chegaram ao patamar dos 67,134 bilhões de reais. Esse indicativo, nos mostra que independentemente do fortalecimento da fração da grande burguesia interna, temos também um fortalecimento da hegemonia do capital financeiro no Brasil.

Outras características que nos permitem afirmar que o capital financeiro continua sendo hegemônico no bloco no poder são as taxas de juros altíssimas, sendo até consideradas como as mais altas do mundo; a autonomia do Banco Central do Brasil (mesmo não sendo institucionalizada, como os banqueiros queriam); o pagamento da dívida pública, que continua crescendo; a política das privatizações de novo tipo a través das parcerias público-privadas; a abertura comercial e a desregulamentação financeira são outros elementos preponderantes na política capitalista neoliberal, que privilegia o capital financeiro.

São através dessas informações que somos levados a entender que houve um crescimento da burguesia interna brasileira no interior do bloco no poder, porém, tal crescimento não foi suficiente para superar a hegemonia do capital financeiro nacional e internacional no interior do mesmo bloco.

Com relação a nossa sub-hipótese, é no sentido que o governo Lula de fato não rompe com o caráter do sistema neoliberal, apenas utilizam procedimentos diferentes, para que o sistema se reinvente ou se modifique para continuar no poder, nisto concordamos com várias observações já realizadas por Lucia Neves.

Entendemos que o governo Lula da Silva alterou as relações do Estado brasileiro com a burguesia ao conseguir fazer com que o processo de “empoderamento” da grande burguesia interna industrial e agrária melhorasse substancialmente, fazendo com que essa fração desenvolvesse sua posição no interior do bloco no poder.

No entanto, mesmo com essas transformações ocorridas durante o governo Lula, as políticas neoliberais foram todas mantidas, o que contribuiu para a não ameaça a hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional no interior do bloco no poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. F. R. de. Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 112, p. 672-688, out/dez, 2012.

ANDERSON, P. **Balço do neoliberalismo**. In: SADER, E., GENTILI, P. (Org.). *Pósneoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____; *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ARCARY, V. **Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira**. São Paulo: Sundermann, 2011.

ARRUDA SAMPAIO Jr., P. **Encuentro Departamento de Industrias y agroindustrias de la Plenário Intersindical de los Trabajadores-Convención Nacional de los Trabajadores (EDIA-PIT-CNT)** In: ELÍAS, A. (Org.) **Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay**. Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 36-38, 82-85 e 161-164.

_____; **Brasil: as esperanças não vingaram**. Em publicação: O SAL, Observatorio Social de America Latina, año VI, no. 18. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina: Argentina. Enero.2006.

BANCO CENTRAL: Dados dos 1.000 maiores bancos do mundo são do The Banker, Fonte do SFB são do Banco Central - elaboração ILAESE, acesso em 25/01/2015.

BARBOSA, N.; **A inflexão do governo Lula: Política econômica, crescimento e distribuição de renda (2010)**.

BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOITO Jr., A.; ROJAS, G. A.; (2008). Estado e burguesia no Brasil e na Argentina: os governos Lula da Silva e Nestor Kirchner. Comunicação apresentada no VI Encontro da ABCP.

BOITO Jr. A.;2007; **Estado e burguesia no capitalismo neoliberal**. In: Revista de Sociologia e política, n°. 28, 2007.

_____; A nova burguesia nacional no poder. In: BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda Editorial, 2012, pp. 69-106.

_____; 2006; **As relações de classe na nova fase do neoliberalismo brasileiro**. In CAETANO (Org.) **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: Clacso.

_____; A. **O Governo Lula e a reforma conservadora do neoliberalismo no Brasil**. Revista Adusp. Acesso em: 22 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/revista/Default.htm>.

_____; **A burguesia no governo Lula**. Revista Crítica Marxista n. 21, Campinas, p. 52-76 novembro de 2005.

_____; **A hegemonia neoliberal no governo Lula.** Revista Crítica Marxista, n. 17, segundo semestre de 2003, Rio de Janeiro, Editora Revan, p. 10-36.

BORON, A. **Néstor Kirchner e as desventuras da “centro-esquerda” na Argentina.** Revista Lutas Sociais, v.17/18, São Paulo, p. 9-22, 1º semestre 2007.

_____. EDIA-PIT-CNT In: ELÍAS, A. (Org.) **Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay.** Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 23-25, 76-81 e 164-168.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Institucional** Disponível em : < HTTP: //WWW. Planejamento.gov.br/link_secretaria.asp?cod=6682&cat=229&sec=24&sub=>. Acesso em 20 jan. 2012.

CARDOSO, F. H. et FALETTO, E. **Desarrollo y dependencia em América Latina: ensayo de interpretación sociológica.** México D.F.: Siglo XXI, 1998.

CERVO, A. L.; **Sob o signo neoliberal: As relações internacionais na América Latina.** Revista brasileira de Política internacional. Brasília: IBRI, 43 (2): 5-27 . julho-Dezembro 2000.

CHESNAIS, F. **A mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã, 1996
_____. Mundialização: o capital financeiro no comando. Outubro 2001 – **Revista de Estudos Sociais**, nº 5.

CHILCOTE, R. **Teorias de política comparativa.** Petrópolis: Vozes, 1998.

COELHO, E. **Uma esquerda para o capital.** Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2005.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital** – o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO: Caderno *Dinheiro* da *Folha de S.Paulo*, edições de 11, 12 e 13 de maio de 2005. Disponível no site:
http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=692 _
<http://nodocuments.files.wordpress.com/2010/03/barbosa-nelson-souza-jose-antonio-pereira-de-a-inflexao-do-governo-lula-politica-economica-crescimento-e-distribuicao-de-renda.pdf>, acesso em 25/01/2015.

FOLHA DE SÃO PAULO: Exportação do agronegócio chega à marca dos US\$39 bi. 2005. 7. jan., p. B-3.

FILGUEIRAS, L. e PINTO, E. C. **Governo Lula: contradições e impasses da política econômica.** IX Encontro Nacional de Economia Política. Anais... Uberlândia (MG), 2004.

FONTES, V.; **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010.

FORNILLO, B. et STEFANONI, P. **Uma nova esquerda na América Latina?** ADITAL: notícias da América Latina e Caribe. Disponível em:

< <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=36880>>. Acesso em outubro de 2010.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV); **Governo Lula tira 20 milhões da linha da pobreza em cinco anos, aponta FGV**. Disponível no site: <http://www.fgv.br/ibrecps/clippings/lc2442.pdf>, acesso em 25/01/2015.

GRAMSCI, A. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
 _____; **Cadernos do Cárcere**. V.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
 _____; 1986; **Notas sobre Maquiavelo, sobre Política y sobre el Estado Moderno en Cuadernos de la Cárcel**, volumen 1 (México: Juan Pablos editor).

GADELHA, Nair D`Aquino Fonseca. **O cavalo de Tróia das políticas sociais Brasil e Argentina: Um estudo comparado das políticas públicas**. São Paulo, 2010.

GARCÍA LINERA, Á. (2006) **El evismo: lo nacional-popular en acción**. Revista OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VII, no. 19, p. 25-32. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/linera.pdf>. [Acessado em: 23Abr. 2014].

GARCÍA, M. A. Debate. **Programa de governo do PT. A reconstrução da esperança**. Revista Teoria e Debate, São Paulo, n. 65, fevereiro-março 2006. Disponível em < <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3316>>. Acesso em: outubro de 2010.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via**. Record, 2005.

GLOBO: **Classe C é apontada como o motor da economia brasileira**. Disponível no site: <http://g1.globo.com/jornalhoje/0,,MUL1038556-16022,00> (último acesso: 20.11.2011)
 _____; “Classe C”. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornalhoje/0,,MUL1151592-16022,00-CLASSE+C.html>, acesso em 01/08/2011.
 _____; **Classe C impulsiona varejo com consumo de produtos práticos, diz pesquisa**. Disponível no site: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1546583-9356,00.html, acesso em 25/01/2015.

HISTORICO da Administração Pública Brasileira. Ministério do Planejamento. 2012. Disponível em: <http://www.servidor.gov.br/institucional/historico.html>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2012.

IASI, M. L. **Processo de Consciência**. 2º ed. São Paulo: CPV. 2001.
 _____; **As metamorfoses da consciência de classe**. O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular. 2006.

IBGE: **Produção industrial cai em 9 de 14 regiões, mostra IBGE**”. Disponível no site: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/08/producao-industrial-cai-em-9-de-14-regioes-mostra-ibge.html>, acesso em 25/01/2015.
 JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**. São Paulo: Ática: 1997.

KATZ, C. **El rediseño de América Latina**. ALCA, MERCOSUR y ALBA. Buenos Aires: Luxemburg, 2006.

LENIN, V. I; **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____; **Quem são os ‘Amigos do povo’ e como lutam contra os Socialdemocratas?**

In: LENIN, V. I. Obras Completas. 5ª Edição em Cinquenta e Cinco Tomos. Moscou: Progresso, 1981a, t. 1.

LIMA JUNIOR, O. B. As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos. **Revista do Serviço Público – RSP**, ano 49, nº 2, Abr-Jun 1998.

LOCKE, John. Dois tratados sobre o governo. (Tradução de Julio Fischer; introdução de Peter Laslett). São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOWY, M.; **Ideologia e ciência Social**. São Paulo: 1985. P.12.

LOZANO, CLAUDIO; 2002; **Cátastrafe Social em Argentina**. La situación a junho del 2002. (BS. AS.: Instituto de Estudios y Formación de La Central de los trabajadores Argentinos).

MAGALHÃES, Inês, BARRETO, Luiz e TREVAS, Vicente (orgs.) **Governo e Cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MARTIN, James. (ed.). 2008. **The Poulantzas Reader**. Marxism, Law and the State. London

MARTINS, H. H. T. de S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, SP, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio / ago. 2004.

MARTUSCELLI, D. E. **A crise do governo Collor e a tática do PT**. Campinas, Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Unicamp, Campinas, 2005.

MARX, KARL. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____; **Manuscritos Econômico-Filosófica e outros textos escolhidos**. Trad. José Carlos Bruni (et.al). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____; **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. 7a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____; **A guerra civil na França**. In: Karl Marx e Friedrich Engels, **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, vol. 2. s/d.

_____; **Introdução Crítica da Economia Política**. Londres, Janeiro de 1859. Publicado no livro de K. Marx Contribuição à Crítica da Economia Política. Editado em Berlim em 1859. Publica-se de acordo com a edição soviética de 1931, em espanhol, cujo texto foi traduzido da edição de 1859. Traduzido do espanhol.

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. In: Marx e Engels, Obras Escolhidas. Tomo I, São Paulo: Alfa-Ômega, 1983. p.13-47.

_____; **A Ideologia Alemã**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1989

_____; **Cultura, arte e literatura: textos escolhidos**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MÉSZÁROS, I.; **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo, Editora Boitempo, 2002.

MOURA, L. da T. **Cesarismo e bonapartismo: conceito e primeiras análises**. Campina Grande, 2003.

MUTTI, A. e SEGATTI, P. **A burguesia de Estado**. Estrutura e funções da empresa pública. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

NEVES, L. M.W. (org.) **A direita para o social e a esquerda para o capital**. Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo, Xamã, 2010.

NETO, J.P.; **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, F. **A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil**. In BASUALDO, E. Et ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. São Paulo: Clacso, 2006.

_____; **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____; **O Momento Lênin**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 75, p.23-47, jul. 2006.

PAULANI, L. **Brasil delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

POCHMANN, M. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

POULANTZAS, N. **A Crise das Ditaduras. Portugal, Grécia, Espanha**, Trad. port., Lisboa; 1976.

_____; **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes; 1977.

_____; **As Classes Sociais no capitalismo de Hoje**. 2ª Ed. Trad. Antonio Roberto Neiva Blundi. Rio de Janeiro: Zarrar Editores, 1978.

_____; **O Estado, o Poder e o Socialismo**; São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ROJAS, Gonzalo A., (2008) **La crisis capitalista mundial y sus repercusiones en Brasil**. (mimeo).

_____; Segundo governo Dilma: crise, fim de ciclo petista e as perspectivas da esquerda. In Blog Luta de Classes. Revista de Política e Cultura. _
<http://revistalutadeclases.org/?p=838#sthash.XxI08Ef0.dpbs>

RUBIM, A. A. C. **Lula presidente: televisão e política na campanha eleitoral**. São Paulo: Hacker, 2003.

SADER, E. (org.) 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAMPAIO Jr., P. de A. A dança Imóvel e os impasses da Transição. Revista ADUSP. Disponível em: <http://www.ivanvalente.com.br>. Acesso em: 16/04/2003.

SILVA, L. I. L. **Carta ao povo brasileiro. São Paulo.** 22 de Junho de 2002.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SMITH, A, **A Riqueza das Nações**, volume I, Nova Cultural, 1988, Coleção "Os Economistas",

TROTSKY, L.; A lei do desenvolvimento desigual e combinado na história russa. In: MILLS, C. Wright. **Os marxistas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 274-278. Extraído de The history of russian revolution. Nova York: 1932.

PLATKÓVSKI, V e TITARENKO, S. **Que é Formação Econômico-Social. Primeira Edição: Fonte:** Problemas - Revista Mensal de Cultura Política nº 58 - Junho de 1954.**Transcrição e HTML:** Fernando A. S. Araújo, Outubro 2008.

Qualitative Methodology. Norman K. Denzin. 21 st Century: A Reference Handbook – SOCIOLOGY – Volume 1. Pgs 98-107.